

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Curso de Jornalismo

Camila Bengo dos Santos

Representações do “Outro” no jornalismo popular:

Um olhar sobre a cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca da luta por moradia na
Vila Mato Sampaio, em Porto Alegre

Porto Alegre

2020

Camila Bengo dos Santos

Representações do “Outro” no jornalismo popular:

Um olhar sobre a cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca da luta por moradia na Vila Mato Sampaio, em Porto Alegre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra de Fatima Batista de Deus

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Bengo dos Santos, Camila
Representações do "Outro" no jornalismo popular: um
olhar sobre a cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca
da luta por moradia na Vila Mato Sampaio, em Porto
Alegre / Camila Bengo dos Santos. -- 2020.
138 f.
Orientadora: Sandra de Fatima Batista de Deus.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo,
Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. representação do Outro. 2. jornalismo popular.
3. vila Mato Sampaio. 4. bairro Bom Jesus. 5. jornal
Diário Gaúcho. I. Deus, Sandra de Fatima Batista de,
orient. II. Título.

Camila Bengo dos Santos

Representações do “Outro” no jornalismo popular:

Um olhar sobre a cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca da luta por moradia na Vila Mato Sampaio, em Porto Alegre

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra de Fatima Batista de Deus

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sandra de Fatima Batista de Deus – UFRGS
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Cassilda Golin Costa – UFRGS
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Laura Hastenpflug Wottrich Cougo – UFRGS
Examinadora

Dedico este trabalho a todas as crianças e jovens que crescem pelas ruas, becos e vielas do bairro Bom Jesus - assim como eu também cresci. O faço, quase que em forma de oração: para que encontrem referências em seus pares, para que descubram que o mundo é pequeno para eles e suas potencialidades, para que ocupem todos os espaços que são seus por direito, para que sejam felizes.

A palavra tem poder. Que assim seja!

AGRADECIMENTOS

Ainda que do alto de todos os meus privilégios, não foi fácil chegar até aqui – o marco do fim deste ciclo na graduação. Se cheguei, devo isso aos incansáveis trabalhadores e trabalhadoras da educação pública, que me acompanham desde o Ensino Básico e foram a escada que me trouxe até o Ensino Superior. Aos professores e professoras que me ensinaram ao longo desta caminhada – mesmo diante de todas as dificuldades impostas pela desvalorização de seus trabalhos –, às cozinheiras e cozinheiros que dedicaram seu amor no preparo das merendas que me alimentaram durante os anos escolares, a todos os profissionais da limpeza que proporcionaram um ambiente salubre e acolhedor para que eu pudesse aprender, e aos demais trabalhadores envolvidos no processo de educar: obrigada, pois nada jamais seria possível sem vocês!

Enquanto estudante beneficiária do Programa de Ações Afirmativas da UFRGS, devo, também, minha mais profunda gratidão às mulheres e homens que travaram duras batalhas para que esta Universidade se tornasse um lugar possível para mim. Ainda assim, eu não existo sozinha – e não me basta que eu chegue até aqui, enquanto tantos outros ficam de fora. Diante disso, preciso usar este espaço – que é também político – para pontuar que as cotas não se esgotam em si: porque nós precisamos de mais. Precisamos de uma Universidade que garanta a permanência de seus estudantes cotistas; precisamos de uma Universidade que respeite e valorize as existências dos estudantes, professores, técnicos e terceirizados pobres, periféricos, pretos, indígenas, PCD's, transsexuais e travestis em seus espaços; precisamos de uma Universidade que valorize os saberes trazidos por esses indivíduos; precisamos de uma Universidade que construa espaços capazes de acolher a diversidade e reconheça que, só com ela, produz-se conhecimento; precisamos de uma Universidade que não só aceite estudantes cotistas porque isso está escrito em uma lei, mas que se permita aprender e construir ao lado deles. Com isso, quero dizer: estou aqui, mas não posso e nem quero estar aqui sem mais dos meus junto comigo. Seguirei somando-me na luta para que esta Universidade seja cada vez mais diversa e popular.

Agradeço também aos meus pais, aos quais devo todo o meu reconhecimento. À minha mãe, Eloí, por ter sido minha força e minhas pernas nos momentos em que

foi difícil trilhar caminhos nesta estrada. Te agradeço, mãe, por seres exemplo e inspiração, por jamais ter permitido que eu desistisse e por me ensinar, todos os dias, que não existem limites para os nossos sonhos – e que a filha da empregada pode, sim, ser o que ela quiser. Ao meu pai, Jorge, por ser o braço forte que sustenta e protege todo o meu caminhar e por me colocar na sua cacunda de afeto, como se ainda pequenina fosse. Te agradeço, pai, por sempre teres feito o impossível para garantir o meu bem-estar e a minha educação, por todos esses anos em que saíste para trabalhar antes de o dia clarear e por todos os finais de semana nos quais, mesmo exausto, tu encaraste o teu segundo emprego, para que nunca nos faltasse nada. Aos dois, agradeço por me ensinarem tanto, por me encorajarem e cuidarem tão bem de mim e por serem o espelho de valores no qual eu quero me enxergar para sempre. Obrigada, pois, se algum mérito me cabe, ele é mais de vocês do que meu!

A todos os locais de trabalho nos quais pude aprender durante a graduação, deixo registrada a minha gratidão. Especialmente, ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da UFRGS (DEDS), onde aprendi sobre jornalismo, humanidade e, principalmente, sobre a força que há em caminharmos juntos, em estarmos unidos em prol de nossas lutas, em vivermos coletivamente; e a todos os profissionais que compõem a redação do jornal Diário Gaúcho – onde tive a oportunidade de estagiar e realizar sonhos –, por todos os ensinamentos e oportunidades ofertadas para que eu pudesse exercer, com liberdade e autonomia, um jornalismo próximo e humano. Em especial, à minha editora no DG, Caren Cecília Baldo, por me ensinar tanto, por acreditar em meu potencial e por me permitir voar; e ao editor-chefe, Diego Araújo, pela confiança atribuída a mim enquanto profissional de sua redação, e pela substancial contribuição para a construção deste trabalho.

Expresso, ainda, meu respeito, carinho e admiração à minha orientadora, professora Sandra de Deus, que me disse “eu sou parceira!”, acreditou em mim e segurou a minha mão durante esta aventura que é fazer um TCC – sobretudo em meio à pandemia de covid-19 que marca este ano de 2020, em um contexto de Ensino Remoto Emergencial. Obrigada, Sandrinha, por seres inspiração, referência, orientação e sabedoria, do mesmo modo que és afeto, proximidade, empatia e acolhimento; por seres minha mestra, mas, antes de tudo, minha amiga.

Agradeço também a todos os amigos que estiveram comigo, tornando estes anos no percurso da graduação mais leves e possíveis. Pelos abraços, risos, cervejas – e derivados – que compartilhamos; pelas festas, sambas e encontros que desopilaram a mente e divertiram os corpos; pela parceria e amizade, pelo amor e afeto, pela presença e pelo cuidado – nas ocasiões de se sorrir largamente, mas também naquelas em que as lágrimas transbordaram os olhos. Em especial: ao Rene, amigo do coração que gentilmente me auxiliou na revisão deste trabalho – cabe dizer, uma revisão afetuosa que foi muito além da norma técnica; ao Erick, amigo amado que mudou-se para a Bahia e vem quase me matando de tanta saudade mas que, mesmo do outro lado do país, se dispôs a me auxiliar na feitura do Abstract deste trabalho – em uma tradução cuidadosa e salvadora da pátria; e à Steffany, minha quase-irmã que, já tendo dividido tantos momentos importantes comigo, dividiu também este de fazer o TCC – compartilhando as alegrias e inseguranças do processo. Parafraseando o sambista: valeu por vocês existirem, amigos.

Por fim, deixo um agradecimento especialíssimo à Carolina Quadros, a primeira pessoa do meu círculo social que vi ingressar na UFRGS e que, mesmo sem saber, foi a minha referência. Mulher negra, moradora da Bonja, filha de empregada doméstica, Carol formou-se bibliotecária pela UFRGS – e, por sua trajetória, me mostrou que eu também podia sonhar em estar nesse lugar. Se não a conhecesse, talvez eu não estivesse escrevendo esta monografia para me despedir do Ensino Superior – pois, até então, sequer sabia que podia. Com isso, quero dizer: é urgente que nos enxerguemos nesses espaços, que tenhamos referências entre os nossos e saibamos que é possível – e eu tive a sorte de encontrar tudo isso na Carol. Obrigada, referência, pois a tua força e as tuas conquistas me mostraram que era possível estar aqui.

Que venham cada vez mais referências para os nossos!



Bonja ao Alto #01 – Wel, Fel, Delgado, Sóliff e Fidel

RESUMO

A presente pesquisa busca fomentar reflexões sobre a questão da representação do “Outro” no jornalismo popular, partindo das contribuições elencadas pelos Estudos Culturais até a aplicação de procedimentos analíticos sobre sete matérias publicadas pelo jornal Diário Gaúcho acerca do acontecimento que aqui convencionou-se chamar de “luta por moradia na Vila Mato Sampaio” – delimitação escolhida como representativa dos universos de jornalismo popular e “Outro”. Assim, o objetivo geral do trabalho é refletir sobre a representação do “Outro” no jornalismo popular a partir da análise da representação dos moradores da Vila Mato Sampaio no jornal Diário Gaúcho, nas matérias selecionadas. Como método, adotou-se a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), por meio da qual buscou-se identificar os principais significados que podem ser construídos sobre os moradores da Vila Mato Sampaio a partir das matérias do jornal Diário Gaúcho, a fim de compreender a representação desses indivíduos no jornal. No processo de análise, foram identificados quatro significados principais construídos sobre os moradores: 1) instituídos de direito, 2) destituídos de direito, 3) vitimados e 4) mobilizados. Tais significados estão dispostos em 28 trechos retirados das matérias integrantes do corpus, os quais convencionou-se chamar de “regiões significativas”. Pela aplicação da análise frequencial, concluiu-se que a significação majoritária representa os moradores da Vila Mato Sampaio como sujeitos vitimados. No âmbito da reflexão objetivada pela pesquisa, entendeu-se que tal resultado demonstra que, dentro dos limites estabelecidos na análise, a representação do “Outro” sistematizada pelo jornalismo popular contribuiu para a manutenção desses indivíduos na condição imposta de “Outros”.

Palavras-chave: representação do Outro; jornalismo popular; vila Mato Sampaio; bairro Bom Jesus; jornal Diário Gaúcho.

ABSTRACT

The current research seeks to foster reflections on the representation issue of the "Other" in popular journalism, from the contributions listed by Cultural Studies to application of analytical procedures on seven journalistic articles published by the *Diário Gaúcho* newspaper about the event so-called here "housing struggle in Vila Mato Sampaio" - delimitation picked as representative from range of popular journalism and "Other". Thus, the general objective of the work is to reflect on the representation of the "Other" in popular journalism from the Vila Mato Sampaio residents representation in the *Diário Gaúcho* newspaper, in the selected articles. As a method, content analysis proposed by Bardin (1977) was adopted, which sought to identify the main meanings that could be build about the Vila Mato Sampaio residents from the *Diário Gaúcho* newspaper's journalistic articles, in order to understand the representation of these individuals in the newspaper. In the analysis process, four main meanings upon the residents were identified: 1) instituted of rights, 2) deprived of rights, 3) victimized and 4) mobilized. Such meanings are arranged in 28 quotes taken from the articles of the corpus, which have been conventionally called "significant regions". By applying the frequency analysis, it was concluded that the main signification represents the Vila Mato Sampaio residents as victimized individuals. In the context of the reflection aimed by the research, it was understood that this result demonstrates that, within the analysis established limits, the systematized representation of the "Other" by popular journalism contributes to maintenance of these individuals on the imposed condition of "Others".

Keywords: the Other's representation; popular journalism; Vila Mato Sampaio; Bom Jesus district; *Diário Gaúcho* newspaper.

SUMÁRIO

1 OS PASSOS PRIMEIROS: NOSSOS!	12
1.1 A singularidade que atravessa o caminho.....	14
1.2 O mapa da estrada que se avizinha.....	17
2 NARRAR O “OUTRO”: JORNALISMO, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO	20
2.1 Eu represento, tu representas, o jornalismo representa-nos.....	21
2.2 Identidade e diferença: eu, o outro e o mundo.....	24
2.3 O “Mesmo” e o “Outro”: o que o jornalismo tem a ver com isso?	27
3 JORNALISMO POPULAR: NARRAR O “OUTRO” PARA O “OUTRO”	32
3.1 Leitor popular: a descoberta do “Outro”	34
3.1.1 “Sensacionalista!”: uma atribuição justa?	37
3.2 Noticiabilidade no popular: o que o “Outro” quer saber?	39
3.3 Outridade no popular: as tendências de representação do “Outro” nos impressos populares.....	43
4 POR ONDE ANDAMOS: O JORNAL DIÁRIO GAÚCHO E A VILA MATO SAMPAIO	47
4.1 Embaixo do braço, o jornal uma de gente que não tinha jornal.....	47
4.1.1 Abrimos o jornal desta gente sem jornal.....	49
4.2 Rolê na vila: a existência do Mato Sampaio na cidade de Porto Alegre	54
4.2.1 Trajetória de lutas: as marcas da negação do direito à cidade na história da Vila Mato Sampaio.....	56
4.2.2 O “Outro” que habita o Mato Sampaio.....	61
5 NOVO CAPÍTULO NA TRAJETÓRIA DE LUTAS DA VILA MATO SAMPAIO	63
5.1 O “Outro” do Mato Sampaio como protagonista da luta por seus direitos	71
6 É TEMPO DE ESCOLHER UMA DIREÇÃO PARA SEGUIR CAMINHANDO	75
6.1 Os passos dados e a direção a seguir	75
6.2 Análise de Conteúdo: um método para chamar de nosso.....	77
6.3 Corpus: quando o jornal desceu pra quebrada	78
7 AS REPRESENTAÇÕES DOS MORADORES DA VILA MATO SAMPAIO NAS PÁGINAS DO DIÁRIO GAÚCHO	82
7.1 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos <i>instituídos de direito</i>	85
7.2 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos <i>destituídos de direito</i>	89
7.3 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos <i>vitimados</i>	91

7.4 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos <i>mobilizados</i>	96
7.5 É tempo de refletir: o que descobrimos andando por este caminho?.....	99
8 OS PASSOS FINDOUROS: NOSSOS!	104
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA	110
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM DIEGO ARAÚJO, EDITOR-CHEFE DO DIÁRIO GAÚCHO (03/09/2020)	111
APÊNDICE C – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 1	121
APÊNDICE D – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 2	122
APÊNDICE E – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 3	123
APÊNDICE F – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 4	124
APÊNDICE G – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 5	125
APÊNDICE H – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 6	126
APÊNDICE I – REGIÃO SIGNIFICATIVA DA MATÉRIA 7	127
ANEXO A – CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO DIÁRIO GAÚCHO	128
ANEXO B – SEÇÃO “SEU PROBLEMA É NOSSO”	129
ANEXO C – SEÇÃO “EXPLICA AÍ”	130
ANEXO D – “O GARI YOUTUBER DE BUTIÁ”	131
ANEXO E – CORPUS: MATÉRIA 1	132
ANEXO F – CORPUS: MATÉRIA 2	133
ANEXO G – CORPUS: MATÉRIA 3	134
ANEXO H – CORPUS: MATÉRIA 4	135
ANEXO I – CORPUS: MATÉRIA 5	136
ANEXO J – CORPUS: MATÉRIA 6	137
ANEXO K – CORPUS: MATÉRIA 7	138

1 OS PASSOS PRIMEIROS: NOSSOS!

*Violentamente pacífico, verídico
Vim pra sabotar seu raciocínio*
Capítulo 4 Versículo 3 - Racionais MC's

Todo conhecimento é político – e esta pesquisa, enquanto produção de conhecimento, também o é. Por meio dela, nos propomos a refletir acerca da representação¹ do “Outro”² no contexto de um tipo de jornalismo comercial que é, justamente, autodeclarado como voltado aos indivíduos que integram esta categoria identitária – o jornalismo popular³. A pergunta que a mobiliza, nosso **problema de pesquisa**, é: *como o “Outro” é representado pelo jornalismo popular?* Entendemos que incorporar determinada questão como problema de uma pesquisa é semelhante a estar parado no início de uma estrada, por ora sem saber muito para onde ir, mas ciente de que cada passo dado deve tornar mais próximo o esclarecimento que se busca. Por isso, antes de partir, é necessário que se escolha um caminho primeiro – ainda que outros possam se apresentar ao longo do percurso – e que se defina algumas regras para este caminhar.

Evidentemente, o problema que tematiza este estudo, dada sua amplitude, transborda os limites destas páginas – pois, para que possamos ousar responder a pergunta que nos mobiliza, é provável que um sem fim de pesquisas sejam necessárias. Justamente por isso, encaramos este problema como mobilizador: um norte para a reflexão que queremos fomentar através dos passos nessa estrada. E, por essa mesma amplitude, é necessário delimitar o caminhar, escolher uma terra firme para fincar os pés – fazer um recorte neste universo de “Outros” e de jornalismo popular, a fim de tornar palpável a reflexão pretendida, pela definição dos **objetos de pesquisa**. Diante desta necessidade, escolhemos traduzir estes universos por meio de dois atores sociais que entendemos como representativos: os moradores da Vila Mato Sampaio – uma das vilas formadoras do bairro Bom Jesus, região da periferia de Porto Alegre –, que representam o “Outro” desta pesquisa, e o jornal Diário Gaúcho – o impresso popular do Rio Grande do Sul, editado pela Rede Brasil Sul de Comunicação –, que aqui representará o segmento do jornalismo popular.

¹ Conceito será aprofundado no capítulo 2.

² Conceito será aprofundado no capítulo 2.

³ Conceito será aprofundado no capítulo 3.

Ainda assim, é preciso definir um objeto empírico, sobre o qual serão aplicados os procedimentos de análise. Nesse sentido, definimos como **objeto empírico** a cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca de um acontecimento específico envolvendo os moradores da Vila Mato Sampaio: quando, em 2019, a comunidade viu-se ameaçada por uma tentativa de reintegração de posse que, se concretizada, desabrigaria, ao menos, 56 famílias da vila. Esta cobertura consiste em um total de 7 matérias sobre o caso, publicadas pelo jornal de setembro de 2019 a julho de 2020, sobre as quais debruçaremos nossa análise – portanto, o **corpus** desta pesquisa. Escolhemos tal acontecimento como delimitante dada sua repercussão no debate público e relevância para a história da comunidade⁴. Cabe destacar que, neste trabalho, trataremos o acontecimento pelo viés da luta por moradia, pois entendemos que, sendo a moradia um direito expresso na Constituição Federal brasileira, a tentativa de reintegração de posse configurou-se como possível violação a este direito.

Estando definida a terra firme por onde andaremos, é preciso estabelecer as regras do caminhar – os objetivos de nossa pesquisa. Estabelecemos como **objetivo geral**, o guia maior deste percurso: *refletir sobre a representação do “Outro” no jornalismo popular a partir da análise da representação dos moradores da Vila Mato Sampaio no jornal Diário Gaúcho, nas matérias selecionadas*. Para que possamos alcançar este objetivo maior, estabelecemos quatro **objetivos específicos**, que nos auxiliarão nos passos desta estrada: a) *identificar tendências de representação do “Outro” no âmbito do jornalismo popular*; b) *compreender os objetos e abarcá-los no referencial teórico desenvolvido*; c) *identificar significados que podem ser construídos sobre os moradores da Vila Mato Sampaio a partir das matérias publicadas pelo jornal Diário Gaúcho* e d) *compreender como o jornal representa esses indivíduos*. Para atendê-los, adotaremos o **método** da Análise de Conteúdo – guiadas pelas contribuições de Bardin (1977).

Mas, afinal, por que esta pesquisa é relevante? O que a justifica? Antes que avancemos, é preciso dizer: além de político, todo conhecimento é coletivo. Ora, se ninguém nasce sabendo, tampouco seria possível construir saber algum sozinho. Assim, alertamos que este trabalho trata-se de uma construção coletiva – que conta

⁴ Tais aspectos serão aprofundados no capítulo 5.

com muito mais do que os esforços de pesquisadora e orientadora, pois carrega consigo um pouco do saber de cada uma das tantas pessoas que possibilitaram sua construção. Não é por acaso, então, que escolhemos escrevê-lo na primeira pessoa do plural: "nós", porque é nosso. Porém, para que possamos responder os questionamentos acerca de sua justificativa, bem como esclarecer as escolhas feitas até aqui, é preciso trazer uma dose de singularidade – um quê de "eu" para esses passos nossos. Por isso, peço licença para, a partir deste ponto, mudar a pessoa verbal e contar uma breve história: a história que posiciona-se atrás desta estrada, sua gênese.

1.1 A singularidade que atravessa o caminho

Ao pensar no que teria sido a gênese deste estudo – e, portanto, desta estrada –, voltei ao dia em que assisti pela primeira vez a palestra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozie Adichie na conferência internacional TEDGlobal do ano de 2009. Esta palestra me marcou. Nela, Chimamanda discorreu sobre os perigos das histórias únicas – essas tantas histórias que nos dizem um único dado sobre alguém ou algum lugar, levando-nos a pensar que tudo se resume a ele. Para explicar do que se tratava, a escritora rememorou as histórias únicas com as quais deparou ao longo de sua vida, e a que cerca sua própria existência enquanto africana – marcada pela história única que reduz as culturas, potencialidades e populações do continente africano a um único imaginário, pautado sobre os ideais colonialistas. No célebre discurso que foi traduzido em livro e tornou-se sucesso de vendas, a escritora fez, também, um alerta: precisamos questionar as histórias únicas com as quais deparamos e rejeitá-las, pois, “quando percebemos que nunca há apenas uma história sobre nenhum lugar, nós reconquistamos um tipo de paraíso” (ADICHIE, 2009, online⁵).

À época, este alerta me fez questionar: quantas histórias únicas conheço e me permito conservar, as quais me distanciam deste paraíso possível? Infelizmente, muitas foram as respostas que encontrei – e, desde então, tenho me esforçado para rejeitá-las. Porém, essa reflexão não me foi suficiente – e as palavras de Chimamanda continuaram a repercutir em mim, me invadindo os pensamentos e me causando

⁵ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story> Acesso em: 10 out. 2020.

inquietações. O que mais tinha eu a ver com isso? Um dia, descobri: ainda que do alto de todos os privilégios que me constituem enquanto ser social – e sem os quais talvez sequer tivesse chegado até a feitura desta pesquisa –, a minha existência também foi cercada por uma história única. A história única que me fez crescer vendo o meu lugar no mundo – o bairro Bom Jesus, região da periferia de Porto Alegre, o mesmo que circunda um dos objetos desta pesquisa – ser mostrado somente pela lente da violência, da criminalidade, da pobreza, da falta de segurança e dos problemas, nunca das potencialidades – e assim durante muito tempo. Lembro-me de, na infância e parte da adolescência, sentir vergonha de contar onde morava para as pessoas que acabava de conhecer, e buscar referências geográficas a fim de evitar pronunciar o nome do meu lugar – pois, mesmo pequena, já sabia o peso que este nome carregava consigo. Hoje, adulta, sou capaz de questionar: é aceitável que uma criança sinta vergonha de dizer onde mora? Não. E este é um dos perigos das histórias únicas.

Anos se passaram, e a vergonha sentida pela criança que um dia fui deu lugar ao orgulho – um processo lento e difícil, marcado por dores, mas também pela potência que é reconquistar o paraíso proporcionado pelo reconhecimento de que a minha existência e a de meus pares não têm uma história única. Ademais, seria injusto se dissesse que meu lugar permanece sendo mostrado apenas pela lente que o marginalizou – pois isso já não é uma verdade. Contudo, a história única que contaram sobre nós continua a impor seus perigos e, apesar de já não sentir mais vergonha, o peso que acompanha o nome Bom Jesus – bem como, creio eu, o de qualquer periferia – segue sobrecarregando a balança de nossas existências.

Desde este reconhecimento, uma outra dúvida me acompanhou: quem é o responsável por essa história única sobre nós? Nunca soube responder, mas enxerguei no jornalismo parte desta responsabilidade – e resolvi que eu mesma queria poder contar as histórias da minha gente. Já na graduação, fui apresentada ao conceito de representação – e, com ele, comecei a entender como se formavam as histórias únicas e qual era o papel da profissão que escolhi diante delas. Também na graduação, enxerguei no jornalismo popular uma possibilidade de dialogar com minha gente. Ainda assim, reconheci problemas no segmento, mas enxerguei nele também potencial para mudar a lógica que impõem histórias únicas – e comecei a nutrir o desejo de trabalhar em um jornal popular. Em abril de 2019, esse desejo se realizou:

passsei a integrar a redação do Diário Gaúcho – o mesmo jornal que constitui-se como objeto desta pesquisa –, como estagiária, função que exerci até novembro de 2020.

Assim, está posto que este trabalho é repleto de singularidades. Evidentemente, é impossível despir-me das subjetividades que nos atravessam, pesquisa e eu – pois foram elas, justamente, que me trouxeram até esta estrada. Deste modo, entendo que a **justificativa** para a realização desta pesquisa dá-se em três frentes: sua relevância pessoal, sua relevância social e sua relevância científica. Pessoal porque, sendo moradora do bairro Bom Jesus e tendo sido profissional da redação do Diário Gaúcho, quero compreender como o jornal no qual trabalhei representa a existência da minha gente em suas páginas – a minha existência. Ademais, sendo o jornalismo popular um segmento jornalístico comercial voltado às camadas populares da população, e que só existe enquanto negócio graças a elas, entendo como crucial que a reflexão acerca da representação desses indivíduos seja fomentada – pois, se existirem problemas, será a partir destas reflexões que as práticas poderão ser repensadas. Diante disso, cabe pontuar que este trabalho surge, também, do desejo de contribuir para a qualificação do segmento do jornalismo popular – integrando sua relevância pessoal.

Já a justificativa social parte do entendimento de que a universidade pública tem o dever de entregar respostas à sociedade. E, diante da consciência da situação privilegiada de acesso à Universidade na qual me encontro em relação a meus iguais, entendo que também eu carrego o dever de devolver algo significativo para a minha comunidade. Por isso, desejo que a “sociedade” para a qual entregarei as minhas respostas, enquanto pesquisadora inserida em uma universidade pública, seja o lugar de onde eu vim. Tal direcionamento é, por si, transgressor, uma vez que a Academia se constitui, em linhas gerais, como um espaço produtor de conhecimento pouco acessível às camadas mais vulneráveis da população - e por isso optei por construir este trabalho em forma de percurso, guiado não por certezas postas, mas por dúvidas que permitirão descobertas, pois desejo que os saberes dispostos aqui sejam apropriáveis por todos.

Desta forma, não é surpreendente pontuar que, durante a feitura do Estado da Arte⁶, constatei um número inexpressivo de trabalhos dispostos a refletir acerca da representação do “Outro” no âmbito do jornalismo popular. É preciso dizer que, nesta busca por referências, ficou evidente uma grande disposição para a discussão acerca a representação do “Outro” no jornalismo de um modo geral, mas foram poucas as contribuições encontradas que transportam este debate para o chão do jornalismo popular⁷. Com isso, entendo que esta pesquisa mostra-se relevante também sob o ponto de vista científico, visto que vem para somar-se a esses estudos ainda incipientes – contribuindo para a qualificação do campo científico da Comunicação.

Entretanto, uma pergunta pode surgir: é possível fazer ciência com tantos atravessamentos subjetivos pelo caminho? Reconheço que tal questão é de extrema relevância, e, para respondê-la, recorrerei a esta mesma subjetividade: não creio que uma pesquisa só possa ser válida mediante distanciamento, tampouco que só possamos pesquisar sobre aquilo que não nos toca – pois entendo que todo conhecimento, além de político e coletivo, é humano. O imprescindível, julgo, é esclarecer todas as subjetividades presentes e estabelecer um contrato honesto - o que me propus a fazer por meio deste quê de “eu”. E, entendendo que cumpri este adendo necessário, reconvoco o “nós” a fim de apresentar o mapa desta estrada na qual estamos prestes a trilhar caminhos.

1.2 O mapa da estrada que se avizinha

Estabelecidos os rumos e as regras de nosso caminhar e esclarecidos os atravessamentos subjetivos que nos acompanharão por esta estrada, é preciso apresentar o mapa do caminho – as paradas que nos levarão ao final deste trajeto. A primeira parada encontra-se no **Capítulo 2**, por meio do qual, mobilizando as contribuições dos Estudos Culturais, apresentamos o conceito de representação e suas implicações no processo de formação das identidades, passando pela compreensão acerca da identidade do “Outro”. Nesta parada, buscamos, ainda, compreender e tensionar o papel do jornalismo nestes processos.

⁶ O Estado da Arte considerou os repositórios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio do Sinos, Universidade de São Paulo e o Portal de Periódicos da CAPES.

⁷ Dentre os trabalhos encontrados, destacam-se, no âmbito dos estudos da representação inserida no contexto do jornalismo popular, as produções de Amaral (2004) e Prevedello (2008).

Com estes esclarecimentos, partiremos para o **Capítulo 3**, parada na qual apresentamos o conceito de jornalismo popular e suas particularidades enquanto segmento jornalístico voltado às camadas populares. Por meio das contribuições de pesquisadores que dedicaram-se a compreender os modos pelos quais a imprensa se faz popular no Brasil, sobretudo as de Márcia Franz Amaral, buscamos situar a questão da representação do “Outro” no âmago da produção dos jornais populares.

Entendendo os conceitos de representação e jornalismo popular, tão caros a este trabalho, é chegado o momento de derramá-los sobre a terra firme. No **Capítulo 4**, apresentamos os objetos que constituem nossa pesquisa: o jornal Diário Gaúcho e os moradores da Vila Mato Sampaio. Aqui, há algo a destacar: a fim de que pudéssemos compreender quem são os moradores da Vila Mato Sampaio, fez-se necessário recuperarmos os eventos que suscitaram na formação e constituição deste lugar até o tempo presente – pois, se queremos rejeitar a história única, não podemos realizar uma pesquisa que não entende sobre quem fala, construída por entre os muros desiguais da Academia. Por isso, procuramos dedicar uma apresentação respeitosa da história deste lugar e de seus habitantes, a fim de evitar o risco de construir um estudo que tece críticas sobre a representação do “Outro” sem preocupar-se com a própria representação sistematizada em sua construção. Por essa mesma razão, na próxima parada, expressa pelo **Capítulo 5**, nos dedicamos a apresentar o mais recente acontecimento que marca a história da Vila Mato Sampaio: a tentativa de reintegração de posse que tematiza as matérias que integram o corpus desta pesquisa.

Quando chegarmos a este ponto da estrada, muitas descobertas terão sido acumuladas, as quais precisaremos organizar para exercer o movimento de análise ao qual destina-se esta pesquisa. No **Capítulo 6**, recuperamos os passos dados, justificamos e apresentamos o método escolhido – a Análise de Conteúdo –, bem como o corpus a ser submetido aos procedimentos metodológicos. Neste ponto, expomos, ainda, as nossas primeiras impressões analíticas, constituindo a etapa da pré-análise. Na parada seguinte, expressa pelo **Capítulo 7**, desenvolvemos nossa análise em busca dos significados que podem ser construídos acerca dos moradores da Vila Mato Sampaio a partir do corpus, a fim de compreender como esses indivíduos são representados pelo jornal.

Ainda nesta parada, apresentaremos os resultados obtidos e as reflexões que entendemos pertinentes diante das descobertas possibilitadas pela análise. E, na parada seguinte – última de nossa estrada –, expressa pelo **Capítulo 8**, buscaremos compreender o que esses resultados, delimitados nos objetos escolhidos, dizem-nos a respeito da representação do “Outro” no jornalismo popular – e o que convém-nos fazer com eles.

Com o mapa que nos guia em mãos, nos pomos a caminhar.

2 NARRAR O “OUTRO”: JORNALISMO, IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO

*Até parece meu mano, não tá nada perdido
Se nasceu favelado tu já é perseguido
E se falar de nós, não sabe o que diz
Não conhece a verdade e nem nossa raiz
Desde Pequeno - MC Menor do Chapa*

Neste capítulo, iniciamos nosso caminhar pela estrada que nos guiará até o ponto ao qual objetivamos chegar. Ancoradas na perspectiva dos Estudos Culturais⁸, apresentamos o conceito de representação e buscamos compreender qual a relação do jornalismo com ele, para que possamos avançar no entendimento de como o jornalismo popular representa o “Outro”.

Contudo, antes de nos debruçarmos sobre o conceito de representação, uma questão mostra-se como fundamental para o avanço de nosso percurso: o produto jornalístico é um espelho da realidade? Partindo de um pressuposto inicial que permite a existência desta pesquisa – que o jornalismo tem o poder de representar –, seria controverso compreender as notícias como simples reproduções do real. Deste modo, é conveniente explicitar que partimos de um entendimento das notícias enquanto construções, ou seja, narrativas a respeito do real, construídas a partir do olhar de quem as narra. Adotamos, aqui, a definição proposta por Benetti (in LAGO; BENETTI, 2007), que caracteriza a notícia como

[...] construção social que depende basicamente de seis condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes de informação utilizadas e seus interesses. (BENETTI in LAGO; BENETTI, 2007, p. 110-111).

Ou seja, muito mais que um espelho da realidade, a notícia é uma estória, construída a partir do real, que, ao mesmo tempo, tem a capacidade de reconstruí-lo significativamente – e é constantemente atravessada por questões que transbordam os acontecimentos emergentes do real. Tal compreensão, de forma alguma, põe em cheque a veracidade dos produtos jornalísticos, uma vez que considerar as notícias

⁸ Por isso, falamos, aqui, de representações culturais - reconhecendo a existência de outras terminologias, como a de “representações sociais” conceituada por Serge Moscovici.

como construções narrativas não exclui o fato de que elas correspondem à realidade; mas reconhece seus atravessamentos (TRAQUINA, 2004). Por outro lado, introduz a possibilidade de questionarmos nossa postura – enquanto jornalistas – frente aos acontecimentos do mundo, permitindo-nos, ainda, compreender que o discurso que projetamos ultrapassa a função primordial de informar (BIRD; DARDENNE in TRAQUINA, 1999), e influencia diretamente a vida em sociedade.

As notícias enquanto abordagem narrativa não negam que as notícias informam; claro que os leitores aprendem com as notícias. No entanto, muito do que aprendem pode ter pouco a ver com os factos, nomes e números que os jornalistas tentam apresentar com tanta exatidão. Estes pormenores - significantes e insignificantes - contribuem todos para o bem mais amplo sistema simbólico que as notícias constituem. Os factos, nomes e detalhes modificam-se quase diariamente, mas a estrutura na qual se enquadram - o sistema simbólico - é mais duradoura. (BIRD; DARDENNE in TRAQUINA, 1999, p. 265).

Por sistema simbólico, conforme apresentado pelos autores, entendemos como o *modus operandi* da sociedade em que vivemos – a maneira como a organização social da vida cotidiana está posta – sendo o jornalismo, bem como seus produtos, elementos constituintes desse todo. E é nesse *modus operandi* que também se ancora a forma como escolhemos narrar um determinado acontecimento, pois “as notícias não emergem naturalmente do mundo real para o papel, não são o reflexo do que acontece. São um discurso sobre o mundo, redigidas com base em formas narrativas, pautadas por símbolos, estereótipos, clichês e metáforas” (AMARAL, 2006, p.23).

Poderíamos, então, indagar de onde vêm tais símbolos, estereótipos, clichês e metáforas que, como pontuado por Amaral (2006), interferem nas narrativas jornalísticas sobre os acontecimentos do mundo. É a partir da luminosidade desse questionamento, que partimos para a próxima parada de nosso percurso, chave para a construção deste trabalho: a representação.

2.1 Eu represento, tu representas, o jornalismo representa-nos

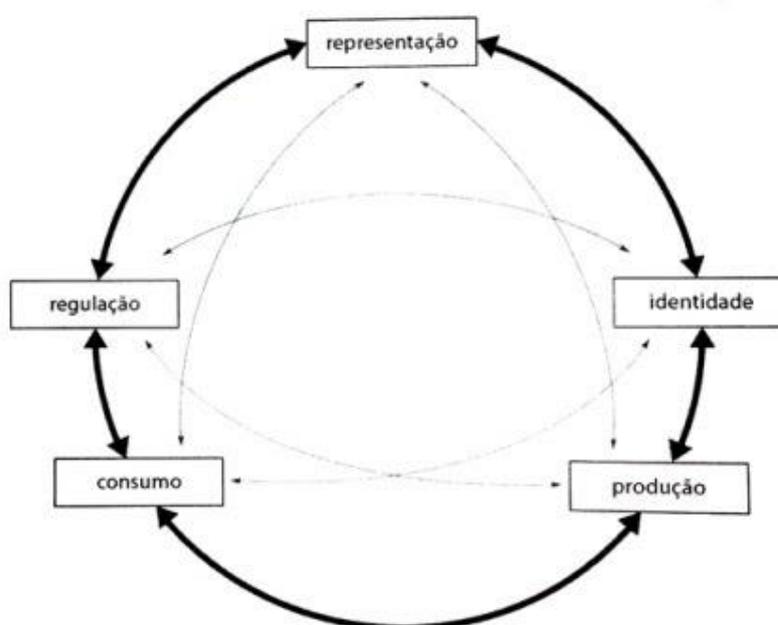
Como membros de uma determinada cultura⁹, somos expostos desde o nascimento a formas de ver e interpretar o mundo, a partir das quais nos inserimos

⁹ Tendo em vista a amplitude de definições para o conceito de cultura, optamos por adotar, aqui, o mesmo entendimento utilizado por Hall (2016), embasado no movimento da virada cultural - quando a noção de significação passa a ser considerada na definição de cultura. Desse modo, entendemos que

nele. Para Hall (2016), a cultura está no centro da construção da identidade¹⁰ dos indivíduos, pois é pelas noções de pertencimento e diferença que nos entendemos enquanto seres sociais. Tais noções estão ligadas diretamente à representação, uma das etapas mais importantes do chamado Circuito da Cultura, que consiste na relação entre os processos de produção, regulação, consumo, identidade e representação – conceito que, aqui, nos interessa aprofundar.

Figura 1 - O Circuito da Cultura

O CIRCUITO DA CULTURA



Fonte: Du Gay et al (1997¹¹) apud Hall (2016, p. 18)

Presente em tudo o que fazemos na vida em sociedade, a representação é o modo pelo qual atribuímos significados às coisas, por meio da linguagem. Representar algo é trazê-lo à tona a partir da descrição, produzindo semelhanças e diferenças em nossas mentes ou em nossos sentidos (HALL, 2016). Tal processo insere-se nos chamados sistemas de representação, mecanismos linguísticos que podem ser compreendidos como os “sistemas de significado pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos e os outros” (HALL, 2003, p. 179).

a cultura “diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos - o ‘compartilhamento de significados’ - entre os membros de um grupo ou sociedade” (HALL, 2016, p. 20).

¹⁰ Conceito será aprofundado no subcapítulo 2.2.

¹¹ DU GAY, P. *et al.* **Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman**. Londres: Sage, 1997.

Operando nesses sistemas linguísticos de significação, a representação mostra-se intimamente ligada à ideologia – entendida por Hall (2003, p. 173) como “estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as 'ideias' que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que devem fazer”. E, no caso do jornalismo, a representação se mostra como a maneira pela qual esse mundo é apresentado e significado pelo discurso dos jornalistas – e, assim, legitimado. No âmbito da produção jornalística, o caráter ideológico da representação continua a operar, pois os profissionais “produzem, reproduzem e transformam o próprio campo da representação ideológica” (HALL, 2003, p. 180). Sobre este processo de representação/significação, Hall (2016) explica que

[...] nós concedemos sentido às coisas pela maneira como as representamos - as palavras que usamos para nos referir a elas, as histórias que narramos a seu respeito, as imagens que delas criamos, as emoções que associamos a elas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, enfim, os valores que nelas embutimos. (HALL, 2016, p. 21).

Com o jornalismo não é diferente. Como discutimos anteriormente, as notícias são recortes selecionados da realidade, de modo que cada palavra escolhida para narrar um acontecimento está impregnada de significados que são anteriores ao fato em si¹². O ponto chave, porém, é que a representação que parte do jornalismo é capaz de amplificar tais significados, devido a visibilidade e influência que seu discurso exerce na reconstrução do real. Para Resende (2007), a prática jornalística deve ser entendida como produtora de saber, uma vez que ao jornalismo compete a tarefa de produzir conhecimento sobre os acontecimentos do mundo - tarefa esta, que lhe é conferida

[...] tanto porque detém a tecnologia - uma força maquinica incomensurável - como também porque outras instituições produtoras de saber - estas, de caráter pedagógico - conferem aos que proferem os discursos da mídia o direito da fala. A partir desses lugares, pelo desejo pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do

¹² Amaral (2003, p. 142) explica que “para que algo faça sentido, é necessária a ocorrência anterior de outros sentidos já fixados na memória discursiva que possam ser filiados ao acontecimento presente. As notícias são elaboradas a partir de elementos culturais que ajudam o leitor a se identificarem com os fatos”. Por estes elementos, podemos entender como os “significados compartilhados” apontados por Hall (2016), os quais nos fazem pertencentes a uma determinada cultura, na medida em que significamos e interpretamos o mundo de maneira semelhante. Nesse sentido, ainda que exista uma grande diversidade de significados e possibilidades de interpretação acerca de qualquer tema, hegemonicamente, enquanto sociedade, tendemos a atribuir os mesmos sentidos a coisas, pessoas e grupos sociais. Deste modo, “a mídia torna os acontecimentos significativos a partir de uma identificação e contextualização social e cultural” (AMARAL, 2003, p.143).

outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante. (RESENDE, 2007, p. 83).

Nesse sentido, a representação torna-se uma questão crucial para pensarmos o fazer jornalístico e seu papel na ordem social vigente – uma vez que detém a possibilidade não só de representar, como, também, de definir a maneira como alguém ou determinado grupo será representado em seu sistema. De acordo com Silva (in SILVA, 2013), este tende a operar como um sistema arbitrário, estreitamente ligado às relações de poder. Para Hall (2016), tal poder deve ser entendido em sua dimensão simbólica - aquilo que Bourdieu (2012) define como *poder simbólico*,

[...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. [...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo. (BOURDIEU, 2012, p. 7-14).

Olhar para as práticas representacionais pelo viés de tais relações, atentando-se a seus efeitos e consequências para a vida em sociedade, caracteriza o que Hall (2016, p. 26-27) define como abordagem discursiva nos estudos da representação. Diferentemente da abordagem semiótica – que “se concentra em como a representação e a linguagem produzem sentido” (grifo original) –, a abordagem discursiva transborda essa fronteira ao preocupar-se com a política por trás dos sistemas representacionais e suas consequências na reconstrução do real. Para a discussão que estamos dispostos a fomentar a partir desta pesquisa, faz-se necessário, então, que nos apoiemos em tal abordagem.

Sobre as características da abordagem discursiva, Hall (2016, p. 27) explica que, para além do exame acerca de como os significados são produzidos e fixados, ela examina “como o conhecimento elaborado se relaciona com o poder, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades e define o modo pelo qual certos objetos são representados, concebidos, experimentados e analisados”. Neste ponto, contudo, um questionamento se mostra necessário para que possamos avançar em nosso estudo acerca da representação: o que é identidade?

2.2 Identidade e diferença: eu, o outro e o mundo

Nossa existência enquanto seres sociais inseridos em uma determinada cultura - esse espaço de compartilhamento de significados – implica em nossa inserção,

também, nas diferentes “caixinhas” que circundam o nosso existir. São a elas que recorreremos quando confrontados por uma das perguntas mais difíceis que se pode fazer a alguém: “quem é você?”. Frente a este questionamento desconcertante, um sem fim de possibilidades se apresentam – razão de seu desconcerto em nós. Afinal, o que define aquilo que somos? Nosso código genético? O país de nosso nascimento? Nossos gostos pessoais? Nossas crenças?

Diante desta gama, torna-se mais fácil, então, descrever aquilo que nós não somos. Isso porque a identidade, bem como a linguagem, é um processo relacional. Eu não sou apenas porque sou; eu sou, sempre, em relação àquilo que não sou. Se, assim como na linguagem, só posso dizer que algo é claro porque sei o que é escuro; na identidade, só posso afirmar que sou alguma coisa porque, ao mesmo tempo, existe outra, diferente. De acordo com Hall (2006, p. 40-41), só reconheço minha existência identitária “em relação com ‘o outro’ (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser”. Apesar disso, ainda recorreremos às “caixinhas” identitárias a fim de encontrar referências que explicam este nosso *ser/não-ser*. “Sou brasileira” – e não norte-americana. “Sou gaúcha” – e não baiana. “Sou mulher” – e não homem. Mas o que significa ser brasileira, gaúcha e mulher? É neste momento que a representação liga-se à identidade.

Se só sabemos o que somos porque sabemos o que não somos, igualmente, só compreendemos o que este *ser/não-ser* significa por conta da representação – dos significados que nos dizem o que cada uma das “caixinhas” as quais pertencemos é, e o que, assim, significa pertencer a elas. É por meio da representação que podemos mobilizar significados a fim de explicar o que é ser brasileira, gaúcha e mulher, por exemplo. Ou seja, a representação tem o poder de definir nossas identidades – e nós, apesar de não as carregarmos impressas em nossos códigos genéticos, “efetivamente pensamos nelas como se fosse parte de nossa natureza essencial” (HALL, 2006, p. 47), por conta dos sistemas representacionais. Segundo Silva (in SILVA, 2013),

A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: “essa é a identidade”, “a identidade é isso”. (SILVA in SILVA, 2013, p. 91).

E, ao admitir que a identidade é produto da representação – e, portanto, da linguagem –, voltamos às relações de poder que cercam os sistemas representacionais. Pois a identidade – o que eu sou – e a diferença – o que eu não sou –, se frutos desses sistemas, estão sujeitas “a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas” (SILVA in SILVA, 2013, p. 81). Ao impor nossas identidades, a representação nos diz, também, o lugar que ocupamos na sociedade. Como aponta Woodward (in SILVA, 2013),

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar [...]. Os discursos e os sistemas de representação constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD in SILVA, 2013, p. 17-18).

Mas o que tem o jornalismo a ver com isso? Ora, se configurado como um sistema de representação capaz, também, de amplificar significados, o jornalismo pode ser considerado um definidor – ou impositor – de identidades – e, por isso, o olhar para os produtos jornalísticos não pode ser ingênuo. Se a identidade é fruto da representação e a partir dela significamos aquilo que somos e aquilo que podemos vir a ser, o relato jornalístico assume, junto a este poder, uma grande responsabilidade – da qual o jornalismo enquanto instituição social não pode ser eximido.

Podemos concluir que o modo como enxergamos as nossas “caixinhas” condiciona o que entendemos ser o nosso lugar no mundo. Assim, se pensarmos, por exemplo, na figura de um sujeito morador de uma determinada região de periferia – lugar que consiste em uma de suas “caixinhas” pela construção de sua identidade de sujeito periférico –, a forma como ele se vê representado pelo jornalismo, as histórias que ouve sobre esse lugar e as pessoas que, como ele, o ocupam, será determinante para sua compreensão acerca de quem é e qual é o seu espaço na sociedade. Se, então, este sujeito crescer vendo sua existência traduzida pela associação ao crime, à violência, à marginalidade – por meio da representação dada a essa sua “caixinha periferia” –, por exemplo, que lugar ele entenderá que lhe está reservado na vida social? É neste contexto que mora a responsabilidade do jornalismo em relação ao poder de representar e, assim, definir identidades.

Além disso, se pensarmos no potencial definidor de identidades que habita os sistemas de representação elencados pelo jornalismo, outro poder é compartilhado

com ele: o de estabelecer parâmetros identitários. Ao designar uma forma de representação, por exemplo, para uma certa camada da população, outra forma, conseqüentemente, é designada à camada oposta. Pois, como vimos, a representação e a identidade estão sempre relacionadas à diferença. Os produtos jornalísticos, enquanto representações, são, desta forma, “eixos norteadores dos 'consensos' e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade” (BENETTI in LAGO; BENETTI, 2007, p. 110).

Assim, a questão da identidade e da diferença assume uma proporção amplificada; passando a fazer sentido não só para a minha existência individual, mas de toda a sociedade. O “eu” não corresponde mais apenas a mim, mas aos membros das “caixinhas” nas quais estou inserida e que definem quem sou; do mesmo modo, “ele” não é mais, apenas, aquele que eu não sou, mas a representação de tudo o que é diferente de mim. A identidade, além de imposta, torna-se disputada (SILVA in SILVA, 2013). Pois, se pela representação se define o normal e o anormal, o bom e o ruim, o bonito e o feio, o certo e o errado, o divino e o profano, quem há de querer ocupar as “caixinhas” posicionadas do lado negativo deste parâmetro imposto? E quem, pertencendo ao “normal”, há de querer sair dele? Nasce, com isso, as tensões pela manutenção desta ordem. Com elas, surge também a figura do “Outro” - próxima parada de nosso caminhar.

2.3 O “Mesmo” e o “Outro”: o que o jornalismo tem a ver com isso?

Como abordamos, a identidade, ao ser definida pelos sistemas de representação, anda de mãos dadas com a marcação da diferença. Assim, de acordo com Silva (in SILVA, 2013), a afirmação identitária implica sempre em um movimento de incluir e excluir – pois, como vimos, só sou uma coisa, porque não sou outra; só estou dentro de uma “caixinha”, porque estou fora de outras tantas. Ou seja,

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e sobre quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. (SILVA in SILVA, 2013, p. 82).

“Nós” e “eles”, no processo de marcação da diferença, transbordam a gramática, não são apenas pronomes. No panorama amplificado da vida em

sociedade, tornam-se a tradução das relações sociais de poder – o mesmo poder simbólico que representa, define identidades e, agora, determina padrões. A identidade passa a ser, então, instrumento de manutenção das estruturas sociais – pois, junto ao processo de afirmação identitária, unido à marcação da diferença, há a fixação das identidades normativas. Como explica Silva (in SILVA, 2013),

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (SILVA in SILVA, 2013, p. 83).

Este processo, cabe destacar, nunca é ingênuo: as identidades as quais são concedidas o status de parâmetro correspondem, invariavelmente, às “caixinhas” nas quais inserem-se os detentores do poder de representar. Esta fixação não está ligada, tampouco, à maioria numérica formadora de uma sociedade, mas à intenção de manutenção de tal poder. Se pensarmos, por exemplo, em uma sociedade como a brasileira, veremos que, ainda que a maioria populacional seja negra, a definição dos valores que nos dizem o que é bom e ruim, certo e errado, bonito e feio, normal e anormal, divino e profano, correspondem a uma ideia de branquitude – possibilitando a manutenção de sua estrutura social historicamente construída sobre o racismo. A identidade hegemônica personifica-se, assim, no rosto de quem insere-se no topo da pirâmide social - neste caso, um rosto branco.

É nesse contexto que surge a figura do “Outro”. Pois, a fim de garantir a manutenção da ordem social vigente, não basta apenas definir uma identidade hegemônica: é preciso criar estranhos. Isso porque, assim como “a definição da identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal” (SILVA in SILVA, 2013, p. 84). Deste modo, a tudo o que está fora desta “normalidade” imposta, que não corresponde à identidade do topo da pirâmide, é concedido o status de “Outro”. Na “caixinha” do “Outro”, inserem-se indivíduos, grupos, lugares, paisagens sociais e todo o restante cuja entrada na “caixinha” dos poderosos é barrada. Assim, se pensarmos novamente na sociedade brasileira, não é difícil perceber as existências que constituem o nosso “Outro”: pessoas negras,

peças LGBTQI+, pessoas indígenas, pessoas quilombolas, pessoas da periferia, pessoas pobres.

O “Outro” é, então, todo o conjunto de minorias sociais presentes nas sociedades capitalistas, no geral marcadas por explorações que implicam na perpetuação de desigualdades raciais, sociais, econômicas e de gênero. Mas, como tudo neste processo está ligado à marcação da diferença, a imposição do “Outro” também dá-se em oposição a algo – neste caso, o “Mesmo” (AIDAR; BAIRON in LAGO; BENETTI, 2007). Se o “Outro” é aquele posicionado à margem, o “Mesmo” é quem detém o poder de posicioná-lo neste extremo e, conseqüentemente, posicionar-se no centro.

O que, contudo, tem o jornalismo a ver com isso? Ora, se, como vimos, os sistemas de representação elencados pelo jornalismo têm a capacidade de construir e fixar significados, moldando as identidades dos sujeitos, não teria ele a possibilidade de atuar como agente revolucionário? Não poderia o jornalismo, por meio de seus sistemas de representação, romper com a manutenção da figura do “Outro”? Enquanto instituição social a qual foi conferida a confiança de narrar os acontecimentos do mundo, não cabe a ele expressar a diversidade humana em sua complexidade? Não deveria, então, o relato jornalístico ser livre da imposição de “Outros”? Entendemos que, a todas estas dúvidas insurgentes, a resposta é sim (RESENDE, 2009). Contudo, dois fatos são fundamentais para uma compreensão não romântica do jornalismo frente à representação do “Outro”: 1) o jornalismo só detém o poder de representar o “Outro” porque, ele próprio, enquanto instituição social, insere-se na “caixinha” do “Mesmo”; e 2) a máquina jornalística não é uma entidade mística; é uma máquina operada e movimentada por indivíduos que, por sua vez, foram formados nesta sociedade cujos sistemas de representação – entre eles, o próprio jornalismo, em uma situação circular conflitante – impõem a existência de um “Outro”.

Assim, do mesmo modo que poderia o jornalismo contribuir para a emancipação dos sujeitos aos quais foi imposta a condição de “Outros”, pode ele, também, ser mais um instrumento de manutenção das estruturas de poder. Nesse sentido, de acordo com Aidar e Bairon (in LAGO; BENETTI, 2007, p. 253), tradicionalmente a postura do jornalismo frente ao “Outro” passa longe da capacidade

de promover a transformação social que, na condição de jornalistas, poderíamos exercer: “Frente ao outro é preciso resguardar-se, qualificando-o como exótico [...], é preciso ocultá-lo do holofote, deixá-lo nas margens”.

Segundo Hall (2016, p.190), em relação ao “Outro” a principal estratégia de representação tende a ser a prática chamada de estereotipagem, “que reduz as pessoas a algumas poucas características simples e essenciais, que são representadas como fixas por natureza”. Diferentemente de tipificar – “caracterização simples, vívida, memorável, facilmente compreendida e amplamente reconhecida” (DYER, 1977¹³, p. 28 apud HALL, 2016, p. 191), presente em qualquer processo de representação –, estereotipar pode ser entendido como o movimento de recorrer a significados sociais comuns e, no geral, pejorativos, sobre alguém ou determinado grupo, promovendo a generalização e desumanização dos indivíduos, representando-os como um corpo único, grupal, e reduzindo suas existências e complexidades a características ditas comuns e naturais, mas carregadas de preconceitos – em operação semelhante à desempenhada pelas histórias únicas alertadas por Adichie (2009, online). Entendidos por Hall (2016) como elementos chave para o exercício da violência simbólica, os estereótipos

[...] se *apossam* das poucas características ‘simples, vívidas e memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas’ sobre uma pessoa; tudo sobre ela é *reduzido* a esses traços que são, depois, *exagerados* e *simplificados*. [...] Então, a *estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e ‘fixa’ a diferença*. (HALL, 2016, p. 191) (destaques originais).

Um dos caminhos para compreender os porquês de a representação do “Outro” embasar-se nos mecanismos de estereotipagem apontados por Hall (2016) passa pela análise a respeito de quem fala no e através do jornalismo. Isso porque, além de o jornalismo, na sua condição de instituição, inserir-se no “Mesmo”, ele é formado majoritariamente por indivíduos cujas identidades adequam-se a este padrão. Segundo Lago (2010), a representação do “Outro” torna-se ainda mais problemática porque, no geral, os próprios jornalistas fazem parte do “Mesmo”.

Entendo que a perspectiva é dificultada pela própria característica do agente jornalista, formado prioritariamente junto às camadas médias e altas da população, carregando este *habitus* de classe e as predisposições a ele inerentes, além da formação junto a um campo que, estruturalmente, afasta e desqualifica a alteridade. (LAGO, 2010, p. 168).

¹³ DYER, Richard. (Org). **Gays and Flim**. Londres: British Film Institute, 1977.

O “Outro” tende a tornar-se, então, um objeto estranho, alheio, sobre o qual, muitas vezes, não somos capazes de falar senão recorrendo a significados que acentuam características que fixam sua diferenciação. O que muitas vezes fazemos – nós, jornalistas –, então, muito longe de romper com a figura do “Outro”, é assumir sua existência como natural. E, deixando para trás a possibilidade de expressar a diversidade humana em sua complexidade, atuando como agentes de transformação social, esbarramos nas diferenças e, por vezes – em muitas delas, é preciso ponderar, em razão das condições de produção que o mercado de trabalho do jornalismo impõe¹⁴ –, traduzimo-nas em simples, genéricas e estereotipadas – contribuindo, conscientemente ou não, para a manutenção do *status quo*.

Mas, se pensarmos a partir da lógica de um jornalismo feito para as identidades que integram o “Outro” – e que só existe enquanto negócio de comunicação inserido em uma sociedade capitalista por causa dele, que o consome e sustenta –, como se dá essa representação? Como é representado o “Outro” para aqueles que configuram o próprio “Outro”? Seria por meio dos mecanismos de estereotipagem? Ou, na contramão daquilo que – segundo as contribuições dos autores trazidos aqui – é a postura dominante do jornalismo frente à diferença, seria esse jornalismo um feixe de luz a ser seguido? É justamente à essa compreensão que desejamos chegar. Entretanto, para que possamos avançar, é preciso descobrir: que jornalismo é esse?

¹⁴ Segundo Amaral (2003, p. 142), “muitos fatores interferem na produção de uma notícia, que vão desde o posicionamento do jornal, o empenho do jornalista, as pressões do tempo, os constrangimentos organizacionais, as pressões políticas e econômicas, entre outros”.

3 JORNALISMO POPULAR: NARRAR O “OUTRO” PARA O “OUTRO”

*Vem cá, eu vim de muito longe
E trouxe alguma coisa pra falar
Então me deixem falar, a verdade
Muitos por aí não dizem nada, assim
Quem diz algo devia ter prioridade, enfim
Acendam as Luzes - Rashid*

Percorrida esta etapa de esclarecimentos acerca do conceito de representação, chegamos à próxima parada de nosso caminhar. Neste capítulo, abordaremos as questões relativas ao segmento do jornalismo impresso comercial auto-intitulado popular, adotando o entendimento de Amaral (2004, p.27), que caracteriza seus produtos como “jornais ligados às grandes empresas de comunicação que visam ao lucro, são vendidos em bancas e cujos projetos editorial e gráfico destinam-se abertamente às classes populares” – também compreendidas como as classes econômicas C, D e E. É importante destacar que, neste estudo, nos ateremos às manifestações do jornalismo popular no meio impresso – ainda que, enquanto segmento jornalístico, ele se apresente também em outros formatos. Entendemos, ainda, que ao fim que se destina esta pesquisa, não interessa-nos fazer o resgate histórico das possíveis origens do segmento, mas buscarmos a compreensão de suas características e particularidades, sobretudo aplicadas aos exemplares brasileiros. Deste modo, mobilizando as contribuições de pesquisadores que dedicaram-se ao estudo dos modos como a imprensa brasileira se faz popular, iniciamos nosso processo de familiarização com o jornalismo popular para que possamos, em algum modo, compreender suas práticas representacionais em relação ao “Outro”.

De acordo com Amaral (2004), inúmeras são as bibliografias acerca do jornalismo popular tecidas sob uma perspectiva que em muito o critica, mas pouco contribui para sua qualificação. Esta foi uma das dificuldades encontradas na busca por referenciais que elevem o jornalismo popular ao status de objeto de pesquisa de forma não meramente condenatória, uma vez que “expressões como ‘degradação cultural’, ‘lixo’ e ‘antijornalismo’ sempre foram usadas para desqualificar os produtos informativos populares comerciais, o que também os exclui do rol de objetos dignos de serem estudados e pesquisados” (AMARAL, 2006, p.11). Nesse sentido, é necessário reiterar que partimos de uma compreensão do jornalismo popular

enquanto potência. Sendo assim, ainda que atentas a eventuais críticas que possam lhe caber – as quais serão abordadas ao longo de nosso percurso –, não o trataremos como nicho a ser combatido e exterminado, pois reconhecemos sua importância ao dialogar e dar espaço de fala a camadas da população que, em geral, ficam à margem do jornalismo impresso denominado de referência¹⁵ – cujos jornais são conhecidos como *quality papers*, que tem em seu público-alvo “grandes parcelas de leitores com nível superior completo” (MAGALHÃES, 2015, p.10), ao quais também cabem críticas.

Entretanto, é preciso ponderar que o surgimento da imprensa popular no Brasil pouco se relaciona com o desejo genuíno de dar voz a quem integra esses segmentos sociais mais vulneráveis – ainda que, em algum modo, desempenhe este papel. Surge, na verdade, impulsionada pelo reconhecimento – por parte de grandes grupos de comunicação – de que o jornalismo enquanto negócio vende um produto que faz sentido para a vida de diferentes camadas da população: a informação (MAGALHÃES, 2015). Deste modo, é a partir da percepção da existência de um nicho de mercado promissor e, até então, inexplorado em grande escala, que começam a se espalhar publicações autodenominadas populares pelo país – sobretudo ao fim da década de 90¹⁶. Entre elas, exemplos ainda editados como o Extra (RJ), do Grupo Globo, o Agora São Paulo (SP), do Grupo Folha de São Paulo, e o Diário Gaúcho (RS), nosso objeto de pesquisa, da Rede Brasil Sul.

Para atingir um público formado majoritariamente por pessoas possuidoras de baixa renda e nível de escolaridade formal, moradoras de regiões de periferia e sem acesso ou familiaridade com o jornal impresso massivo dedicado às classes A e B, fez-se necessário que o jornalismo aprendesse a dialogar com este novo consumidor, de acordo com quem concebeu ser ele – que, por suas características econômicas e sociais em relação às identidades hegemônicas, insere-se na “caixinha” imposta de “Outro”. Quando decidem apostar no gênero popular, as empresas passam a adaptar

¹⁵ Conforme pontuado por Márcia Franz Amaral (2006, p. 56), “quem fala no jornalismo de referência são os jornalistas, editorialistas, colunistas e fontes oficiais, pois representam instituições de poder, exercem certo controle e têm determinadas responsabilidades. Quem não exerce poder na sociedade, não ocupa cargo ou não tem representatividade econômica não tem voz na notícia, a menos que suas ações produzam efeitos negativos”.

¹⁶ Ainda que, nos anos 1950, já existam publicações destinadas ao público de baixa renda, como Última Hora e Notícias Populares, já extintos, e o ainda editado O Dia (AMARAL, 2006).

distribuição¹⁷, formatos, linguagem, discursos e, até mesmo, o conceito do que é ou não noticiável. Tudo isso, na tentativa de contemplar o universo imaginado deste leitor em potencial a ponto de interessá-lo, e construir um produto informativo que possa ser contemplado por seu poder de compra – ou seja, um jornal barato, que faça sentido ao leitor popular e seja, ao mesmo tempo, lucrativo enquanto negócio.

Este processo, entendemos estar intrinsecamente ligado ao conceito de representação que conhecemos em nossa última parada. Pois, foi a partir da mobilização dos significados já circulantes a respeito desses indivíduos que o jornalismo popular desenhou seu produto e, conseqüentemente, sistematizou suas práticas representacionais. Diante disso, podemos perguntar: quem o jornalismo popular entende ser este “Outro” - agora seu leitor?

3.1 Leitor popular: a descoberta do “Outro”

Ao investir em produtos destinados às camadas populares, a imprensa precisou voltar seu olhar para os indivíduos que as constituem, a fim de entendê-los. Com base na construção que tivemos até aqui, podemos dizer que, ao reconhecer no “Outro” um consumidor em potencial, a imprensa popular precisou encontrar formas de primeiro compreendê-lo para, depois, atraí-lo para seus jornais. Este processo de “reconhecimento” deu-se por meio de estratégias mercadológicas, como pesquisas visando identificar o modo de vida e sondar os interesses desses sujeitos até então estranhos, e da mobilização de referências culturais que circulam sobre as camadas populares (AMARAL, 2004) - o repertório de significados compartilhados a respeito de suas existências.

O jornal sempre projeta um leitor e estabelece suas estratégias com base nele. O leitor também imagina o que a publicação deve dizer e como deve dizer. [...] No caso do segmento popular, há elementos historicamente atribuídos às classes populares e observáveis até hoje na mídia. Os veículos de comunicação trabalham com um estereótipo de quem deve ser o leitor popular. Mas também é preciso considerar que há algumas características típicas do conhecimento popular apontadas em vários estudos, que se generalizaram e são incorporados pelos jornais de maneira espontânea, não consciente. (AMARAL, 2006, p. 60-61)

¹⁷ Segundo Claiton Magalhães (2015, p. 11), os novos jornais populares emergentes eram “vendidos somente em bancas e por jornaleiros, visto que o sistema de entrega a domicílio, por assinatura, ficaria bem mais dispendioso financeiramente, com seus leitores morando em lugares distantes e, às vezes, de difícil acesso”.

É a partir deste movimento que o jornalismo popular concebe seus produtos, definindo a linguagem a ser adotada, as pautas que devem ser abordadas em sua cobertura e as vozes a serem amplificadas; tudo isso, com base no que crê contemplar esse leitor imaginado. Contudo, a problemática deste processo de reconhecimento ilumina-se pela constatação de que se dá, também, pela mobilização de significados compartilhados a respeito das camadas populares que são, justamente, os mesmos que posicionam esses indivíduos à margem da vida social – conforme apontado por Amaral (2006). Deste modo, grande é a chance de que, ao representar o "Outro", o jornalismo popular acabe por contribuir para a manutenção desta marginalização – ainda que, potencialmente, tenha a possibilidade de atuar como instrumento de transformação.

Amaral (2006) aponta que, desta tentativa de reconhecimento do "Outro", em geral, resulta o entendimento do leitor popular como integrante de uma cultura heterogênea.

Por isso, os produtos dirigidos a essa camada social tendem a priorizar o que está relacionado com o mais próximo e concreto da vida do leitor, e dificilmente obrigam-se a buscar as causas dos problemas sociais. [...] Os jornais imaginam que o leitor gosta de se ver, contar suas histórias e as injustiças cometidas contra si, mas é alguém a quem os assuntos públicos e coletivos só importam enquanto estiverem concretamente relacionados ao seu quintal. (AMARAL, 2006, p. 61-62).

A partir do entendimento de quem é o seu público, os jornais mobilizam os universos culturais – “que podem ser denominados de matrizes culturais” (AMARAL, 2006, p.71) –, que acreditam dialogar com o mundo de seus leitores. Nesse sentido, há distinção entre as matrizes referenciadas nos discursos do segmento popular da imprensa e dos *quality papers*: enquanto a matriz racional-iluminista rege o jornalismo de referência, é a melodramática que norteia a imprensa popular (AMARAL, 2006). Sobre as características desses dois universos, Amaral (2006) explica que

A matriz racional-iluminista é a fonte da identidade profissional do jornalista, inserida na cultura popular com ideologias políticas de corte iluminista (principalmente o marxismo, o anarquismo, o liberalismo). É laica ao expressar elementos como a razão, o progresso, a educação e a ilustração. [...] A matriz

dramática, que norteia os produtos midiáticos populares, tem suas raízes históricas no melodrama¹⁸ e no folhetim¹⁹. (AMARAL, 2006, p.71-73).

Apoiados na matriz melodramática, os jornais populares desenham seus discursos e definem sua linguagem através do uso de recursos narrativos que, segundo Amaral (2006, p. 73), “ao mesmo tempo que seduzem, informam e divertem, podem legitimar exclusões sociais”. De acordo com a autora, a apropriação de tais recursos tende a convergir com a interpretação do “Outro” feita pelos profissionais que atuam na produção dos jornais populares como sendo um sujeito 1) distante dos poderes instituídos, 2) que necessita da prestação de serviços e de assistência social, 3) potencial consumidor de ações de mídias que envolvam promoções, brindes e entretenimento, 4) fascinado por seu próprio mundo privado e 5) desinteressado por explicações aprofundadas acerca dos fatos de interesse público, despolitizado e distante de movimentos sociais (AMARAL, 2006).

Entendendo que estamos, a partir destes passos, iluminadas pelo entendimento dos significados que, segundo os autores mobilizados, tendem a ser atribuídos ao “Outro” pelo jornalismo popular no âmbito de sua concepção – no interior das redações –, podemos avançar na compreensão dos critérios de noticiabilidade comumente adotados pelos veículos deste segmento para, a partir disso, debruçarmos sobre as tendências de representação sistematizadas por eles. Contudo, neste ponto de nosso percurso, faz-se necessária a abertura de um parêntese referencial no intuito de abordar o que talvez seja a característica mais atribuída ao segmento da imprensa auto-intitulada popular: o sensacionalismo.

¹⁸ Sobre o melodrama, Amaral (2006) explica que o gênero consiste em “um espetáculo popular relacionado a formas de oralidade, especialmente na França e Inglaterra desde o final do século XVIII. Mais do que com o teatro, o melodrama tem relação com os temas das narrativas da literatura oral e nasce destinado aos que não sabem ler. [...] é uma espécie de macrogênero que inclui a telenovela, o folhetim, o radioteatro, a literatura de cordel, entre outros” (AMARAL, 2006, p. 73).

¹⁹ Por folhetim, Amaral (2006) entende as histórias seriadas que, derivadas do melodrama, passam a serem publicadas na imprensa europeia na metade do século XIX, constituindo-se como o primeiro texto escrito em formato popular de massa que veio a conceder o status de personagem às classes trabalhadoras. Como características do gênero, a autora cita “caracterização maniqueísta dos personagens, simplificação, suspense, superexposição e saga autobiográfica”, pontuando, ainda, a presença de “crítica social direta ou indireta aos problemas sociais da época, como a miséria urbana, os erros judiciários e os dramas da infância” (AMARAL, 2006, p. 75).

3.1.1 “Sensacionalista!”: uma atribuição justa?

Frequentemente mobilizada em discussões acadêmicas e aulas de jornalismo, no intuito de desqualificar um veículo de comunicação ou profissional da área, “sensacionalista é a primeira palavra que a maior parte das pessoas utiliza para condenar uma publicação. Seja qual for a restrição, o termo é o mesmo para quase todas as situações” (ANGRIMANI, 1995, p.13). Mas, afinal, o que é o sensacionalismo?

Debruçado sobre as contribuições de teóricos que dedicaram-se ao estudo de abordagens discursivas entendidas como sensacionalistas, Angrimani (1995) conceitua-o pelo ato de

[...] tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de um tom escandaloso, espalhafatoso. (ANGRIMANI, 1995, p. 16).

Segundo Amaral (2003, p.134), tal prática pode manifestar-se tanto pelo uso de “artifícios inaceitáveis para a ética jornalística, como também pode se configurar numa estratégia de comunicabilidade com seus leitores através da apropriação de uma matriz cultural e semântica diferente daquela que rege a imprensa de referência”. Deste modo, ao ser utilizada para designar diferentes abordagens, colocando na mesma balança produtos que contornam princípios éticos fundamentais – e que, em tese, sequer poderiam ser considerados jornalísticos –, práticas discursivas que abusam da sensacionalização de elementos como a violência – cuja linha editorial popularizou-se como “espreme que sai sangue” – e produções que, no intuito de dialogar com públicos menos familiarizados com o discurso do jornalismo de referência, utilizam-se de linguagem simplificada e priorizam narrativas didáticas e explicativas, a adjetivação “sensacionalista!”, ao nosso entendimento, nem sempre mostra-se como uma atribuição justa.

Conforme pontua Angrimani (1995), ao chamar um veículo de sensacionalista, evidencia-se a tentativa de colocá-lo à margem do “jornalismo sério” – como se ele se manifestasse de forma unívoca. E, quando o conceito é mobilizado a fim de fixar o sensacionalismo como principal característica do segmento popular da imprensa, evidencia-se, ainda, que algumas destas posições carregam consigo uma dose de

preconceito em relação aos universos culturais populares (AMARAL, 2003). Diante disso, é importante pontuar que consideramos questionável a taxação da imprensa popular de sensacionalista, feita no intuito de desqualificá-la – até mesmo porque, se levarmos em consideração o sentido denotativo do termo, poderíamos compreender que todo produto jornalístico é, em algum modo, sensacionalista, uma vez que objetiva provocar sensações.

Entendemos que, desde que respeitados os princípios éticos que regem a profissão, não existe apenas uma única forma de fazer-se jornalismo a qual todos os veículos devam adequar-se, independentemente de quem são seus interlocutores – havendo possibilidades de se tecer outras abordagens narrativas, sem deixar de lado a ética profissional. E se, enquanto profissionais do campo, formos capazes de reconhecer nossas limitações ao tentar dialogar com determinadas camadas da população, isso se mostra, na verdade, como necessidade emergente de que repensemos nossas práticas discursivas. Nesse sentido, como levantado por Amaral (2003),

Cabe questionar se, num país em que a maioria da população carece de informações básicas para exercer sua cidadania, os jornalistas devam fazer jornalismo numa fórmula única e aguardar que a população tenha mais acesso à educação para compreendê-lo. (AMARAL, 2003, p.142).

Contudo, ao adotarmos esse entendimento, não estamos defendendo que o jornalismo popular jamais utilize-se de recursos que visem sensacionalizar um fato, tampouco afirmando que, em sua trajetória na imprensa brasileira, não tenha recorrido a eles. Pelo contrário, reconhecemos não sendo “incompreensível a posição de quem, de imediato, por volta dos anos 2000, posicionou-se contra a onda de jornais populares no Brasil” (MAGALHÃES, 2015, p. 21), taxando-os, em um primeiro momento, de sensacionalistas – tendo em vista que as primeiras experiências de jornalismo impresso voltado às camadas populares em solo brasileiro construíram-se, justamente, sobre tais artifícios²⁰.

Nosso ponto de vista diz respeito, portanto, à convicção de que, para estudarmos o jornalismo popular, precisamos despirmo-nos deste rótulo fixado – pois,

²⁰ Como é o caso do Notícias Populares, já mencionado anteriormente, ao qual foi atribuído o jargão “espreme que sai sangue”, sobretudo após passar por mudança editorial em 1971, quando começa a adotar tom cômico e debochado, abusando de temáticas relacionadas a crimes e sexo (AMARAL, 2006).

se não o fizermos, corremos o risco de cometer injustiças em relação ao objeto de pesquisa. Ademais, segundo Amaral (2006, p. 24), as atuais manifestações da imprensa popular no Brasil contornam o jargão “espreme que sai sangue”, de modo que, ainda que elementos sensacionalistas possam continuar existindo, o sensacionalismo mostra-se como “um conceito que não basta porque é generalista e não dá conta de importantes características dos novos jornais populares”.

Tendo, então, esclarecido as questões que, para o andamento deste trabalho, consideramos serem pertinentes no âmbito da discussão sobre o sensacionalismo nos jornais populares, podemos retomar nosso percurso no caminho da compreensão acerca da representação do "Outro" em suas páginas. Para isso, em nossa próxima parada, buscamos identificar o que a imprensa popular considera ser pertinente noticiar ao "Outro" para que, por fim, possamos nos dedicar às contribuições que procuraram reconhecer padrões representacionais em relação a este mesmo “Outro” nestas notícias.

3.2 Noticiabilidade no popular: o que o “Outro” quer saber?

Tendo em vista as circunstâncias mercadológicas que deram origem ao atual segmento popular da imprensa brasileira, não é surpreendente pontuar que os jornais populares respondem às lógicas de mercado²¹. Como qualquer exemplar do jornalismo comercial – e, até mesmo, de veículos considerados independentes, se pensarmos que estes também são concebidos pensando em um interlocutor –, os jornais populares buscam atingir seu público e ofertar a ele informações que julgam lhe fazer sentido; com a intenção primeira, evidentemente, de gerar lucros.

Ao tratarmos da imprensa popular, contudo, é o desejo de “agradar” o público que fica mais visível (AMARAL, 2006): já que a grande maioria dos jornais populares não oferece serviço de assinaturas, a cada edição é preciso dedicar-se a “conquistar” o leitor “Outro”. Para esse indivíduo, no geral pertencente a camadas mais vulneráveis da população, cuja renda familiar costuma ser baixa e atravessada pela necessidade de dar conta de despesas relacionadas à subsistência – como moradia e alimentação

²¹ Como nos diz Traquina (2001, p. 78), as empresas jornalísticas, “com exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas”.

–, a decisão de comprar um jornal, ainda que barato, não é tão simples quanto possa parecer. Neste processo de decisão, o leitor popular precisa considerar valorosa tal aquisição, julgando que o produto-jornal lhe oferece algo relevante e necessário para sua vida cotidiana. Ou seja, o “Outro” precisa considerar que o jornal é merecedor da dispensação de seu dinheiro. Ao jornal recai, então, a tarefa de fazer sentido para o mundo deste leitor, convencendo-lhe desse merecimento. Deste modo, não foi por acaso que optamos por utilizar o verbo “querer” na pergunta que intitula este subcapítulo: “o que o ‘Outro’ quer saber?”.

Assim, ao pautar seu conteúdo com base no que imagina ser do interesse do "Outro" a ponto de fazê-lo comprar o produto jornal, os impressos populares acabam por contornar muitos dos parâmetros que tradicionalmente regem o que deve ser noticiado em uma publicação jornalística tida como de referência. Em determinadas circunstâncias, os critérios de noticiabilidade adotados pela imprensa popular podem não girar em torno daquilo que o leitor precisa saber, mas daquilo que provavelmente venha a lhe despertar interesse – sobre o que ele deve querer saber. A noticiabilidade, essa probabilidade de os fatos serem ou não noticiados, Traquina (2005) caracteriza como

[...] conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, ou de possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável. (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Esse “julgamento” nos faz voltar ao processo de reconhecimento do “Outro” exercido pela imprensa popular, o qual abordamos anteriormente. Aqui, cabe pontuar que, à medida em que vamos avançando em nosso percurso, a questão da representação mostra-se cada vez mais fundamental para a compreensão deste segmento jornalístico e suas práticas. Como vimos, é o conjunto de significados partilhados pelo jornal e seus profissionais acerca das camadas populares que irá estabelecer os critérios que o leva a decidir o que deve ou não ser noticiado em suas páginas – o que merece passar pela transformação em matéria noticiável, com base no desejo fazer sentido e, ao mesmo tempo, de tornar-se atrativo ao "Outro". E, como também já detalhamos, os significados mobilizados pelos jornais populares visando a compreensão de seus leitores os levam a interpretá-los, em geral, como sujeitos pouco interessados nos assuntos da agenda pública. Esta compreensão impacta

diretamente nas decisões editoriais dos jornais populares no que diz respeito à noticiabilidade – e, conseqüentemente, à representação. Como constatou Bernardes (2004),

A noticiabilidade em um jornal popular, assim como nos demais veículos jornalísticos, gira em torno da importância e do interesse que os jornalistas acreditam que os fatos possam ter para o público. A diferença é que os jornalistas consideram que o público de um jornal popular não compartilha do mesmo código cultural e dos interesses dos produtores, ao contrário do que ocorre nos jornais de referência, nos quais os jornalistas acabam noticiando aquilo que lhes interessa, uma vez que acreditam que o público é da mesma classe que eles próprios²². (BERNARDES, 2004, p. 210).

Da soma feita entre a interpretação que veículos e jornalistas do segmento popular fazem a respeito de seus leitores e as necessidades mercadológicas de atraí-los para seus produtos, resultam, de acordo com Amaral (2006), coberturas que baseiam-se

[...] na valorização do cotidiano, da fruição individual, do sentimento e da subjetividade. Os assuntos públicos são muitas vezes ignorados; o mundo é percebido de maneira personalizada e os fatos são singularizados ao extremo. O enfoque sobre grandes temas recai sobre o ângulo subjetivo e pessoal. (AMARAL, 2006, p. 57).

Deste modo, demarca-se substancial diferença entre os acontecimentos que têm maiores chances de tornarem-se notícias em um jornal de referência e os que mais provavelmente sejam noticiados em um impresso popular. Amaral (2006), em sua obra *Jornalismo Popular*, elenca as principais divergências de entendimento acerca da noticiabilidade entre os dois segmentos. Destas disparidades, destaca os critérios mais frequentemente mobilizados ao analisar a probabilidade de um acontecimento virar notícia em um jornal popular. São eles: o entretenimento, a proximidade e a utilidade.

Conforme aponta Amaral (2006), em seu desejo de “agradar” o leitor, os jornais populares, por vezes, entendem que ele pretende “desfrutar” do jornal. O objetivo, então, passaria a ser ofertar conteúdos capazes de entreter. Em relação a esta capacidade de entretenimento presente em um fato, a autora elenca quatro categorias: 1) histórias de pessoas comuns em situações inusitadas ou de pessoas

²² A isto, podemos associar a contribuição de Lago (2010), exposta no capítulo anterior, por meio da qual a autora pontua que, em geral, a classe jornalística é formada por profissionais que compõe o que entende-se por “Mesmo”. Tal característica dificulta a apreensão do “Outro”, sobretudo no âmbito de um segmento jornalístico voltado às camadas populares.

públicas surpreendidas pela revelação de sua vida privada; 2) histórias em que se verifica uma inversão de papéis em relação ao que espera-se de cada agente social, por exemplo, um policial que comete um crime ou um criminoso que realiza uma boa ação; 3) histórias de interesse humano e 4) histórias que narram feitos heroicos (AMARAL, 2006).

Quanto ao critério de proximidade, Amaral (2006, p. 64) explica que “um fato será notícia na imprensa popular se puder ser narrado de maneira a ficar próximo do leitor”. Tal proximidade pode dar-se de três formas: 1) em relação ao conteúdo, quando o fato está relacionado a temas que dizem respeito ao dia a dia do leitor, como saúde pública, mercado de trabalho, transporte público e segurança, entre outros; 2) em relação aos personagens envolvidos, quando um fato exerce influência direta na vida das pessoas comuns e pode ser facilmente comentado por alguém do povo, podendo assim ser personalizado e 3) em relação à linguagem empregada, que busca falar diretamente com o leitor, por meio de vocabulário próximo, e, ainda, cedendo-lhe espaço direto de fala.

Já o critério de utilidade justifica-se porque os jornais populares “precisam tornar-se imprescindíveis à vida do público” (AMARAL, 2006, p. 69), assumindo, por vezes, o papel de prestadores de serviços ao facilitar o acesso a direitos dos quais, sem intermédio do jornal, o leitor não conseguiu usufruir – ainda que lhes sejam garantidos constitucionalmente. A autora salienta que, em muitas dessas pautas, porém, o debate não é ampliado a nível da discussão sobre garantia de direitos e tensionamento de políticas públicas – de modo que o jornal popular contenta-se em resolver a dificuldade pontual de um sujeito específico, deixando de abordar a raiz dos problemas sociais (AMARAL, 2006).

Por meio dos critérios de noticiabilidade conservados pelo jornalismo popular, os acontecimentos noticiados relacionam-se a questões que fazem parte do mundo deste “Outro” leitor popular, que “vive com menor renda, tem baixa escolaridade, tem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, depende do sistema público de educação e atendimento à saúde e não tem acesso à maioria das programações culturais” (AMARAL, 2006, p. 110). Sendo assim, ainda que um mesmo acontecimento seja noticiado em um jornal de referência e em um impresso do segmento popular, ele será apresentado sob um ponto de vista diferenciado.

O ponto de vista das temáticas abordadas pelos jornais populares é outro porque o lugar econômico, social e cultural do leitor é diferente do lugar do leitor dos jornais de referência. [...] O engarrafamento é coberto do ponto de vista do passageiro do ônibus, a greve do INSS é noticiada pelos prejuízos que traz à população e o aumento da gasolina interessa pelo possível aumento das passagens. Para abordar Copom e Selic ou quedas da taxa de juros, só com muito didatismo. Vale, isso sim, relacionar esse contexto nacional com os preços da feira livre ou dos supermercados. (AMARAL, 2006, p. 110).

Ou seja, o jornalismo popular busca fazer a tradução dos acontecimentos, levando-os até horizontes que são significativos a seus leitores “Outros”. Pois, para virar notícia, um acontecimento – até mesmo aqueles que irrompem do imprevisível – precisa ser significativo. Como explica Hall (et al, 1978²³ apud TRAQUINA, 2004)

Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os ‘mapas de significado’ que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo social já está ‘traçado’. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que fazem referência inteligível a leitores e espectadores. (HALL, 1978 apud TRAQUINA, 2004, p. 171) (grifo original).

Aos jornais populares interessa, então, falar sobre o mundo do leitor (AMARAL, 2006): falar sobre o "Outro", para o "Outro". Nesse sentido, torna-se crucial entendermos não apenas como os jornais populares enxergam seus leitores – caminho que percorremos por meio dos passos já dados neste capítulo –, mas, principalmente, como os tornam significativos em suas páginas, com suas lutas, questões e dificuldades, mas também potencialidades. Diante disso, partimos à exposição das contribuições acerca das tendências representacionais sistematizadas pelo jornalismo popular em relação a estes indivíduos aos quais foi imposta a condição de "Outros".

3.3 Outridade no popular: as tendências de representação do “Outro” nos impressos populares

Ao falarmos de representação no âmbito da prática jornalística de modo geral, como já pontuamos no capítulo 2, precisamos considerar que ela é, ainda, um resultado do *habitus* profissional que rege o jornalismo. Como aponta Hall (2000²⁴

²³ HALL, Stuart. et. al. **Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order**. London: Methuen, 1978.

²⁴ HALL, Stuart. **The determination of news photographs**. In: S Cohen & J Young (Eds). *The Manufactures of news: social problems, deviance and the mass media*. London: Constable, 2000.

apud AMARAL, 2008), este *habitus* – espécie de modo de pensar e fazer compartilhado pelos profissionais – é gerador e produtor de representações, na medida em que revela uma disposição para que o jornalista trabalhe numa determinada direção.

Nesse sentido, Amaral (2006, p. 109) expõe a necessidade de o profissional de um jornal popular, mais que em qualquer outro segmento da imprensa, apreender a realidade de seu leitor "Outro", pois "o jornalista não pode ficar circunscrito ao seu mundo de classe média". No entanto, esta apreensão precisa ser capaz de ultrapassar os estereótipos sociais que o cercam: ao "Outro" não podem ser direcionadas representações pautadas sobre significados que fixam sua existência à desigualdade e exclusão social, deixando de lado suas potencialidades e sua condição de cidadão instituído de direitos.

Mas apesar dessa necessidade, de acordo com as contribuições expostas no subcapítulo 3.1, percebemos que esse reconhecimento não se dá da forma ideal. Por esta razão, o impacto na representação tende a, também, distanciá-la de um cenário ideal. Amaral (2006, p.123) afirma que a tendência é representar o "Outro", leitor popular, na figura de consumidor insatisfeito ou vítima, uma vez que "é comum a imprensa publicar matérias apenas utilitárias, que oferecem dicas para a solução dos problemas sem contextualizá-los e aprofundá-los". Para a autora,

*O João-ninguém precisa transformar-se em alguém digno de ser respeitado por suas vivências e opiniões, e o jornal pode mostrar como ele age ou pode agir em situações em que seus direitos não estiverem sendo respeitados. O que acontece normalmente é que, pela constatação de que as pessoas das classes C, D e E são destituídas de capital econômico e de escolaridade, elas são representadas somente como vítimas ou excluídas. O que faz as pessoas anônimas de classes sociais desprivilegiadas aparecerem nos jornais são apenas suas necessidades, ou seja, que lhes dá existência pública e visibilidade é sua condição de vítima. [...] Muitos personagens realmente são excluídos sociais, mas é possível posicioná-los no periódico como pessoas que têm direitos e que podem ter uma voz ativa na crítica ao *status quo*. (AMARAL, 2006, p.124).*

Sobre tal representação, no que diz respeito ao risco de os discursos elencados pelo jornalismo popular atribuírem e fixarem significados que representam o "Outro" como sujeito destituído de direitos, Amaral (2006) faz um importante apontamento ao explicitar que,

[...] quando cidadão e consumidor são confundidos, a educação, a moradia, a saúde, o lazer aparecem como conquistas pessoais e não como direitos. O

consumidor contenta-se com respostas setoriais. Já o cidadão não é tão submisso aos ditames do mercado e se preocupa com o debate sobre as políticas públicas de educação, segurança, moradia. A necessidade do cidadão é comer, morar, ter acesso à escola e cuidados com a sua saúde, e não necessariamente comprar uma casa ou adquirir um plano de saúde. (AMARAL, 2006, p. 123).

Está posto que discutir a questão da representação é crucial para a reflexão e crítica do jornalismo, como já fomos capazes de constatar no capítulo 2; agora, podemos também constatar que, quando tratamos dos segmentos populares, essa importância se amplia. Além disso, a questão da representação no âmago do jornalismo popular precisa ser entendida, mais do que em qualquer outro segmento, pelo viés da responsabilidade. Ora, se é o “Outro” o principal ator das páginas desses jornais e é, justamente, dele que emerge o sustento do jornalismo popular enquanto negócio, o segmento não pode ser descolado de sua responsabilidade enquanto porta-voz das lutas, anseios, necessidades e potencialidades deste “Outro”. Tampouco da responsabilidade, enquanto criador e reproduzidor de significados, que o seu sistema representacional assume na formação da identidade desses sujeitos.

Com base nas contribuições que apresentamos acerca dos elementos que caracterizam o segmento popular ao longo deste capítulo, enxergamos possíveis dois polos representacionais opostos: 1) a sistematização de uma prática representacional que contribua para a emancipação do “Outro”, por meio do respeito à pluralidade e de sua representação enquanto cidadão instituído de direitos e da legitimação de suas lutas, resistências, inventividades e potencialidades e 2) um sistema de representação pautado em significados que fixam a identidade desses indivíduos na “caixinha” de “Outros”, recorrendo a mecanismos representacionais que os retiram do centro do debate sobre cidadania e contribuem, assim, para a manutenção da estrutura social desigual que os impôs condição de “Outros”.

Tratamos tais direções como possíveis pois consideramos plausível que o segmento popular da imprensa posicione-se no meio do trajeto entre essas duas estradas exequíveis, por ora rumando mais ao sentido de uma, por ora seguindo a direção de outra. Seria ingênuo imaginar que o jornalismo popular exerça em totalidade o potencial transformador que acreditamos que poderia exercer; mas não cremos, também, que dele só resulte a perpetuação de estereótipos – pois isso implicaria em compreender o leitor popular como sujeito passivo que continua a sustentar um produto que lhe discrimina. Diante desses esclarecimentos, partimos

para nossa próxima parada – na qual nos dedicaremos a compreender qual é o nosso exemplar de jornalismo popular e quem é o nosso “Outro”.

4 POR ONDE ANDAMOS: O JORNAL DIÁRIO GAÚCHO E A VILA MATO SAMPAIO

*De onde o vento faz a curva, brota o papo reto
Num deixo quieto, não tem como deixar quieto
A meta é deixar sem chão quem riu de nós sem teto
AmarElo - Emicida*

Percorremos até aqui um percurso de construção de conhecimento. Compartilhamos as motivações e os rumos desta pesquisa, estabelecemos nosso contrato de leitura e voltamos nosso olhar aos conceitos mais caros ao seu desenvolvimento – o qual optamos por constituir em forma de caminho em descoberta e construção de saberes, justamente por desejarmos que eles sejam apropriáveis por todos que, por alguma razão, se propuseram a ler este trabalho.

E podemos dizer que aprendemos. Com isso, chegamos ao momento de trazer esse conhecimento adquirido para o campo do palpável, de encontrar terra firme para fincar os pés, de lembrar e aprofundar o chão por onde andamos. Figurativamente, poderíamos dizer que, nesta pesquisa, andamos pelas ruas da Vila Mato Sampaio, com uma edição do jornal Diário Gaúcho embaixo do braço. Desta cena, podem surgir algumas perguntas: que lugar é esse? Que jornal é esse? Por que estamos aqui?

Nesta etapa, apresentamos os objetos de nossa pesquisa: o jornal Diário Gaúcho e os moradores da Vila Mato Sampaio. Para isso, buscamos tecer relações com os passos dados até aqui, contextualizando esses atores sociais e relacionando-os com os conceitos apresentados nos capítulos anteriores.

4.1 Embaixo do braço, o jornal uma de gente que não tinha jornal

Em sua obra *Jornalismo Popular*, Amaral (2006, p. 16) define os produtos oriundos deste segmento da imprensa como “jornais baratos, com baixa paginação, vendidos em bancas, que abrigam publicidades de produtos destinados ao público de baixa renda”. Assim é o Diário Gaúcho (DG), o jornal popular editado pela Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS).

Lançado em 17 de abril de 2000²⁵, o jornal introduz a imprensa popular no circuito da comunicação do Rio Grande do Sul. Em sua primeira edição, conforme editorial publicado, definiu-se como barato, completo, digno, com linguagem clara e fácil. Custando, à época, R\$ 0,25, o DG visava atingir o público das classes C, D e E, sobretudo moradores de Porto Alegre e Região Metropolitana – que ficavam à margem do *quality paper* editado pela RBS com foco nesta região, a Zero Hora, voltada para o público das classes A e B. O DG nasce, então, da percepção deste público, até então desassistido pelos jornais impressos da região, como um possível consumidor – como vimos ser característica que marca o surgimento dos jornais populares no Brasil, de um modo geral.

Para o lançamento, 95 mil exemplares foram colocados nas bancas. Mas, pouco tempo depois, o jornal já alcançava o número de 180 mil exemplares vendidos ao dia. Presumimos que o sucesso da publicação não tenha sido surpresa para a empresa RBS, que reconheceu no popular um leitor em potencial e o convocou a participar da concepção desse novo produto, levando-o a sentir-se parte daquele jornal. Por exemplo, por meio da possibilidade de opinar na escolha do nome que batizaria o novo impresso popular da Região Metropolitana de Porto Alegre, definido a partir de uma campanha promocional²⁶ que sorteou um carro entre os leitores participantes – e contou com mais de 500 mil participações (AMARAL, 2006). É provável, ainda, que tal aceitação esteja relacionada, justamente, ao fato de as camadas populares não terem, até aquele momento, uma publicação na qual pudessem enxergar suas pautas e que, sobretudo, lhe coubesse no bolso. De acordo com Amaral (2004, p. 126), “parte dos consumidores do DG não eram leitores de jornal, pois, após o lançamento do DG em 2000, a Região Metropolitana de Porto Alegre passou a ser a primeira em índice de leitura de jornais no Brasil, passando de 64% a 80%”.

Duas décadas após seu lançamento, o jornal continua a ser vendido em bancas, mercadinhos, estabelecimentos comerciais e diretamente pelas mãos de

²⁵ Capa da primeira edição disponível no Anexo A.

²⁶ As promoções constituem, ainda hoje, uma característica fundamental do jornal. Desde sua gênese, ele conta com o “Junte & Ganhe”, promoção que permite que leitor colecionasse selos, que são publicados diariamente na capa, e, ao completar uma cartela com o respectivo número exigido (atualmente, 70 selos), troque pelo prêmio da campanha vigente - em geral, produtos para a casa, como painéis e aparelhos de jantar.

jornaleiros credenciados, sem esquema de assinaturas, ao preço de R\$ 1,50, de segunda à sexta, e R\$ 1,75 na edição de fim de semana. O que mudou, além do preço, foi a circulação diária da publicação. Segundo o atual editor-chefe do Diário Gaúcho, Diego Araújo, em entrevista concedida à pesquisadora²⁷, nos últimos anos a média de vendas diárias do DG tem girado em torno dos 80 mil exemplares. Contudo, o número corresponde a um cenário normal, uma vez que, em razão da pandemia de covid-19 que marca 2020, a circulação do jornal foi afetada.

Os ônibus diminuíram, o Trensurb diminuiu, alguns lugares que vendem o jornal fecharam, as pessoas não saíram de casa para trabalhar, então houve um baque muito grande, principalmente em final de março e abril. [...] Também temos que levar em conta que o nosso público tem dificuldades financeiras, perdeu o emprego, fechou seu comércio, e tudo isso afeta a questão da economia e afeta o jornal muito [...]. (APÊNDICE B).

Mas, o que quem compra o jornal encontra nele? Que acontecimentos eleva ao status de notícias? Que histórias conta, julgando interessar para quem o lê? E, sobretudo, quem conta essas histórias? Voltamo-nos, agora, a entender quais são as características editoriais do Diário Gaúcho e qual é o seu modo de produção – para, assim, construirmos repertório capaz de nos auxiliar na compreensão de seu sistema de representação.

4.1.1 Abrimos o jornal desta gente sem jornal

Composto por, em média, 24 páginas, o DG apresenta-se em edições unitárias, de segunda a sexta, e em uma edição conjunta aos finais de semana. Na estrutura, divide-se em cinco editorias: Geral – que costuma abrigar os conteúdos principais da edição, sua manchete –, Variedades – que mescla temáticas relativas ao entretenimento, música, vida das celebridades e cultura, com foco, sempre, no que o jornal entende fazer parte do universo cultural popular –, Esporte – com foco na cobertura de Grêmio e Internacional –, Polícia – que aborda a temática da segurança no sentido de relato dos acontecimentos policiais, com foco na Região

²⁷ A entrevista foi realizada via telefone, no dia 3 de setembro de 2019. Foram elaboradas questões preliminares para a aplicação, mas permitiu-se a flexibilidade de acrescentar algum questionamento quando necessário. A autorização para sua reprodução neste trabalho está disponível no Apêndice A. A íntegra da entrevista está disponível no Apêndice B – a partir deste ponto, suas inserções no texto passam a ser referenciadas pelo indicativo deste apêndice.

Metropolitana de Porto Alegre – e Opinião do Leitor²⁸ – espaço composto, majoritariamente, por pautas e outros conteúdos enviados por quem lê o impresso.

Em sua produção, o Diário Gaúcho conta com cerca de 12 profissionais, diretamente vinculados à publicação. Destes, 3 são repórteres. Contudo, o impresso compõe a chamada Redação Integrada, modelo de produção que começou a ser adotado pela RBS em 2016 e uniu as redações de Diário Gaúcho, Zero Hora e Rádio Gaúcha²⁹. Desde então, o jornal passou a utilizar conteúdos produzidos pelos profissionais vinculados a estes veículos, e teve sua redação própria enxugada³⁰.

Nesse sentido, é importante voltarmos às questões que discutimos no capítulo anterior, acerca das diferenças entre os jornais populares e os jornais considerados de referência. Pois, ao utilizar-se de materiais originalmente pensados para o público-alvo de Zero Hora, que integra as classes A/B, o jornal popular pode acabar por transpor essas diferenças. O editor Diego Araújo afirma que o DG procura utilizar matérias que entende fazerem sentido para o leitor e que os textos passam por adaptações de linguagem, uma vez que são escritos para serem lidos por um público, em geral, com maior escolaridade.

A gente utiliza material da Redação Integrada dentro dos nossos critérios, que são matérias que atendem o nosso público. Se não, a gente não usa. [...] O Diário usa muita coisa quando são reportagens que afetam a periferia. [...] Em alguns momentos a gente precisa tratar de temas que são importantes, mas a gente não pode ter a mesma linguagem que sai em GaúchaZH ou que sai em

²⁸ Dentre as seções que compõem esta editoria, destacamos a intitulada “Seu Problema É Nosso”, que traz matérias que relatam problemas enfrentados pelo leitor, sobretudo em relação ao acesso à direitos sociais, na qual o jornal assume uma postura de cobrança em relação ao Poder Público. Sobre a seção “Seu Problema É Nosso”, Amaral (2004, p. 146) aponta que, diferentemente “dos jornais tradicionais em que um leitor eventualmente propõe uma pauta, nessa seção a proposição do leitor é regra explícita. Os leitores sugerem pautas ligadas às dificuldades com seus direitos básicos como moradia, aposentadoria, atendimento à saúde, serviço telefônico, defesa do consumidor, saneamento, entre outros”. A exemplo desta personalização, está a matéria “Gabriel só quer sorrir”, publicada nesta seção em 22 de maio de 2014, que mostra o drama de um garoto de 10 anos que precisa passar por uma cirurgia (ver Anexo B).

²⁹ O Diário Gaúcho contava com redação própria, localizada no terceiro andar do prédio sede do jornal Zero Hora, em Porto Alegre. Em novembro de 2016, houve a união das redações dos dois jornais, que passaram a funcionar de forma integrada, dividindo o mesmo local - o que convencionou-se chamar de Redação Integrada. Em 2018, a Rádio Gaúcha junta-se à Redação Integrada.

³⁰ No ano de 2004, Bernardes (2004) constatou que o jornal contava com 17 repórteres trabalhando em sua produção. Onze anos depois, Magalhães (2015) constatou que o número de repórteres do DG caiu para 9. Em 2020, segundo o editor-chefe Diego Araújo, o jornal possui 3 profissionais dedicados à reportagem, mas utiliza-se de produções oriundas da Redação Integrada. Em entrevista à pesquisadora, o editor atribuiu a redução a este processo de integração.

Zero Hora. Nós temos que embarcar o nosso público em alguns temas³¹.
(APÊNDICE B).

Mas, para definir o que entra na pauta, o jornal precisa voltar-se ao seu público, mobilizando os significados que construiu sobre ele. Nesse sentido, como vimos, a representação é um processo intrinsecamente ligado à produção dos jornais populares de um modo geral, pois é a partir da significação que os veículos fazem das camadas populares que os temas a serem abordados são definidos. Segundo Bernardes (2004, p. 85), no Diário Gaúcho, “a imagem do público é um dos pilares para a constituição da noticiabilidade. A partir dela são definidas as regras internas de constituição de pautas e enfoques, são definidos os assuntos e toda a rotina de apuração do jornal”. De acordo com o editor-chefe, os profissionais que constroem o jornal têm noção de quem é este leitor, tanto por pesquisas de mercado, quanto pelos índices de venda do impresso, que permite identificar, por exemplo, que suas vendas são maiores em pontos de ônibus e estabelecimentos localizados em regiões de periferia. Diego Araújo afirma que o público-leitor do DG é “predominantemente mulher, com 40 ou 50 anos, que é classe C/D, que vive na periferia, que tem algumas características que fecham com o jornal que a gente produz” (APÊNDICE B).

Na pauta, essa imagem construída do leitor traduz-se pela preferência por temas que o veículo entende afetar diretamente a vida de quem o lê, como a saúde pública, o preço da cesta básica, o transporte público, a previdência social, a moradia, entre outros – normalmente abordados pelo viés do serviço e da explicação, acompanhados da cobrança ao Poder Público. Ficam em segundo plano, contanto, temas importantes que mobilizam a política nacional, os quais o jornal não deixa de abordar, mas tende a dedicar menor espaço editorial. Resgatando a matriz melodramática que rege a narrativa dos jornais populares, Amaral (2006, p. 97) explica que, “se o melodrama é um sistema que insiste na ideia de que a política só é interessante quando afeta a vida diária e os sentimentos, o DG partilha involuntariamente da mesma crença”.

³¹ O editor-chefe afirma (APÊNDICE B) que determinados temas são abordados pelo jornal pelo viés da explicação, na seção intitulada “Explica Aí” (ver Anexo C). Nela, jornalistas especializados explicam acontecimentos que, no entendimento do jornal, podem ser de difícil compreensão para o leitor.

Por meio de suas matérias, o Diário Gaúcho procura, ainda, contar histórias de pessoas comuns³² – que podem ser pautadas por fatos inusitados, dramas pessoais, cases de superação, dificuldades para acessar direitos sociais, entre outros –, relatar o dia a dia das comunidades, noticiar acontecimentos relevantes para determinada região periférica, visibilizar iniciativas de moradores da periferia, entre outras temáticas que relacionam-se com o critério da proximidade. Segundo Rosa (2015, p. 36) “o jornalismo produzido pelo DG é alicerçado na relação estreita com o leitor, público-alvo e sua fonte de pautas, a base para a representação da realidade”.

Tal relação explicita-se por quem fala no jornal: há preferência por conceder espaço de fala à pessoas comuns, que relatam suas experiências e reivindicações, em detrimento de representantes do Poder Público ou especialistas. Amaral (2004, p. 29) afirma que as pessoas do povo são elevadas ao status de fonte principal no jornal, pois as marcações textuais que remetem a notícia ao real “são os trechos dos depoimentos das fontes populares. A elevação de atendentes, mestres de obras, donas de casa, deficientes físicos, aposentados e garçons à categoria de fonte jornalística principal é uma das características do jornal”. Portanto,

Num mesmo universo, numa mesma editoria, há espaço para as histórias de vida, que dão destaque a pessoas aparentemente comuns, mas que são retratadas de maneira respeitosa e próxima, [...] também são publicadas reportagens de serviço, em tom didático, na intenção de facilitar a vida do leitor, passando por casos pitorescos, por matérias de denúncia, que expõem a fragilidade dos governos e outros organismos da sociedade. (ROSA, 2015, p. 46).

Tal abordagem, porém, não restringe-se ao Diário Gaúcho – é, na verdade, característica deste segmento da imprensa. Como aponta Amaral (2006), os jornais populares se definem pela proximidade e empatia com o público-alvo – o “Outro”. Deste modo, o que está no radar de quem faz um jornal popular é diferente daquilo que é monitorado por quem produz um jornal de referência, e “o repórter precisa conhecer a realidade do ensino público, do Sistema Único de Saúde (SUS), do transporte público, do comércio (formal e informal), das opções de lazer gratuitas, dos programas assistenciais [...]” (ROSA, 2015, p. 44) – ou seja, o que faz parte do cotidiano do leitor “Outro”. Nesse sentido, o editor-chefe da publicação comenta que

³² Como exemplo, está a matéria “*O gari youtuber de Butiá*”, publicada em 1º de setembro de 2020, que conta a história de Roberto Martins, o Betinho, profissional da limpeza urbana que utiliza o Youtube para promover a conscientização sobre o descarte correto do lixo (ver Anexo D)

“é muito fácil a gente ver matérias sobre uma ponte que não sai do chão, uma trincheira na entrada da cidade que afeta todo mundo, com rádio, TV e jornais falando sobre isso. Mas, uma escolinha num bairro de Gravataí, são poucas pessoas que vão falar.” (APÊNDICE B).

Segundo Amaral (2004), o jornal cumpre função importante ao visibilizar determinadas pautas que interessam a quem mora na periferia – visão compartilhada por seu editor-chefe, ao ressaltar que, no DG, essas pautas “ganham a manchete de um jornal e, ganhando a manchete de um jornal e de um jornal assinado pela RBS, ganha-se um peso que permitiu que, nesses 20 anos, a gente apoiasse campanhas e fizesse matérias que mudaram a vida de vários locais” (APÊNDICE B). Contudo, a autora pondera que, apesar da importância do papel desempenhado pelo DG, a representação dada aos atores destas histórias é problemática. Isso porque, ao conceder espaço à fala e às demandas das camadas populares, o jornal tende a limitar-se ao relato do problema sem expandir a discussão, representando o “Outro” – a quem eleva ao status de fonte – enquanto sujeito à margem dos direitos sociais³³ (AMARAL, 2004).

Tal apontamento aproxima-nos dos objetivos desta pesquisa, que visa uma compreensão acerca representação dos moradores da Vila Mato Sampaio na cobertura feita pelo Diário Gaúcho a respeito do acontecimento da luta por moradia. Entretanto, neste momento, teremos que guardá-lo em uma gaveta de descobertas fundamentais. Pois, para que possamos partir para a compreensão a que se propõe esta pesquisa, já conhecendo o jornal Diário Gaúcho³⁴, precisamos, primeiro, entender de que modo ele se relaciona com essas pessoas e com esse local. Afinal, que lugar é esse? Que gente é essa? E, nos limites desta pesquisa, que “Outro”

³³ O que, como abordamos no capítulo anterior, configura-se como tendência generalizada entre os jornais populares, de acordo com a autora.

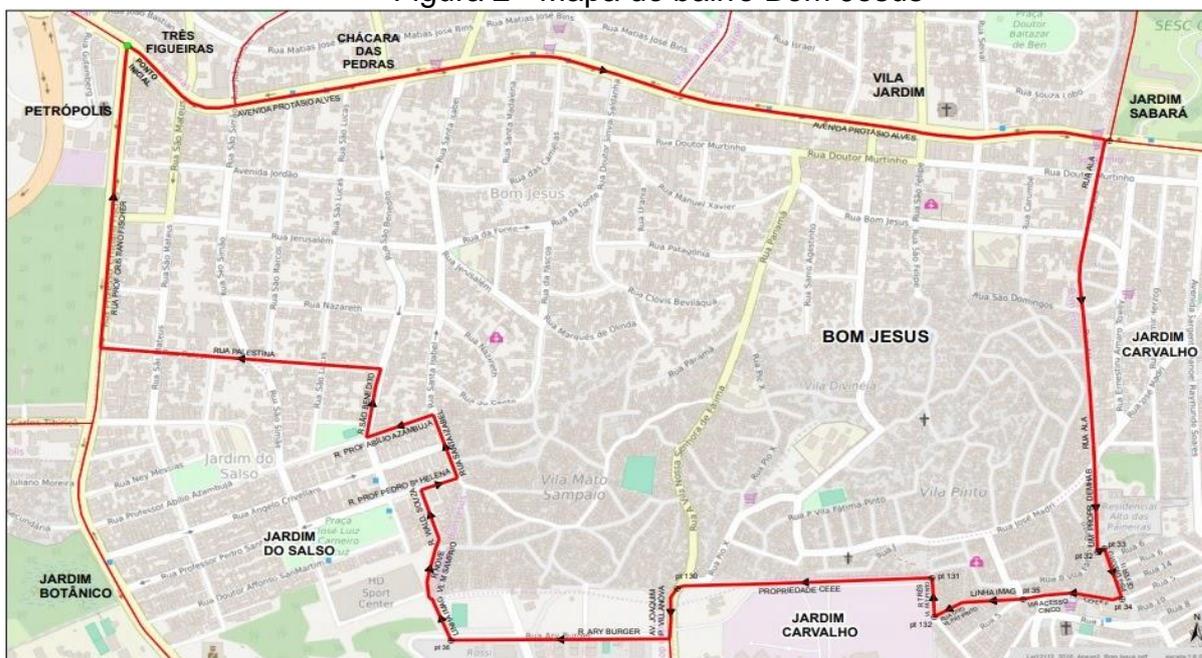
³⁴ Abordamos, neste capítulo, as questões que consideramos serem mais pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa. Há, ainda, muitas características que ficaram de fora, em razão dos limites deste trabalho. Para ampliar o conhecimento acerca do objeto, recomendamos a leitura da entrevista concedida à pesquisadora pelo editor-chefe do jornal, Diego Araújo, onde são abordadas outras temáticas - disponível no Apêndice B.

é esse? Partimos, então, para o nosso rolê³⁵ pelas ruas, becos e vielas da³⁶ Vila Mato Sampaio.

4.2 Rolê na vila: a existência do Mato Sampaio na cidade de Porto Alegre

Localizada na zona leste de Porto Alegre, a Vila Mato Sampaio é uma das quatro³⁷ que compõem o bairro Bom Jesus³⁸, periferia urbana³⁹ da capital gaúcha. Às margens da Avenida Ipiranga, a região é uma das gêneses de formação do bairro Bom Jesus – que estende-se até a Avenida Protásio Alves.

Figura 2 - Mapa do bairro Bom Jesus



Fonte: SMURB/PMPA⁴⁰

³⁵ Expressão popular análoga a “passeio”.

³⁶ Pode-se usar o artigo feminino para referir-se à vila, mas, ainda, denominar o lugar em gênero masculino, pois é frequentemente referenciado como “o Mato Sampaio”. Usaremos ambas as formas.

³⁷ Além da Vila Mato Sampaio, o bairro é composto pelas vilas Pinto, Fátima e Divinéia. Segundo Vilarino (1998), atualmente é dada uma única denominação às quatro vilas formadoras do bairro Bom Jesus, chamadas de grande vila Nossa Senhora de Fátima. Porém, tal denominação não faz parte do vocabulário cotidiano dos moradores, visto que os nomes individuais das vilas ainda continuam a ser utilizados por quem vive na região - a pesquisadora, por exemplo, reside na Vila Pinto. Optamos, então, por adotar o entendimento que os próprios moradores fazem do local.

³⁸ Neste trabalho, chamaremos também de Bonja, denominação popularmente atribuída ao local.

³⁹ Adotamos o entendimento de Silveira (2018, p. 54), que conceitua periferia “como um espaço que agrega um conjunto de qualificações por suas condições econômicas e sociais que foram precarizadas em relação ao que se denomina centro. Centrada na produção desigual do espaço urbano e as representações disso decorrentes, as periferias são parte da configuração das cidades que possuem desafios comuns em relação aos deslocamentos, qualidade de infraestrutura, questões de moradia, por exemplo”.

⁴⁰

Disponível

em:

<http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1857_ce_172548_4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

Na paisagem, são visíveis as marcas da negação do direito do sujeito pobre de existir na cidade. Habitada por população trabalhadora, majoritariamente possuidora de baixa renda e baixo nível de escolaridade formal – características frutos da desigualdade social que, em relação às identidades hegemônicas, lhes impõem a condição de "Outros" –, o território, que começou a se formar em meados da década de 40, continua a crescer em termos populacionais. Mas, apesar de seu crescimento, a consolidação de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas dos cidadãos que habitam o local não acompanharam a velocidade dos avanços populacionais na região. Deste modo, ainda hoje a população do Mato Sampaio e do próprio bairro Bom Jesus, de modo geral, enfrenta dificuldades em relação ao acesso a direitos sociais – aspecto que, cabe dizer, mostra-se compartilhado também pelos habitantes de outras periferias urbanas da capital gaúcha.

Figura 3 - Rua da Vila Mato Sampaio



Fonte: Omar Freitas / Agência RBS

Nesse sentido, as características sociais do Mato Sampaio são análogas às que constituem a existência de todo o bairro Bom Jesus na cidade de Porto Alegre – no qual a vila se insere –, cuja construção, “ao longo de sua trajetória de lutas, sofreu sob o descaso dos órgãos competentes” (VILARINO, 1998, p. 106). O bairro, composto em geral por residências não regularizadas junto às instâncias municipais – formando um tipo de região que comumente denomina-se “área verde” –

, é marcado por essas lutas pelo acesso aos direitos sociais – sobretudo, a luta pelo direito de morar⁴¹.

Contudo, é a história da Vila Mato Sampaio a mais atravessada por essas disputas – as quais persistem até hoje. E é, também, a partir da história deste lugar, que constrói-se a identidade dos sujeitos que nele habitam, pois

A significação da existência das pessoas ocorre no imbricamento de suas trajetórias e da produção do espaço. [...] É a partir da casa, onde o sujeito tem a própria individualidade, a produção do sujeito singular, e a rua, que a existência se amplia, alcançando o reconhecimento social, em que lugar e sujeitos serão consolidados em representações. (GAMALHO, 2009, p. 107).

Deste modo, para compreendermos a existência deste lugar na cidade – que, por suas características, constitui-se como abrigo de pessoas que integram o público-alvo do jornal Diário Gaúcho e, ainda, a “caixinha” identitária do “Outro” –, é preciso que voltemos aos eventos que suscitaram na formação da Vila Mato Sampaio. Esta, marcada, desde o primeiro momento, pela luta por moradia e pelos processos de periferização da pobreza, característicos da própria urbanização brasileira.

4.2.1 Trajetória de lutas: as marcas da negação do direito à cidade na história da Vila Mato Sampaio

A fim de fazermos uma apreensão respeitosa deste lugar e de seus habitantes, cujas existências são atravessadas pela história do território, recorreremos aos saberes da Geografia, que nos ajuda a entender o processo semelhante que origina as periferias brasileiras de um modo geral. O geógrafo Milton Santos, em sua vasta contribuição para o entendimento da realidade social do Brasil, explica-nos que a formação urbana dos países subdesenvolvidos está intrinsecamente ligada ao avanço do modelo capitalista, marcado pela produção de desigualdades. Do processo que culminou na urbanização brasileira, resulta, então, a “concentração de riqueza e pobreza nas cidades” (SANTOS, 2009, p. 57).

⁴¹ Silveira (2018, p. 57) resgata que “a formação territorial da Bonja, bem como de outros núcleos intraurbanos da capital gaúcha, tem antecedentes em políticas de planificação e higienização da cidade, que desde no início do século XX removem as populações mais empobrecidas para as margens do centro, construindo as áreas periféricas. Tais remoções ocorreram de maneira brutal, sem as necessárias condições humanas, e o desejo de uma cidade pensada sobre uma perspectiva colonial de elite que se modernizava esbarrou na concepção que considerou apenas a cidade como forma, omitindo o conteúdo que a anima, ou seja, sua população”

Tal característica é visível na disposição geográfica das metrópoles do país, traduzida nos mapas estatísticos pela concentração da riqueza ao centro e, conseqüentemente, da pobreza nas regiões mais afastadas – as periferias. Contudo, este indicador não pode ser entendido como natural, visto que a pobreza urbana é conseqüência dos ideais de crescimento e modernização que legitimaram os poderes públicos a priorizarem a acumulação de capital econômico em detrimento à própria população que habita as cidades brasileiras (SANTOS, 1993).

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; [...] incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caros bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer. (SANTOS, 1993, p. 111).

Em Porto Alegre, esse processo tomou forma no início da década de 40, com a formação de pequenos aglomerados urbanos em regiões centrais da cidade, chamados, à época, de “Vilas de Malocas” – conceito introduzido pelo sociólogo Laudelino de Medeiros (1951⁴² apud GAMALHO, 2009), em alusão à estrutura das residências que os constituíam. A nomenclatura, contudo, mostra-se carregada de estereótipos, como é possível verificar na descrição feita pelo sociólogo:

Nessa 'maloca', vivem sete pessoas: a mãe, cinco filhos e o amante de uma das filhas. Maior promiscuidade é impossível. [...] Prescindindo de todos os riscos para a saúde pública e inconvenientes para a beleza urbana, devemos considerar o que essas 'vilas' significam para as novas gerações que nelas surgem: numerosos indivíduos que não participam razoavelmente do bem comum que a sociedade deve assegurar; indivíduos que se acham num estado invencível de miséria material, cultural e moral [...] novas gerações, em fase de propagação, que podem contaminar pela repercussão em cadeia toda a estrutura social e moral da nação. (MEDEIROS, 1951, p. 32-67 apud GAMALHO, 2009, p. 40).

Era preciso, então, afastar as inconvenientes malocas da região central da capital gaúcha, pois a existência desses espaços que tornavam visível a pobreza destoava dos ideários de progresso capitalista que desejava-se para a cidade – num movimento de jogar o “Outro” para a periferia. A adoção de tal prática não pode ser desvinculada, ademais, do debate sobre raça; pois é, ainda, uma tentativa implícita de operar a segregação racial na ocupação do espaço da cidade – visto que, majoritariamente, essas “Vilas de Malocas” eram habitadas por pessoas negras. Com

⁴² MEDEIROS, Laudelino T. **Vilas de Malocas: ensaio de sociologia urbana**. Porto Alegre: Manuscrito, 1951.

a política de afastamento da pobreza, opera-se, também, o desmantelamento dos territórios negros da região central e a marginalização da negritude em Porto Alegre, que foi atirada às nascentes periferias (SILVEIRA, 2018). Este caráter racista de disposição geográfica não pode ser entendido como consequência natural da urbanização porto-alegrense, mas, sim, como projeto de segregação da cidade, pois

[...] a elaboração e gestão dos planos urbanísticos não dependem exclusivamente de critérios técnicos, mas sobretudo de posturas políticas, a segregação étnica que nos destina à periferia das grandes cidades aparece-nos como uma das manifestações da dominação racial que estrutura o poder neste país. (GOMES DOS ANJOS, 2006⁴³, p. 103 apud SILVEIRA, 2018, p. 56).

É, então, no início da década de 1950 que as primeiras amostras deste projeto começam a ocorrer em Porto Alegre, com a retirada de famílias das áreas ocupadas no Centro para realocação em zonas mais distantes. Daí surge a ocupação da região que constitui a Vila Mato Sampaio: quando, em 1953, o poder público municipal transfere, de forma arbitrária, famílias que residiam em vilas do centro da cidade para o local que hoje compreende o Mato Sampaio. A região, porém, não era de posse da Prefeitura; pertencia à família Sampaio⁴⁴, herdeira de Barão do Caí – proprietário originário de toda a área que compreende, hoje, o bairro Bom Jesus. Tal fato evidencia a luta pelo direito de morar e existir na cidade como formadora da região, uma vez que, retirados de onde habitavam, os moradores foram realocados pelo poder municipal em um território que sequer o pertencia – condicionando-os a tornarem-se atores de uma disputa territorial com a qual nada tinham a ver.

O entendimento é visível em relatos de antigos moradores da região compilados na obra de Vilarino (1998), que buscou resgatar as memórias daqueles que vivenciaram a formação do Mato Sampaio. Albino Hass (in VILARINO, 1998, p. 57), ex-pároco da Igreja Bom Jesus, recorda que “levaram as famílias e descarregaram lá. Era de propriedade particular da Viúva Sampaio, e foi invadida pela Prefeitura”. Nas lembranças do pedreiro João Assunção Moraes (in VILARINO, 1998, p. 57-58), que vivia na Vila dos Eucaliptos – à época, localizada em área que hoje integra o bairro Cidade Baixa – e foi removido para a região do Mato Sampaio, fica evidente a atuação arbitrária da administração municipal: “[...] quando foi lá um

⁴³ GOMES DOS ANJOS, José Carlos. **A variação ontológica de raça na modernidade**. São Leopoldo: Revista de Ciências Sociais da Unisinos, 2013

⁴⁴ Pressupõe-se que daí se origina o nome Mato Sampaio (VILARINO, 1998).

belo dia, apareceram os caminhões da Prefeitura, para arrastar toda aquela favela de lá. [...] Quando eles desceram com o caminhão da Prefeitura, que trouxe a minha casa, aqui era uma picada”.

O grande problema é que, quando a administração municipal “desceu o caminhão” na região pertencente à família Sampaio, os cerca de 52 hectares da incipiente vila já haviam sido negociados com uma imobiliária, ao valor de cerca de um milhão e trezentos cruzeiros. Diante disso, família Sampaio e compradora passaram a pressionar o Poder Público, recorrendo à Justiça para reivindicar a posse da área e a remoção dos novos moradores do local (VILARINO, 1998) – trazendo, mais uma vez, a ameaça do caminhão que aparece para arrastar a favela à vida desses sujeitos. Mas, paralelo a isso, a região não parou de crescer, atraindo, além das famílias remanejadas, moradores do interior do Estado. Com isso, foi transformando-se “em uma das vilas que mais incharia na Porto Alegre dos próximos trinta anos” (VILARINO, 1998, p. 59)

Em 1965, a imobiliária requerente da área tem uma importante vitória em primeira instância, apoiada no argumento de que a Prefeitura havia ocupado indevidamente o local – e começam, novamente, os rumores de que os moradores do Mato Sampaio, à época já cerca de 2.500, seriam removidos. Contudo, a remoção não se concretiza e, no ano seguinte, a causa é considerada improcedente, em razão do entendimento de que já não haveria como retirar aquele contingente populacional dali (VILARINO, 1998).

Mas, em 1969, diante da incipiente ocupação da recém-inaugurada Vila Restinga, o Poder Público acena a intenção de remover as famílias do Mato Sampaio para a área do extremo-sul da cidade – trazendo à tona, mais uma vez, o fantasma da remoção arbitrária. Os rumores não se concretizaram; entretanto, além de estar no meio de uma disputa judicial com a qual nada tinha a ver e conviver constantemente com a ameaça de perder sua casa, a população da Vila Mato Sampaio permanecia desassistida. Segundo Vilarino (1998, p. 61), as condições de quem vivia no local eram as piores possíveis, pois existiam “pouquíssimas fontes de água para suprir a demanda de um número de pessoas assustadoramente crescente. A luz era obtida clandestinamente, e não se constatava qualquer espécie de pavimentação, saneamento ou transporte coletivo”.

Ao final da década de 70, diante dessas dificuldades, as comunidades da Vila Mato Sampaio e das vilas Pinto, Fátima e Divinéia – que também compunham a região, à época já registrada como correspondente a um único bairro, Bom Jesus – organizaram-se em uma associação de moradores. Este movimento pode ser considerado como a gênese da formação da identidade coletiva de quem habita a Bonja, visto que é o primeiro indício de articulação efetiva entre as populações das quatro vilas. Entre as reivindicações por melhores condições de vida para a região, está a luta pela moradia – diante do sempre presente risco de despejo vivenciado pelos moradores do Mato Sampaio (VILARINO, 1988).

Em 1986, finalmente tem um desfecho o litígio de mais de três décadas envolvendo a posse da região, com determinação de que o Poder Público ressarcisse o legítimo proprietário em cerca de cinquenta milhões de cruzeiros. A partir disso, a área passa a ser de propriedade da administração municipal, na figura do Departamento Municipal de Habitação (VILARINO, 1998). Com isso, a localidade passa a receber algumas melhorias por parte da Prefeitura. Mas é diante do advento do Orçamento Participativo⁴⁵, em 1989, que as comunidades do bairro Bom Jesus passam pelo que se pode considerar um avanço significativo no âmbito da consolidação de direitos sociais na região.

A nova política impacta, também, a organização comunitária dos habitantes: cientes de que “quem não se organiza não recebe os benefícios oriundos da participação no orçamento do município” (VILARINO, 1998, p. 94), a população intensifica sua mobilização em prol das melhorias desejadas. Neste momento, entendemos que consolida-se o rompimento da segmentação identitária entre as vilas Mato Sampaio, Pinto, Fátima e Divinéia, passando os moradores a entenderem-se e organizarem-se enquanto sujeitos pertencentes a um mesmo grande lugar, a uma única comunidade: a Bonja. É, então, pela tomada de consciência, por parte da comunidade, acerca de sua força na articulação coletiva que efetiva-se a construção da identidade do “ser morador do bairro Bom Jesus”, visível motivo de orgulho entre

45

Para detalhamento, consultar http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=86#:~:text=O%20Or%C3%A7amento%20Participativo%20de%20Porto,ser%C3%A3o%20executados%20pela%20administra%C3%A7%C3%A3o%20municipal>. Acesso em: 10 set. 2020.

a população local até o tempo presente – cuja trajetória, marcada pela negação do acesso a direitos fundamentais, como vimos, é atravessada também pela luta.

4.2.2 O “Outro” que habita o Mato Sampaio

Se, como explica Silva (in SILVA, 2013, p. 97), a “identidade tem estreitas conexões com relações de poder”, no caso da construção da identidade do morador da Vila Mato Sampaio – e do bairro Bom Jesus, de um modo geral –, tais relações são perceptíveis em todos os pontos da linha do tempo que traduz a história deste território. O contexto social que originou sua formação, o descaso do Poder Público que, com um caminhão, muda completamente a vida dos indivíduos; as sucessivas ameaças de despejo que configuram, historicamente, a negação do direito de morar e existir na cidade e a consequente necessidade de lutar pela efetivação deste direito impuseram aos habitantes do Mato Sampaio a condição de “Outros” – no entendimento que abordamos no capítulo 2.

Pelas condições sociais às quais se insere a Vila Mato Sampaio, seus moradores configuram o “Outro” de nossa pesquisa – uma vez que inserem-se no padrão identitário que, no capítulo 2, identificamos como o “Outro” da sociedade brasileira e foram, historicamente, colocados à margem até mesmo do direito de existirem no território. Contudo, ainda que a adotemos para definir esses sujeitos, é imprescindível retomar o tensionamento de tal categorização, lembrando seu caráter de imposição arbitrária. Entendemos que “não nos basta classificar, mapear, constatar o que é visto, sem problematizarmos que as relações históricas se constituem violentas à grande maioria da humanidade [...]” (SILVEIRA, 2018, p. 64). Deste modo, se, ainda hoje, quem vive no Mato Sampaio pode ser alocado nesta “caixinha” de “Outro”, isto só é possível pela decorrente violência simbólica a qual foram submetidos; tendo em vista que os sujeitos pobres “não são socialmente marginais, e sim rejeitados; não são economicamente marginais, e sim explorados; não são politicamente marginais, e sim reprimidos” (GUNDER, 1996⁴⁶, p. 1 apud SANTOS, 2009, p. 36).

⁴⁶ GUNDER, Andrew. **Urban Poverty in Latin America**. Studies in Comparative International Development, v. 2, n. 5, p. 75-84, 1966.

Nesse sentido, mesmo que marcada por violações, a identidade desses sujeitos também é constituída – cremos que em maior parte – pela resistência, pela luta comunitária⁴⁷, pela apropriação da noção de direito social, pelo desejo de exercerem suas cidadanias e pela capacidade de reinventarem-se e encontrarem soluções, por si e em comunidade, para as insuficiências e negligências do Poder Público. Tais características se fazem presentes na postura assumida pelos moradores do Mato Sampaio quando, em 2019, a ameaça do despejo volta a assombrá-los, por meio do acontecimento que analisamos nesta pesquisa. Nos dedicamos agora, à exposição deste novo momento na trajetória de lutas que marca a Vila Mato Sampaio.

⁴⁷ Nos limites deste trabalho, não foi possível abordar toda a trajetória de organização da luta comunitária na região - marcada pelo surgimento de diversas associações de moradores -, de modo que priorizamos os eventos que consideramos mais significativos. Para detalhamento deste aspecto, recomendamos a consulta de Vilarino (1998).

5 NOVO CAPÍTULO NA TRAJETÓRIA DE LUTAS DA VILA MATO SAMPAIO

*Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela
Rap da Felicidade - Cidinho & Doca*

Como descobrimos pelos passos anteriores, a história da formação da Vila Mato Sampaio desenha-se imbricada na necessidade da luta por moradia. Durante décadas, fez-se constância na vida dos moradores da comunidade a ameaça do caminhão que aparece para retirar as pessoas de suas residências – ou “arrastar a favela”, como descrito nas memórias do pedreiro João Assunção Moraes (in VILARINO, 1998). Com o fim da disputa judicial envolvendo a posse do Mato Sampaio, que arrastou-se por mais de 30 anos, um esboço de calma pode ter surgido no horizonte da vila. Contudo, para quem vive em áreas não regularizadas, a tranquilidade não costuma ser plena. Isso porque, sem um documento que formalize que suas casas são mesmo suas, a remoção é sempre um risco presente no cotidiano desses indivíduos⁴⁸. Tal apontamento pode ser traduzido pelo acontecimento que tematiza o conjunto de matérias que nos propomos a analisar nesta pesquisa: quando, em 2019, o fantasma do caminhão que arrasta a favela volta a fazer-se visível no horizonte dos moradores do local – ao qual nos dedicamos a compreender nesta etapa de nosso caminhar.

Apesar de sua recente irrupção, para entendermos o contexto em que se dão todos os desdobramentos deste novo capítulo na história da luta por moradia no Mato Sampaio, precisamos voltar mais de dez anos na linha do tempo deste lugar. Neste período, iniciam as primeiras obras do que convencionou-se denominar “bairro planejado Central Parque”⁴⁹ – um conjunto de luxuosos condomínios residenciais, projetados pela construtora Rossi, localizados à beira da Avenida Ipiranga, ao lado da Vila Mato Sampaio. Desde a inauguração dos primeiros empreendimentos do novo bairro planejado, em 2009, a região passou a ser considerada um polo de valorização da cidade⁵⁰.

⁴⁸ Afirmações embasadas na experiência subjetiva da pesquisadora, que vive em uma área não regularizada.

⁴⁹ O conjunto de condomínios é denominado assim pela construtora que administra o local, mas não configura-se como bairro registrado da cidade de Porto Alegre.

⁵⁰ Designação atribuída ao bairro pela Associação de Condomínios Central Parque. Disponível em: <<http://associacaocp.com.br/bairro/>>. Acesso em: 12 set. 2020.

A instalação dos novos vizinhos, porém, não causou a mesma percepção a quem vive no bairro Bom Jesus – incluindo o Mato Sampaio. Dada a chegada dos edifícios, os rumores de que as construções deveriam se expandir por toda a Bonja começaram a circular na comunidade – trazendo consigo o medo de que todas as vilas acabassem “engolidas” pelos prédios, determinando a remoção de seus moradores. A partir deste momento, o contraste de realidades entre Central Parque e Mato Sampaio⁵¹ fez-se luzente não apenas pelos aspectos físicos que marcam as diferenças entre a estrutura dos condomínios e a das residências da vila; também, pela simbologia envolvendo o ato de morar que desenhava-se ali. Enquanto, de um lado, novos moradores chegavam para habitar o bairro nascente – assimilado como sinônimo de progresso para a cidade –, de outro, a angústia tomava conta da comunidade que há mais de cinco décadas habitava aquele chão – diante da possibilidade de serem obrigados a deixarem suas casas para abrir passagem ao novo “polo de valorização” da capital gaúcha. Neste contraste visual e simbólico que marca a distinção das realidades, a própria dualidade “Mesmo” / “Outro” torna-se visível⁵².

Figura 4 – Contraste de realidades: os condomínios no horizonte do Mato Sampaio

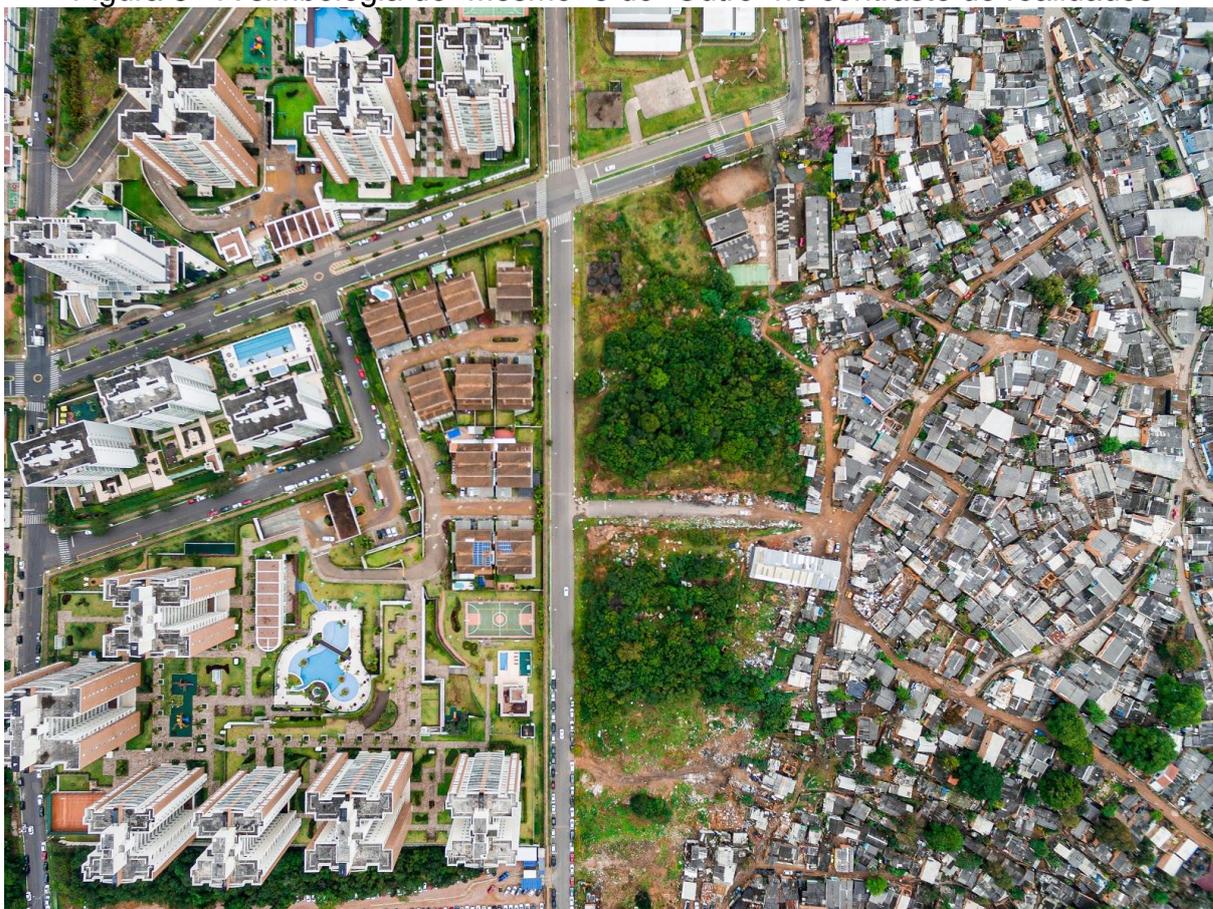


Fonte: Omar Freitas / Agência RBS

⁵¹ Ilustrado na Figura 4.

⁵² Ilustrada na Figura 5.

Figura 5 - A simbologia do “Mesmo” e do “Outro” no contraste de realidades



Fonte: Omar Freitas / Agência RBS

Dada a trajetória de lutas pelo direito à moradia que marca a história deste lugar, abordada no capítulo anterior, tal angústia não foi inédita; tampouco infundada – pois todo processo de “valorização”⁵³ urbana “acaba por expulsar daquela vizinhança os mais pobres” (SANTOS, 1993, p. 113). Foram, inclusive, estes mesmos ideais de progresso e modernização que legitimaram as circunstâncias formadoras desta região – quando, em 1953, a Prefeitura pôs fim às comunidades do centro da cidade, realocando as famílias que nelas viviam para o território do Mato Sampaio.

Em sua atualidade, a “valorização” da região que engloba a Vila Mato Sampaio põe nova luz acima do poder simbólico que o capital econômico exerce sobre a geografia das metrópoles brasileiras, impactando no direito do sujeito pobre de existir

⁵³ Optamos pelo uso do termo valorização por entre aspas por entendemos que considerar a chegada de condomínios luxuosos para uma região como fator valorativo significaria admitir e aceitar que ela, ao ser habitada por população pobre, constitui-se como desvalorizada – com o que, cabe destacar, não concordamos. Nesse sentido, cabe ainda pontuar que, conforme nos diz Silveira (2018, p. 63), os territórios são assim considerados “pois as circunstâncias sociais, econômicas e produtivas as quais estão submetidos, ao determinarem o valor do espaço, também o fazem no lugar da divisão racial e territorial do trabalho”.

no território – esse lugar “onde vivem, trabalham, sofrem e sonham todos os brasileiros. [...] o repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores renitentes [...]” (SANTOS, 2002, p. 48). Deste modo, 10 anos após a inauguração do novo bairro, o progresso da região não poderia parar, e projetou-se a abertura de uma rua e a construção de uma praça nas proximidades dos condomínios. Tais mudanças estavam previstas no Plano Diretor do município, com financiamento e execução a cargo da construtora que administra o bairro planejado, como contrapartida do empreendimento imobiliário.

Entretanto, como explica Santos (1993, p. 113), “todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas”. Assim, bem como em um conflito, para que o progresso se concretizasse, alguém precisaria sair perdendo: neste caso, os moradores do Mato Sampaio. Para dar lugar a nova rua e a nova praça, residências da comunidade deveriam ser demolidas; e a Prefeitura recorre à Justiça para reivindicar a reintegração de posse da área a ser destinada às contrapartidas da construtora – concretizando o rumor de que os condomínios começariam a engolir a vila e dando início, oficialmente, ao novo capítulo na história da luta por moradia da região.

Após decisão liminar favorável ao município, em abril de 2019 moradores começaram a receber mandados de intimação e identificação estabelecendo o prazo de 30 dias para que deixassem suas residências – sem menção a qualquer política pública que lhes garantisse o direito de morar. Anexado às intimações, um mapa⁵⁴ sinalizava a área requerida pela prefeitura e especificava o número de residências que deveriam ser demolidas para a efetivação de cada uma das contrapartidas previstas, totalizando 56 – destas, algumas seriam partidas ao meio. Visto que uma mesma edificação poderia abrigar mais de um grupo familiar – situação comum nas regiões de periferia –, não sabe-se ao certo quantas famílias seriam afetadas; igualmente, o número de moradores que as 56 residências abrigam. Entre a comunidade, circulava o rumor de que 80 famílias seriam atingidas.

⁵⁴ Ver figura 6.

Figura 6 - Mapa da área requerida pelo município



Fonte: Arquivo pessoal⁵⁵

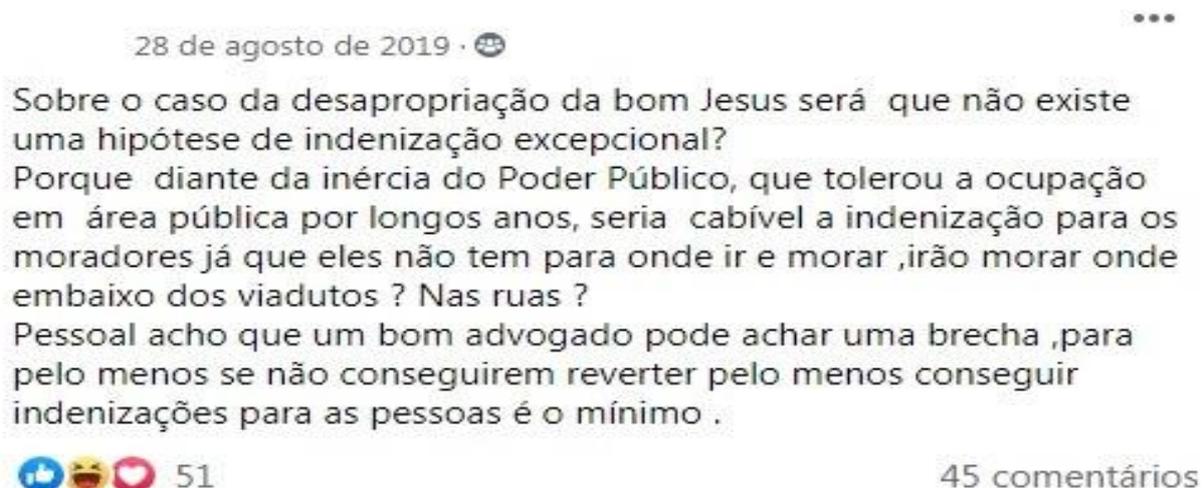
As famílias, porém, decidiram não deixar as residências – descumprindo o ordenado nos mandados. Diante disso, em 26 de agosto realizou-se uma assembleia no Centro de Relação e Participação Institucional da Região Leste (CRIP Leste), reunindo representantes de órgãos públicos e do empreendimento imobiliário aos atingidos pela ameaça de despejo. Contudo, a atuação do município permaneceu distante do diálogo: na ocasião, os moradores foram informados de que deveriam desocupar as casas até o dia 10 daquele setembro próximo, data em que a reintegração de posse da área e a demolição de suas residências deveria ser efetivada, com apoio das forças policiais. Ademais, não houve apresentação de alternativa habitacional, em caráter de política pública, para quem perderia seu lar – apenas a oferta de abrigo temporário.

Dada postura adotada pelo município – ao determinar que, ao menos, 56 famílias tivessem suas casas demolidas em 15 dias, sem oferecer-lhes nenhum resguardo no tocante ao direito à moradia –, a causa ganhou força na mobilização comunitária. Com apoio do restante da comunidade da Bonja, os moradores realizaram protestos e procuraram auxílio junto às instâncias competentes. Por seus discursos, entendemos que os moradores compreendem-se como detentores do direito de habitar o território, bem como conservam a noção do conflito de interesses

⁵⁵ A imagem foi obtida pela pesquisadora por meio de compartilhamento em grupo de WhatsApp que reúne moradores da região, à época do acontecimento – antes do início desta pesquisa. Portanto, constitui-se como arquivo pessoal.

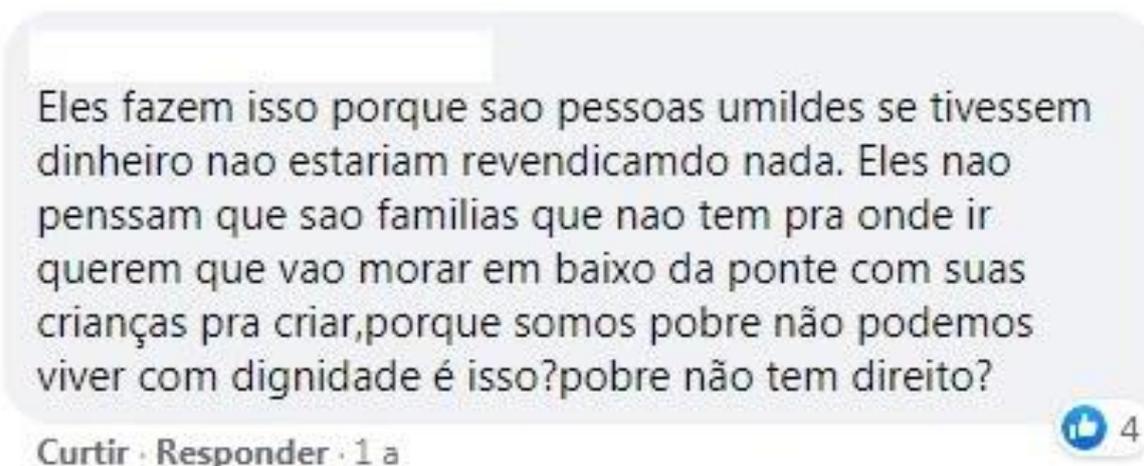
com as classes médias apontado por Santos (1993) enquanto característica destes processos – como é possível constatar em postagens e comentários⁵⁶ publicados em um grupo na rede social Facebook que reúne moradores da Bonja, intitulado “Bairro Bom Jesus: o que está ocorrendo?”.

Figura 7 - Fala exposta em grupo de moradores no Facebook - A



Fonte: Reprodução / Facebook

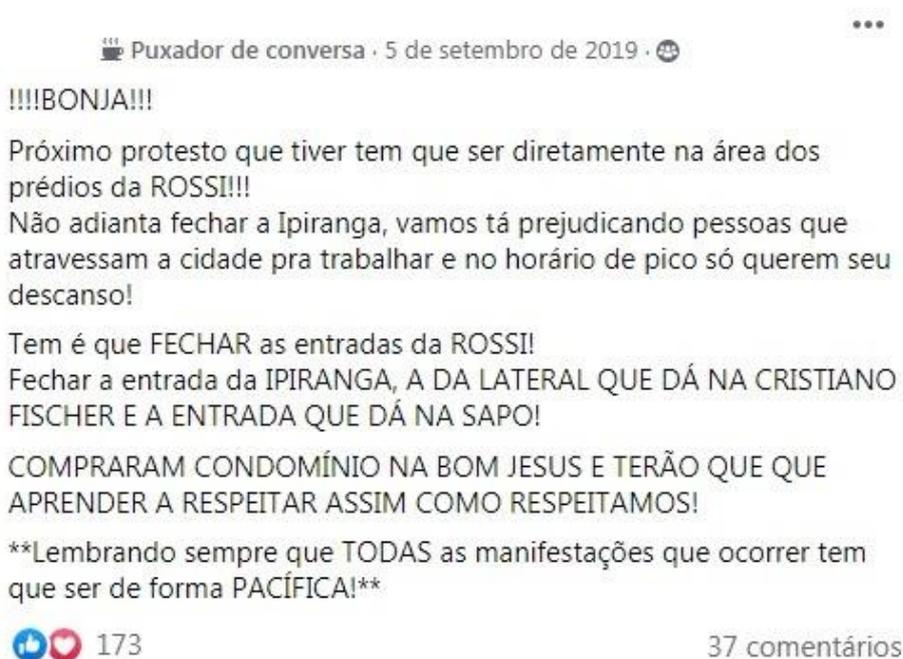
Figura 8 - Fala exposta em grupo de moradores no Facebook - B



Fonte: Reprodução / Facebook

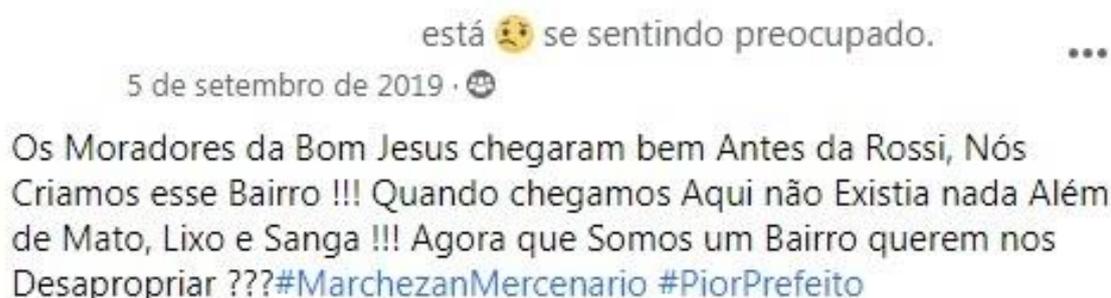
⁵⁶ Alguns exemplares destas manifestações foram reproduzidos nas figuras 7, 8, 9 e 10 – retiradas por meio de *printscreen* da tela aberta na rede social Facebook, no grupo em questão. Não tendo havido contato direto com os autores das publicações, a fim de solicitar autorização para a reprodução neste trabalho, as identidades foram preservadas. Para isso, realizamos a cobertura dos dados de identificação dos perfis – foto e nome do perfil do autor.

Figura 9 - Fala exposta em grupo de moradores no Facebook - C



Fonte: Reprodução / Facebook

Figura 10 - Fala exposta em grupo de moradores no Facebook - D



Fonte: Reprodução / Facebook

Pela mobilização da comunidade⁵⁷, o caso chegou à Câmara Municipal em 2 de setembro de 2019, quando foi citado por vereadores em sessão plenária. No dia seguinte, comissões parlamentares reuniram-se em caráter de urgência para debater a situação dos moradores do Mato Sampaio – resultando no encaminhamento à Justiça de requerimento solicitando que a decisão liminar que autorizou a reintegração de posse fosse revista.

⁵⁷ Em sua manifestação em sessão plenária da Câmara Municipal de 2 de setembro de 2019, o vereador Roberto Robaina (PSOL) afirmou ter recebido e-mails dos moradores alertando sobre a situação. Ata da sessão disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/sessoes_plenarias/83146>. Acesso em: 12 set. 2020.

Em 5 de setembro, os parlamentares voltaram a debater o caso. Na ocasião, foi protocolado um Projeto de Lei Complementar⁵⁸ – apoiado por parlamentares da oposição e da base do governo municipal – objetivando transformar o lote requerido pela prefeitura em Área Especial de Interesse Social I (AEIS I). Deste modo, o local passaria a ser destinado à habitação social, ficando vedada a remoção dos moradores – exceto em situações que oferecem risco –, além de ser incluído em programa de regularização fundiária⁵⁹.

Paralelamente à tramitação do projeto na Câmara, o caso voltou a debate no Judiciário, que acatou o pedido de reconsideração enviado pelos parlamentares após a primeira reunião. Assim, em 6 de setembro, a decisão liminar que autorizava a retirada das famílias foi suspensa e o município foi notificado a manifestar-se, em 5 dias a contar da data, apresentando propostas concretas para suprir a demanda habitacional das famílias – visto que, pela decisão inicial, a prefeitura estaria apta a articular a remoção sem apresentar política pública a fim de garantir o direito à moradia dos afetados. No mesmo dia em que concretizou-se a suspensão, o prefeito Nelson Marchezan Jr. recebeu uma comissão de moradores em seu gabinete.

Em 9 de setembro, a prefeitura apresentou as alternativas requeridas pelo Judiciário no ato da suspensão da decisão. Na proposta do Executivo municipal, constava remarcação da área reivindicada – com redução do número de residências a serem demolidas de 56 para 46 – e oferta de seis meses de aluguel-social no valor de R\$ 500 para as famílias atingidas que construíram suas casas a partir de 1997 ou, para as mais antigas, pagamento de indenização. Contudo, em 16 de setembro, o Judiciário recusou a proposta apresentada, pelo entendimento de que as opções não seriam suficientes ao resguardo do direito à moradia das famílias atingidas – e a reintegração permaneceu suspensa.

Na Câmara, o projeto que visava transformar o local afetado em AEIS I seguiu tramitando de forma contínua durante o mês de setembro. Porém, dada a suspensão judicial da reintegração, o avanço dos trâmites legislativos sofreu desaceleração. Tendo passado pela análise da Comissão de Constituição e Justiça – que emite

⁵⁸ Para detalhamento, consultar <<https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/135492>>. Acesso em: 20 out. 2020.

⁵⁹ Para detalhamento, consultar <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm/2ss1.htm>>. Acesso em: 12 set. 2020.

parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos processos que tramitam no Legislativo –, o projeto voltou a ser debatido em plenária no mês de dezembro de 2019. Em 28 de julho de 2020, o texto passou por votação dos parlamentares e obteve aprovação unânime. Houve, porém, sugestão de emenda a fim de especificar as coordenadas da área a ser transformada em AEIS I. Deste modo, a aprovação da redação final deu-se em 8 de setembro de 2020. Aprovado no Legislativo, o Projeto de Lei Complementar foi encaminhado para sanção do prefeito Nelson Marchezan Jr.⁶⁰.

5.1 O “Outro” do Mato Sampaio como protagonista da luta por seus direitos

A aprovação constitui-se como importante vitória para a comunidade da Vila Mato Sampaio. Pois, se sancionada a transformação em Área Especial de Interesse Social I, o trecho requerido pelo município, além de não mais poder ser utilizado para fins distintos à moradia, impossibilita legalmente a remoção dos moradores e determina que o local passe por regularização fundiária – o que colocaria um fim definitivo à ameaça do caminhão que chega para arrastar a favela. Neste novo capítulo da história da luta por moradia deste território – assim como nos anteriores –, foi a mobilização comunitária dos moradores o fio condutor que possibilitou o acesso ao direito de morar, garantido pela Constituição brasileira.

Diante da atuação adotada pelo aparato municipal, os moradores reivindicaram o protagonismo no debate acerca deste projeto que decidia sobre suas próprias vidas sem sequer consultá-los: defendendo-se judicialmente, ocupando as ruas em protesto e participando ativamente dos pleitos que trataram da tramitação do Projeto de Lei Complementar na Câmara Municipal, empunhando cartazes e expondo seus pontos de vista na tribuna⁶¹. Historicamente condicionados a ocuparem o lugar de “Outros”, a comunidade da Vila Mato Sampaio resgata, neste novo capítulo, a trajetória de lutas

⁶⁰ Devido a simultaneidade dos desdobramentos do acontecimento em relação à construção desta pesquisa, optamos por estabelecer o momento da aprovação da redação final do projeto como limite das tramitações a serem analisadas aqui. Assim, as matérias que integram o corpus respondem também a este limite. Contudo, a nível de atualização do caso, cabe destacar que em 29 de setembro de 2020 a prefeitura emitiu veto total à proposta aprovada na Câmara, alegando “inconstitucionalidade e ilegalidade”. Até 20 de outubro de 2020, quando demos por finalizada a escrita deste trabalho, o veto aguardava apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

⁶¹ Ver figuras 11, 12 e 13.

que constitui a identidade deste território e de seus habitantes, tornando-se protagonista da mobilização pelo direito de existir na cidade.

Figura 11 - Moradores acompanham tramitação do projeto - A



Fonte: Ederson Nunes / Câmara Municipal de Porto Alegre

Figura 12 - Moradores acompanham tramitação do projeto - B



Fonte: Leonardo Cardoso / Câmara Municipal de Porto Alegre

Figura 13 - Moradores acompanham tramitação do projeto - C



Fonte: Tonico Alvares / Câmara Municipal de Porto Alegre

Em sua manifestação na sessão plenária realizada em 5 de setembro de 2019, a conselheira tutelar e moradora da Bonja Ana Cristina Medeiros questionou a contrapartida da iniciativa privada, destacando que esta fora planejada para a área sem diálogo com a comunidade que, em tese, deveria ser beneficiada por ela. Em sua fala, fica clara a postura de luta adotada pelos moradores em repúdio ao caráter arbitrário da decisão de remover as famílias do território do Mato Sampaio.

Que contrapartida é essa que, sem dialogar com os moradores, decide por eles? E, pior, os despeja de suas casas sem direito a nada? Por que não pensaram em uma contrapartida que beneficie a comunidade? Temos inúmeras demandas que não estão sendo garantidas pela prefeitura, precisamos de abertura de novas vagas em creches, abertura de novas escolas de educação fundamental, consultas com médicos especialistas, atendimento na área da saúde mental e uma linha de ônibus para a área baixa da Bom Jesus. Enfim, a comunidade necessita de muitas melhorias. [...] Por que temos que sair para dar lugar a uma praça para o condomínio dos ricos que chegaram depois de nós? (MEDEIROS, 2019, online⁶²).

Diante deste e dos demais exemplos da visão dos moradores que elencamos aqui, fica perceptível a clareza dos habitantes do Mato Sampaio quanto ao direito à moradia. Cabe pontuar que tal percepção é fundamental para a análise acerca da representação desses indivíduos na cobertura do jornal Diário Gaúcho que nos propomos a realizar nesta pesquisa. Pois, segundo as contribuições de Márcia Franz Amaral abordadas no capítulo 3, constitui-se como tendência do jornalismo popular a representação do "Outro" como indivíduo destituído da consciência de seus direitos. Mas, como podemos constatar, essa está longe de ser uma característica dos

⁶² MEDEIROS, Ana Cristina. **Manifestação na Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre em 5 de setembro de 2019**. Disponível em: <camarapoa.rs.gov.br/noticias/vila-mato-sampaio-pede-suspensao-de-ordem-de-despejo>. Acesso em: 13 set. 2020.

moradores da Vila Mato Sampaio – desde as primeiras lutas que vem possibilitando o avanço das políticas públicas na região, na década de 50, até o tempo presente.

Uma segunda constatação – esta, a respeito do caminho que percorremos até aqui – é de que, ao estabelecer essa relação, estamos mais próximos de responder à questão mobilizadora desta pesquisa: “como o ‘Outro’ é representado pelo jornalismo popular?”. Construimos o referencial teórico que vem nos amparando na busca por essa compreensão, conhecemos os agentes sociais que escolhemos para representar o “Outro” e o jornalismo popular neste trabalho, e, neste ponto de nosso percurso, conseguimos tecer relações entre a teoria e suas manifestações empíricas. Deste modo, falta-nos avançar no entendimento delimitado em nosso objetivo geral, que visa analisar como os moradores da Vila Mato Sampaio são representados na cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca do acontecimento que descrevemos neste capítulo. Passamos, então, para a apresentação e justificativa do método que escolhemos para nos guiar na análise das matérias publicadas pelo DG sobre o caso, em busca desta compreensão.

6 É TEMPO DE ESCOLHER UMA DIREÇÃO PARA SEGUIR CAMINHANDO

*Permita-me discordar do roteiro
E no meu canteiro cultivar futuro
Procuro ferramentas e peças
Sem pressa, o processo me interessa
Com Licença - Kamau*

Chegamos a um dos pontos mais importantes de nosso percurso: a construção da metodologia que nos sustentará na parada seguinte, quando colocaremos o pé no barro desta pesquisa ao efetivar nossa análise. Para isso, necessitamos refletir sobre os passos que já demos e os que ainda precisam ser dados para que cheguemos ao ponto final, pois muitas são as possibilidades que se colocam à nossa frente nesta estrada. É dada a hora, então, de escolhermos por qual direção seguir, de definirmos procedimentos e técnicas, de adotarmos um método. Antes, contudo, algumas considerações mostram-se como necessárias.

6.1 Os passos dados e a direção a seguir

No caminho até esta nossa presente chegada, muitos foram os aprendizados construídos. Entretanto, tendo em vista a incipiência de produções dispostas a investigar as questões relativas à representação do "Outro" no âmbito do jornalismo popular, conforme identificamos na feitura de nosso Estado da Arte, cabe reiterar que este estudo adota a postura de contribuir para esta linha de pesquisa – sem que possa significar um fim em si mesmo, uma vez que não responderá a todas as questões pertinentes às investigações do tema. Situa-se, então, no campo da pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2008, p. 27) este tipo de investigação “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Em nosso caso, visamos o desenvolvimento desses estudos.

No percurso que nos trouxe até aqui, recorreremos à pesquisa bibliográfica – aquela que utiliza-se de documentos científicos (GIL, 2008) – para construir o referencial que nos permitiu atender ao primeiro objetivo específico (*identificar tendências de representação do "Outro" no âmbito do jornalismo popular*). E, para contemplar o seguinte (*compreender os objetos e abarcá-los no referencial teórico desenvolvido*), somamos as técnicas da pesquisa documental, ao debruçarmo-nos

sobre documentos ainda não submetidos a tratamento científico (GIL, 2008) para compreender os objetos – como as postagens no grupo de moradores do bairro Bom Jesus no Facebook e as edições do jornal Diário Gaúcho. Recorremos, ainda, ao recurso da entrevista, que foi realizada com o editor-chefe do DG a fim de atualizar apontamentos retirados da bibliografia explorada – técnica que, de acordo com Gil (2008), é produtora nas pesquisas de caráter exploratório.

Mas, ainda que tenhamos aprendido – e podemos dizer que aprendemos –, foi a dúvida que nos permitiu chegar a esta etapa. No início de nosso percurso – guiado tão mais pelas dúvidas que pelas certezas –, estabelecemos outros objetivos específicos para nos orientarem na missão de alcançar o objetivo geral que norteia esta pesquisa, os quais ainda nos falta contemplar⁶³. Para contemplá-los, fez-se necessário que encontrássemos um método para chamar de nosso – o instrumento que permitirá que obtenhamos respostas às dúvidas que nos trouxeram até aqui. Mas, qual método escolher?

Para que tomássemos essa decisão, precisamos voltar o olhar para a abordagem a que se destina esta pesquisa – a fim de identificar o que ela nos pedia. Em um primeiro momento, poderíamos considerar que trata-se de uma pesquisa qualitativa. Tal percepção não está errada, se focalizarmos esse olhar em nosso objetivo geral – que, de fato, possui caráter qualitativo ao buscar uma compreensão acerca de fenômenos sociais que dificilmente poderiam ser traduzidos em números (PRADANOV; DE FREITAS, 2013). Contudo, ao pensarmos no caminho que nos levaria até ele, a quantificação mostrou-se como instrumento agregador – pois, como aponta Herscovitz (in LAGO; BENETTI, 2007), quando deseja-se identificar tendências e representações, são obtidos melhores resultados quando emprega-se, ao mesmo tempo, técnicas qualitativas e quantitativas. Deste modo, nossa pesquisa mostrou-se como híbrida em sua abordagem. Diante disso, surgiu a necessidade de adotarmos um método que contemplasse estes dois escopos – levando-nos ao encontro da Análise de Conteúdo.

⁶³ Objetivos específicos c) (identificar significados que podem ser construídos sobre os moradores da Vila Mato Sampaio a partir das matérias publicadas pelo jornal Diário Gaúcho) e d) (compreender como o jornal representa esses indivíduos).

6.2 Análise de Conteúdo: um método para chamar de nosso

Com suas primeiras manifestações datando do início do século XX, como método de pesquisas desenvolvidas em universidades norte-americanas, a Análise de Conteúdo (AC) surgiu como instrumento para se analisar as comunicações - e “revela-se como um método de grande utilidade na pesquisa jornalística” (HERSCOVITZ in LAGO; BENETTI, 2007, p. 123). Apesar disso, hoje, muitos são os campos possíveis de serem analisados a partir da Análise de Conteúdo e, igualmente, muitos são os pesquisadores que dedicaram-se a aperfeiçoá-la enquanto método científico. Deste modo, a AC mostra-se como um procedimento adaptável às necessidades de cada pesquisa, não podendo ser descrita por um único manual (BARDIN, 1977). Conscientes de que existem ímpares formas de realizar-se a Análise de Conteúdo, neste estudo adotaremos as orientações elencadas por Bardin (1977), que define o método como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

Adaptável, a AC pode atender a objetivos de pesquisa tanto de vieses qualitativos quanto quantitativos ou, ainda, mesclar procedimentos das duas abordagens -- a fim de contemplar as necessidades de cada investigação. Segundo Herscovitz (in LAGO; BENETTI, 2007, p. 125), a “característica híbrida da análise de conteúdo – pode ser vista como um método que reúne elementos quantitativos e qualitativos – coloca-a num gueto metodológico de onde ela sai reforçada”. Deste modo, o analista pode utilizar-se de um vasto leque de procedimentos. Mas, independentemente das técnicas empregadas, o que se procura estabelecer, invariavelmente, “é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados” (BARDIN, 1977, p. 41).

Neste estudo, procuramos relacionar o enunciado das matérias publicadas pelo Diário Gaúcho acerca do mais recente episódio da luta por moradia na Vila Mato Sampaio às representações sistematizadas por ele, por meio da identificação dos significados construídos a partir do texto. Para isso, seguiremos os três polos cronológicos definidos por Bardin (1977): 1) a pré-análise, 2) a exploração do material

- ou análise - e 3) o tratamento dos resultados - a interpretação. Segundo a autora, a fase da pré-análise constitui-se como uma das mais importantes para a realização da AC, pois é o momento de organizar o estudo, definindo e conhecendo os documentos que serão analisados – o corpus – e os passos a serem seguidos para que se alcance o objetivo da pesquisa. Iniciamos, então, esta primeira etapa de nossa Análise de Conteúdo, com a apresentação do material a ser investigado.

6.3 Corpus: quando o jornal desceu pra quebrada

Segundo Bardin (1977, p. 96) o corpus “é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. De acordo com a autora, essa seleção pode ser definida 1) a priori – sendo, então, os objetivos construídos com base no que deseja-se analisar deste corpus – ou 2) a posteriori, partindo primeiro da definição dos objetivos – sendo, então, o corpus selecionado de acordo com os documentos que convém analisar para atendê-los. Em nosso caso, a definição do corpus está diretamente ligada ao problema de pesquisa (como o “Outro” é representado pelo jornalismo popular?), que nos possibilitou escolher como objeto empírico de análise a representação sistematizada pelo jornal Diário Gaúcho em relação aos moradores da Vila Mato Sampaio, definindo, também, um acontecimento delimitante.

Nosso corpus é formado, então, pelas sete matérias publicadas pelo jornal Diário Gaúcho acerca deste acontecimento envolvendo a luta por moradia na Vila Mato Sampaio – até o episódio da aprovação do Projeto de Lei na Câmara Municipal, que estabelecemos como limite de nosso acompanhamento do caso. As publicações foram veiculadas entre 2 de setembro de 2019 e 29 de julho de 2020. É importante destacar que, apesar de as matérias terem sido publicadas também no site, foram escolhidas as versões impressas porque esta é a forma de acesso aos conteúdos do DG mais difundida entre seus leitores (ARAÚJO, 2020).

Segundo Bardin (1977, p. 96), estando definido o corpus, cabe ao analista, no processo da pré-análise, observar o material escolhido por meio de leituras flutuantes – atividade que consiste em “estabelecer contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”. Estas leituras, que devem ser feitas tantas vezes quantas forem necessárias, iniciam

guiadas pelo desejo de identificar as características do texto, atentando-se ao que pode interessar para os objetivos da pesquisa. A partir desta primeira leitura flutuante, realizamos a organização do corpus – ordenado de forma numérica a partir da ordem cronológica de publicação –, destacando as características que, neste primeiro contato, consideramos mais relevantes para o processo de conhecimento do material a ser analisado: título, data de publicação e assunto de cada matéria, a partir de interpretação própria.

O resultado desta primeira leitura flutuante foi transposto para um quadro de apresentação do corpus. Ao compilado, adicionamos, ainda, a indicação do número que foi atribuído a cada publicação, para fins de organização do material, e o indicativo para a localização do anexo correspondente à íntegra do texto de cada matéria a ser analisada, para fins de consulta.

Quadro 1 - Corpus

Número e Localização	Título da matéria	Assunto da matéria	Data de publicação
Matéria 1 Anexo E	<i>Reintegração de posse afeta área com 65⁶⁴ casas</i>	Matéria explica o acontecimento, contextualizando o pedido de reintegração de posse e a situação dos moradores.	02/09/2019
Matéria 2 Anexo F	<i>Mobilização pela Bonja</i>	Matéria aborda a primeira reunião realizada na Câmara Municipal para tratar do assunto, citando as alternativas pensadas pelos parlamentares como forma de impedir a retirada das famílias. Cita, ainda, posicionamento do Conselho Estadual de Direitos Humanos.	04/09/2019
Matéria 3 Anexo G	<i>Projeto contra despejo na Bonja</i>	Matéria noticia a abertura do Projeto de Lei Complementar para transformação da área em AEIS I, explicando o que isso significa. Cita, ainda, o posicionamento da prefeitura.	06/09/2019
Matéria 4 Anexo H	<i>Despejo na Bom Jesus é suspenso</i>	Matéria noticia a suspensão judicial da reintegração de posse e a realização de reunião do prefeito com comitiva de moradores.	07/09/2019 e 08/09/2019
Matéria 5 Anexo I	<i>Surgem alternativas para a Vila Mato Sampaio</i>	Matéria expõe as alternativas apresentadas à Justiça pela prefeitura - exigidas no ato da suspensão. Ainda, recupera a atuação da Câmara e traz ponto de vista dos moradores.	16/09/2020
Matéria 6 Anexo J	<i>Reintegração segue suspensa na Bonja</i>	Matéria noticia a rejeição das propostas apresentadas pela prefeitura, por parte do judiciário. Traz o posicionamento do município e da defesa dos moradores.	30/09/2019

⁶⁴ O número correto de residências é 56. Na edição seguinte, o jornal publicou correção.

Matéria 7 Anexo K	<i>Mato Sampaio é declarada área de interesse social</i>	Matéria noticia a aprovação da transformação da área requerida pelo município em AEIS I, explicando o impacto da mudança. Ainda, faz breve retrospectiva do acontecimento.	29/07/2020
----------------------	--	--	------------

Fonte: Elaboração própria

Durante a busca pelas características e assunto dos textos, surgiram, ainda, algumas percepções – confirmando o previsto por Bardin (1977, p. 96) ao afirmar que, "pouco a pouco, a leitura vai-se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projecção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos". Com base nessa primeira impressão, pudemos inferir⁶⁵ que 1) o jornal manteve-se neutro diante do acontecimento, ou seja, não assumiu um lado na questão da posse da área requerida pelo município – dedicando-se a relatar os desdobramentos e expor os pontos de vista das partes envolvidas, sem necessariamente posicionar-se a favor ou contra alguma delas – e 2) a valorização do drama pessoal vivido pelos moradores, diante da situação, ganha maior proporção em relação à discussão acerca do direito à moradia – percepção que vai ao encontro do apontado como característica das coberturas do jornalismo popular por Amaral (2006).

A primeira dessas impressões insere-se no relato do editor-chefe do Diário Gaúcho, Diego Araújo. Ao discorrer sobre a cobertura do jornal a respeito do caso, o editor lembrou que a pauta chegou até a redação do DG por meio de uma ex-editora do jornal Zero Hora, pois a trabalhadora que atuava como diarista em sua residência era uma das afetadas pela ameaça de remoção dos moradores. Inicialmente com poucas informações a respeito da situação, de acordo com o editor, a postura adotada pelo jornal foi mesmo neutra - e, em nosso entendimento baseado nesse processo de leitura inicial, permaneceu assim.

[...] a gente mandou o repórter para lá, que foi conversar com as pessoas e entender a situação, ligou para a prefeitura. Quando publicamos a primeira matéria, uma matéria muito neutra porque não tomamos a posição das famílias nem da prefeitura, apenas contamos o que estava acontecendo, houve uma movimentação na Câmara, no Ministério Público, um movimento de questionar a prefeitura sobre porque estava fazendo aquilo, se já faziam anos que eles estavam lá e não havia sentido naquela história. A partir disso, a história se desenrolou sozinha. [...] (APÊNDICE B).

⁶⁵ Segundo Bardin (1977, p. 39), a inferência perpassa todo o processo da Análise de Conteúdo, pois "o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula, para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo" (destaque original).

A segunda percepção, contudo, só poderá ser comprovada a partir da análise – próxima parada de nosso percurso. Concluída, a etapa de conhecimento do corpus no âmbito da pré-análise, passa-se para a exploração do material – a análise propriamente dita. Para isso, é preciso definir a abordagem da AC a ser aplicada sobre este material, bem como os procedimentos e técnicas, e as unidades de codificação a serem adotadas para sua aplicação – ou seja, definir, por exemplo, se os procedimentos serão aplicados considerando a totalidade dos textos, frases específicas, palavras, entre outros elementos. Todas essas decisões devem ser justificadas tendo em vista as necessidades da pesquisa, de acordo com o que deseja-se descobrir (BARDIN, 1977). Entendendo que cumprimos a etapa da pré-análise, passamos ao capítulo seguinte, no qual apresentamos nossas decisões metodológicas e desenvolvemos a movimento analítico.

7 AS REPRESENTAÇÕES DOS MORADORES DA VILA MATO SAMPAIO NAS PÁGINAS DO DIÁRIO GAÚCHO

*O povo que sobe a ladeira, ajuda a fazer mutirão
Divide a sobra da feira e reparte o pão
Como é que essa gente tão boa, é vista como marginal?
Eu acho que a sociedade tá enxergando mal!*
Favela - Arlindo Cruz

Dada sua versatilidade, após assumir a Análise de Conteúdo como método, diferentes rumos ainda se apresentam como possibilidade. De acordo com Bardin (1977, p. 44), a AC “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outras realidades *através* das mensagens” (destaque original). Um texto, ademais, é composto por diferentes elementos, que podem pertencer ao campo da linguagem ou não – devendo a AC ser adaptada ao que deseja-se investigar. Tendo em vista essas considerações, neste processo de apropriação do método compreendemos como mais adequado à nossa pesquisa o desenvolvimento da Análise de Conteúdo temática – cujo trabalho, segundo Bardin (1977, p. 105), “consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido”. Atentando para nosso norte, que encontra-se na identificação dos significados construídos acerca dos moradores da Vila Mato Sampaio nas matérias publicadas pelo DG para, a partir disto, compreender suas representações no jornal, entendemos que o “por trás das palavras” que objetivamos desvendar está em sintonia com definição da abordagem temática da AC.

Definido o rumo a ser seguido no percurso da análise, cabe estabelecer o procedimento analítico a ser adotado e delimitar os fragmentos do material que serão submetidos a ele – as unidades de registro, que podem ser, por exemplo, frases, palavras, adjetivos, citações, entre outros. Quanto ao procedimento, optamos por utilizar a técnica da categorização, que, de acordo com Bardin (1977), configura-se como um dos recursos mais caros à Análise de Conteúdo. Categorizar consiste em definir espécies de “gavetas” a fim de “classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial” (BARDIN, 1977, p. 37).

Já quanto a definição das unidades de registro, levamos em consideração as especificidades da AC temática, que permite, de acordo com a Bardin (1977, p. 105-106), uma maior flexibilidade na seleção dos fragmentos a serem submetidos aos procedimentos analíticos – de maneira que "o texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis". Isso porque, quando deseja-se identificar elementos do campo da significação – ou do sentido –, é preciso atentar-se ao fato de que, apesar de toda palavra ser significativa, a construção dos significados dá-se pelo contexto dos enunciados, pelo conjunto de palavras mobilizadas, entre outros fatores, de modo que um recorte muito restrito poderia comprometer os resultados da análise.

Assim, definimos como categorias os principais significados que podem ser construídos acerca dos moradores do Mato Sampaio que foram identificados nas sete matérias publicadas pelo Diário Gaúcho que integram nosso corpus, sendo definidos como unidades de registro os enunciados que abrigam e constroem estes mesmos significados. A identificação foi feita por meio do processo de leitura flutuante, na qual buscou-se reconhecer no texto de cada uma das sete matérias semelhanças em relação à representação dos moradores da comunidade. Neste primeiro momento de identificação de significados, então, podemos dizer que foram considerados os textos em sua integralidade. Mas, para fins de aplicação do procedimento analítico, houve a retirada das unidades de registro.

A partir dessas leituras flutuantes, identificamos quatro significados principais acerca da representação dos moradores. São eles: (1) os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *instituídos de direito*; (2) os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *destituídos de direito*; (3) os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *vitimados* e (5) os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *mobilizados*. Estes, então, constituem nossas categorias de análise (*instituídos de direito, destituídos de direito, vitimados e mobilizados*), nas quais inserem-se os enunciados construtores dessas significações. Nesse sentido, levamos em consideração o parêntese feito por Bardin (1977, p. 107) acerca das unidades de registro, ao afirmar que “em muitos casos, torna-se necessário fazer (conscientemente) referências ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registrar” – estabelecendo, assim, unidades de contexto, que servem para facilitar a compreensão das mensagens, ainda que não configurem seu núcleo de sentido. Optamos por retirar dos textos, então, não apenas uma frase

específica que justifique a categorização – a unidade de registro –, mas, também, o fragmento textual que permite que aquele enunciado faça sentido ao ser retirado do todo – a unidade de contexto. Este conjunto do que, de acordo com Bardin (1977), podem ser consideradas unidades de registro e de contexto de nosso corpus, optamos por chamar de regiões significativas. Cabe destacar, ainda, que não nos restringimos apenas a trechos que incorporam expressamente a fala do jornal, pois entendemos que mesmo a citação de fontes é um recurso que passa pela seleção e recorte do jornalista e, em termos de representação, contribui para a construção de significados.

Foram identificadas 28 regiões significativas, distribuídas entre as quatro categorias de análise estabelecidas, de acordo com o significado que constroem. Objetivando a organização do material, estas regiões significativas foram transpostas em sete tabelas – uma por matéria –, nas quais fica indicado a categoria atribuída a cada uma, bem como a nomenclatura designada. Escolhemos nomear as regiões significativas pelo seguinte modelo: *M+número+RS+número*, sendo *M+número* a remissão ao número da matéria na qual a região significativa está localizada e *RS+número* a remissão ao número de sua aparição naquela matéria, em relação às outras regiões significativas identificadas no mesmo texto. Assim, no caso da terceira região significativa identificada na matéria de número 2, por exemplo, a nomenclatura atribuída seria *M2RS3*.

A fim de não ocasionar quebra no corpo do texto, optamos por disponibilizar tais tabelas em apêndices⁶⁶. Contudo, a designação de determinada categoria às regiões significativas será justificada nos subcapítulos a seguir, dedicados à explicação de cada uma de nossas “gavetas” e ao desenvolvimento da reflexão que nos guiará à compreensão da representação dedicada aos moradores da Vila Mato Sampaio nas matérias do Diário Gaúcho.

Para que, a partir da identificação dos significados e categorização das regiões significativas, possamos compreender como os moradores são representados, usaremos o indicador da frequência. Retomando a contribuição de Adichie (2009, online), em sua palestra sobre os perigos das histórias únicas – que nos instigou a começar esta pesquisa –, julgamos importante contabilizar a frequência com que cada

⁶⁶ Consultar: Apêndice C (matéria 1); Apêndice D (matéria 2); Apêndice E (matéria 3); Apêndice F (matéria 4); Apêndice G (matéria 5); Apêndice H (matéria 6) e Apêndice 1 (matéria 7).

um desses significados é reafirmado, pois, como alerta a escritora: “mostre um povo como uma única coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão”. Entendemos que a frequência com que cada um dos significados construídos acerca dos moradores, identificados por nós, aparece no conjunto de matérias publicadas pelo Diário Gaúcho está intimamente ligado à construção e fixação da identidade social desses sujeitos – e, com isso, à condição de “Outros” imposta a suas existências.

Antes que avancemos para o aprofundamento de nossa categorização, entretanto, um esclarecimento faz-se pertinente. Bardin (1977) aponta que, para a definição de boas categorias, é recomendado que certas regras sejam seguidas; entre elas, a regra da exclusão mútua, que consiste em evitar a criação de categorias nas quais uma mesma unidade de registro poderia inserir-se mutuamente. Porém, nesta pesquisa, por lidarmos com a representação – processo de significação que não dá-se de forma restrita –, entendemos que uma mesma região significativa pode vir a abrigar diferentes significados. Diante disso, esclarecemos que, em casos assim, optamos por posicioná-la na categoria correspondente ao significado que entendemos como principal do enunciado. E, para fins de análise de frequência, será considerada a categoria atribuída à região significativa em razão de seu significado principal.

7.1 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *instituídos de direito*

Neste subcapítulo, apresentamos as regiões significativas nas quais foi identificada a representação dos moradores enquanto sujeitos *instituídos de direito*. Para a criação desta categoria, foi considerado o direito à moradia, intimamente ligado ao acontecimento das matérias. Categorizados aqui estão os trechos que entendemos contribuir para o sentido de que os moradores são possuidores deste direito. Entre o corpus, foram identificadas 9 regiões significativas que constroem esse significado acerca dos moradores – são elas: *M1RS3*, *M2RS4*, *M3RS4*, *M3RS5*, *M4RS1*, *M5RS4*, *M5RS5*, *M6RS1* e *M6RS2*. Ao longo deste subcapítulo, descreveremos cada uma destas regiões, salientando sua identificação com a categoria.

A primeira amostra desta categoria é a região significativa *M1RS3* (*abaixo*), pertencente à Matéria 1 – primeira publicação do DG sobre o caso. O enunciado apresenta a fala de uma das moradoras atingidas pela ameaça de despejo, recortada

e selecionada pelo jornal. Em sua manifestação, a moradora demonstra o entendimento acerca do direito adquirido ao relacionar o tempo de existência da ocupação da Vila Mato Sampaio à legitimidade da permanência das famílias na área requerida pelo município – razão pela qual consideramos a região como adequada a esta categoria.

“– Tem um terreno ao lado que foi ocupado recentemente, mas as pessoas saíram. Ficou três meses invadido. Agora, estão querendo nos colocar neste mesmo saco, mas o Mato Sampaio existe há muito mais tempo – crítica a diarista Geni Lascano, 59 anos.” (M1RS3 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

A região significativa M2RS4 (abaixo), pertencente à Matéria 2, narra a atuação do Conselho Estadual de Direitos Humanos junto ao caso. Por meio da fala do presidente da entidade, é alertada a possibilidade de violação do direito à moradia se concretizada a reintegração de posse da área requerida pelo município – com menção explícita a questão do direito. Aqui, cabe destacar que, ainda que o discurso tenha sido recortado e selecionado pelo jornal, percebe-se uma dose de cuidado ao vincular a questão do direito à moradia à fala do representante do CEDH. O jornal isenta-se, assim, de um posicionamento no âmbito da associação entre o caso da Vila Mato Sampaio e uma possível situação de violação de direitos. Embora o significado do morador enquanto sujeito instituído de direito esteja presente nesta região significativa, a postura adotada pelo jornal mostra-se como um dado importante para a compreensão do sistema de representação consolidado por ele.

“Segundo o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS), Paulo César Carbonari, ‘o conselho tem por função preservar e proteger os direitos humanos, onde se inclui o direito à moradia, expressão na Constituição’. Paulo explica que, diante da situação que se desenha no bairro Bom Jesus, o órgão resolveu encaminhar ofício à Vara da Fazenda, sugerindo a suspensão do processo de reintegração. [...] No ofício encaminhado à Justiça, o CEDH-RS sugere a suspensão do processo como modo de ‘garantir a salvaguarda dos direitos humanos das famílias atingidas pela ordem de despejo, em nome das garantias dos direitos humanos fundamentais das mulheres, crianças e idosos que se encontram no local’.” (M2RS4 - Diário Gaúcho, 04/09/2019)

A região significativa M3RS4 (abaixo), pertencente à Matéria 3, expressa a visão do vereador Roberto Robaina (PSOL) acerca do caso, após a protocolização do PLC que objetivou transformar a área requerida pelo município em AEIS I. Em sua fala, o parlamentar demonstra postura contrária ao despejo das famílias do Mato Sampaio, atribuindo ao governo municipal a responsabilidade de solucionar o impasse. Entendemos que, ao atribuir ao Estado esta responsabilidade, bem como ao taxar que “a solução é não ter um despejo destas pessoas”, o parlamentar manifestou o entendimento de que estes sujeitos são instituídos do direito de estarem ali - contribuindo, assim, para a construção deste significado.

“Conforme Robaina, se o alinhamento dos vereadores seguir favorável aos moradores, o projeto pode ser aprovado rapidamente. Isso mudaria a percepção sobre a área, impedindo a reintegração de posse. Entretanto, o vereador ressalta que essa é uma tentativa dos parlamentares de demonstrarem ao Executivo que a destruição das casas não é o único caminho que pode ser seguido.

– A solução é não ter um despejo destas pessoas. O governo tem que buscar uma solução alternativa para esse problema. E umas das opções é esta transformação da área, apontada pela Câmara através do projeto de lei – diz Robaina.” (M3RS4 - Diário Gaúcho, 06/09/2019)

A região significativa *M3RS5 (abaixo)*, pertencente à Matéria 3, expressa a visão do vereador Valter Nagelstein (MDB), nas mesmas circunstâncias da *M3RS4*. Em sua fala, o parlamentar critica a postura adotada pelo município reconhecendo a ausência de diálogo com a comunidade e assume, ainda, que a ação causa dano aos moradores da região – ao dizer que o desenvolvimento “não pode ser feito em detrimento das comunidades mais pobres”. Entendemos que, por conta das questões levantadas, a manifestação do vereador contribui para a construção do significado dos moradores enquanto sujeitos instituídos de direito.

“No lado da base governista, o vereador Valter Nagelstein (MDB) segue a mesma linha. Para ele, a culpa pelo impasse é do município, que determinou uma contrapartida sem olhar para as pessoas que vivem naquela área. [...]

– Sou favorável ao desenvolvimento econômico da cidade, mas isso não pode ser feito em detrimento das comunidades mais pobres. Como alguém define que aquela área precisa ser uma praça? Já temos quase 700 praças na cidade e a maior parte nem tem o cuidado adequado.” (M3RS5 - Diário Gaúcho, 06/09/2019)

A região significativa *M4RS1 (abaixo)*, pertencente à Matéria 4, aborda a suspensão da reintegração de posse da área da Vila Mato Sampaio requerida pelo município. Por meio da fala da juíza que sentenciou a decisão, o direito à moradia dos moradores da Vila Mato Sampaio é explicitamente abordado. Cabe destacar que, novamente, a menção explícita ao direito à moradia, bem como à possibilidade de o caso constituir uma violação a este direito, é atribuída a fala de uma fonte - não sendo proferida diretamente pelo jornal.

“Uma decisão do Tribunal de Justiça do RS suspendeu, nesta sexta-feira, o processo que permitia a reintegração de posse de uma área onde estão 56 casas, na Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre. A decisão ainda estabelece prazo de cinco dias para que o município apresente alternativas habitacionais para as famílias. [...]

“Muito embora haja interesse público na revitalização do local, o cumprimento da medida deve resguardar todos os meios de defesa admitidos pelo direito à parte ré, haja vista envolver o direito à moradia daqueles que lá residem já há algum tempo”, diz a decisão da juíza de Direito Vera Letícia de Vargas Stein, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre.” (M4RS1 - Diário Gaúcho, 07 e 08/09/2019)

A região significativa *M5RS4 (abaixo)*, pertencente à Matéria 5, apresenta a resposta da defesa dos moradores diante das alternativas apresentadas pelo município após a suspensão judicial da reintegração de posse. Em sua fala, a

advogada que representa parte das famílias questiona a necessidade de que as construções planejadas pela prefeitura sejam alocadas na área de habitação da comunidade, afirmando que “existe bastante espaço desocupado para a prefeitura construir”. Nesta afirmação, demonstra reconhecer que o direito à moradia é soberano em relação aos objetivos pretendidos pelo município, além de reafirmar a ausência de diálogo com os moradores da comunidade – que, enquanto cidadãos, são instituídos também do direito de participarem das decisões públicas, sobretudo quando estas lhes afetam diretamente. Há, ainda, a crítica à proposta de pagamento de aluguel social aos moradores sinalizada pelo município, resgatando as inconsistências do programa de aluguel social e sua ineficácia na garantia do direito à moradia dos beneficiários.

“Segundo a advogada Stéphanie Fleck da Rosa, que representa cerca de 40 das famílias afetadas pelo problema, a população deve resistir às tentativas de reintegração. Segundo ela, o medo dos moradores está relacionado à falta de confiança nos benefícios prometidos pelo município. – Sabemos de atrasos constantes que os beneficiários de aluguel social sofrem. Existe bastante espaço desocupado para a prefeitura construir. O que queremos é uma proposta que inclua a comunidade nisso – diz a advogada.” (M5RS4 - Diário Gaúcho, 16/09/2019)

A região significativa *M5RS5 (abaixo)*, pertencente à Matéria 5, expressa a opinião de uma moradora afetada pela tentativa de reintegração de posse, nas mesmas circunstâncias da *M5RS4*. Na fala transcrita, a moradora aponta a ineficiência do Poder Público frente às demandas da comunidade, enquanto mobiliza o aparato institucional para desalojar as famílias. Aqui, fica clara a noção de direito social por parte dos moradores do Mato Sampaio – abordada no capítulo dedicado à exposição da trajetória de lutas que marca o lugar –, bem como a estreita ligação desta noção com a formação de suas identidades – contribuindo, assim, para a construção do significado instituídos de direito.

“Moradora da Mato Sampaio há 27 anos, a diarista Patrícia Vieira Elias, 30 anos, critica a postura adotada em relação aos residentes da área: – Podiam se preocupar em consertar nossas ruas, melhorar o saneamento básico. Porém, querem nos mandar para fora.” (M5RS5 - Diário Gaúcho, 16/09/2019)

A região significativa *M6RS1 (abaixo)*, pertencente à Matéria 6, aborda a recusa, por parte da Justiça, às alternativas apresentadas pelo município após a suspensão judicial do processo. Por meio do enunciado atribuído à figura da juíza, fica salientada a responsabilidade de que a prefeitura apresente políticas públicas que atendam a demanda habitacional das famílias que, com a efetivação da reintegração, perderiam suas casas. Ao abordar a necessidade habitacional dos moradores,

atribuindo esta responsabilidade ao Poder Público, a região significativa os constrói significativamente como sujeitos instituídos de direito.

“Ao menos por enquanto, os moradores da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, vão seguir ocupando as residências que estão sobre um terreno público. A razão disso é que a Justiça não aceitou as propostas apresentadas pelo município às famílias que devem deixar as suas residências. [...] o entendimento da juíza Vera Letícia de Vargas Stein, da 7ª da Fazenda Pública de Porto Alegre, a solicitação de ‘propostas concretas de alternativas habitacionais’ não foi cumprida pela prefeitura. Estas alternativas foram solicitadas pela magistrada na mesma decisão que suspendeu a reintegração de posse. O despacho da Justiça que manteve a reintegração suspensa foi publicado no dia 18 de setembro. Na terça-feira, dia 24, a prefeitura foi intimada a se manifestar novamente. A intenção é que o município cumpra integralmente o pedido da juíza da Fazenda Pública, de apresentar opções que realmente atendam às necessidades da parte afetada do Mato Sampaio.” (M6RS1 - Diário Gaúcho, 30/09/2019)

A região significativa *M6RS2 (abaixo)*, pertencente à Matéria 6, manifesta a posição da defesa dos moradores, nas mesmas circunstâncias da *M6RS1*. Por meio de sua manifestação, a advogada responsável expressa a crítica em relação à postura adotada pelo município e o rejeite, por parte da comunidade, das alternativas apresentadas pelo poder público – ao afirmar que “a prefeitura não fez uma proposta concreta e real aos moradores” e que “o município quer apenas cumprir a reintegração”. Por expor estes posicionamentos, entendemos que a região significativa contribui para a construção do significado instituídos de direito.

“Conforme a advogada Stéphanie Fleck da Rosa, que representa cerca de 40 das famílias afetadas, a comunidade segue com a intenção de permanecer na área e “as vias de negociação com a prefeitura estão fechadas”. [...]

– Até hoje, a prefeitura não fez uma proposta concreta e real aos moradores. Sabemos apenas de algumas através do que aparece na mídia. O município quer apenas cumprir a reintegração, sinalizando com tentativas sem êxito de cadastro dos moradores em aluguel social – explica.” (M6RS2 - Diário Gaúcho, 30/09/2019).

7.2 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *destituídos de direito*

Neste subcapítulo, apresentamos as regiões significativas nas quais foi identificada a representação dos moradores enquanto sujeitos *destituídos de direito*. Esta categoria corresponde ao oposto da categoria apresentada anteriormente. Igualmente, foi considerado o direito à moradia para sua criação, mas no sentido de incluir regiões significativas que conduzem ao entendimento de que os moradores não são possuidores deste direito. Foi identificada, no conjunto de matérias, uma única região significativa que constrói diretamente esse significado acerca dos moradores, a *M1RS7*.

Pertencente à Matéria 1, primeira publicada pelo Diário Gaúcho sobre o caso, apresentando a situação, a região significativa *M1RS7* (abaixo) corresponde ao posicionamento inicial do município frente à reintegração de posse. Tal posicionamento é manifestado por meio da fala de uma representante da prefeitura.

“A decisão de retomar o terreno não será mudada, conforme a procuradora do município Cristiane Catarina. [...] Cristiane afirma que a prefeitura não tem nenhuma decisão sobre fornecimento de aluguel social ou auxílio-moradia, pois entende que a ocupação de área pública não dá esse direito aos moradores. Além disso, ela aponta que, entre as 56 residências que serão demolidas, menos de 10 são ocupações mais antigas. As demais teriam sido ocupadas há menos de cinco anos:

– Mesmo assim, entendemos que nenhum direito é recorrente do tempo de ocupação, por se tratar de área pública.

[...] A procuradora da PGM informa que o processo de reintegração será cumprido em um dia. Aos moradores que não tiverem para onde ir, será fornecido abrigo provisório.” (M1RS7 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

Em sua manifestação, a representante do município explicita o entendimento de que as 56 famílias que seriam atingidas pela reintegração de posse são destituídas do direito de habitar suas residências. Ao afirmar que “nenhum direito é recorrente do tempo de ocupação, por se tratar de área pública”, bem como, quando citada indiretamente pelo jornal, que a ocupação de área pública não dá o direito ao recebimento de auxílio aos moradores, a procuradora posiciona esses sujeitos na figura de invasores aos quais não caberia direito algum - descolando-os da posição de cidadãos amparados pela Constituição, que prevê a moradia como direito fundamental. Assim, contribui para a representação desses indivíduos enquanto sujeitos destituídos de direito.

Cabe destacar, ainda, que a postura adotada pelo DG, enquanto mediador desta fala, é semelhante à adotada nos enunciados em que há menção explícita aos moradores como detentores do direito à moradia. Pois, assim como nas regiões significativas *M2RS4* e *M4RS1*, pertencentes à categoria oposta a esta, que representam explicitamente os moradores como instituídos de direito e assumem a reintegração de posse como uma possível violação deste direito, a postura do jornal foi cuidadosa ao atribuir o ponto de vista à fonte citada – mantendo-se distante dessa discussão. Deste modo, não há, em nenhum dos casos, um posicionamento declaradamente assumido como sendo jornal no tocante a situação moradores x prefeitura, no âmbito do direito à moradia.

7.3 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *vitimados*

Neste subcapítulo, apresentamos as regiões significativas nas quais foi identificada a representação dos moradores enquanto sujeitos *vitimados*. Para a criação desta categoria, consideramos os momentos em que a narrativa utilizou-se do drama vivido pelos moradores, sem necessariamente fomentar uma reflexão acerca do direito à moradia. Nesse sentido, foram selecionados os enunciados em que percebe-se (1) a valorização do drama pessoal, posicionando os moradores no lugar de vítimas de uma situação que pode ser interpretada, a partir da leitura do trecho, como injusta, cruel ou maléfica, entre outros aspectos negativos e (2) o apelo às circunstâncias em que se deu a tentativa de reintegração de posse em razão da ausência de políticas habitacionais, mas sem que, nos trechos, houvesse abertura para a discussão acerca da violação do direito à moradia destes indivíduos nos enunciados.

Entretanto, é possível que as regiões significativas elencadas aqui construam significados fora dos limites desta categorização, pois não há impedimento de que um mesmo enunciado leve à representação dos moradores como *vitimados* e *instituídos de direito* simultaneamente, por exemplo. Nesses casos, procuramos atentar ao que parece ser o enfoque principal da narrativa, o significado primeiro – que será contabilizado para os fins de nossa análise. Foram identificadas no conjunto de matérias, então, 12 regiões significativas que constroem o significado de *vitimados* acerca dos moradores – são elas: *M1RS1*, *M1RS2*, *M1RS4*, *M1RS5*, *M2RS2*, *M2RS3*, *M3RS3*, *M4RS2*, *M4RS3*, *M4RS4*, *M5RS2* e *M5RS3*. Ao longo deste subcapítulo, descreveremos cada uma destas regiões, salientando sua identificação com a categoria.

A primeira amostra desta categoria é a região significativa *M1RS1* (*abaixo*), pertencente à Matéria 1. O enunciado consiste nas duas primeiras frases da matéria, que apresentam a situação ao leitor. No trecho, o jornal afirma que os moradores “vivem dias de incerteza” em razão de terem sido comunicados “que as casas onde vivem serão demolidas”. Entendemos que ao iniciar a escrita de um texto o jornalista opta por um ponto de vista que guiará sua narrativa e, potencialmente, pode vir a orientar também a formação da opinião do leitor sobre o assunto. Poderia, por exemplo, que esta primeira matéria, na qual insere-se a *M1RS1*, apresentasse o

acontecimento afirmando que uma ocupação está atrapalhando a execução de obras previstas no Plano Diretor do município – de fato, uma verdade, se vista pelo olhar da prefeitura. O jornal, contudo, posiciona sua narrativa junto à visão dos moradores, colocando-os no primeiro plano da questão – e, ao fazer isto, pode orientar a formação de uma opinião favorável à causa da comunidade. Porém, a forma como o faz, entendemos, coloca os moradores mais na posição de vítimas de uma situação cruel – a de ter suas casas demolidas – que na posição de cidadãos ameaçados pela violação de um direito fundamental, o direito à moradia. Isto porque julgamos passível de reflexão o uso da palavra “incerteza” para definir os dias vividos pelas famílias ameaçadas pela tentativa de reintegração de posse, visto que estavam já mobilizadas⁶⁷ em luta contra algo que configurou-se como possível violação de um direito que lhes é garantido constitucionalmente. Assim, compreendemos que a região significativa, ainda que demonstre que a cobertura a respeito do caso posiciona-se ao lado dos moradores, ao mesmo tempo contribui para sua representação enquanto sujeitos vitimados.

“Moradores do Mato Sampaio, comunidade do bairro Bom Jesus, na Capital, vivem dias de incerteza. Isso porque, na semana passada, eles foram comunicados pela prefeitura de que as casas onde vivem serão demolidas.” (M1RS1 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

A região significativa *M1RS2 (abaixo)*, pertencente à Matéria 1, segue retratando o ponto de vista dos moradores, nas mesmas circunstâncias da *M1RS1*. O enunciado aborda a postura adotada pelo município de não oferecer alternativas às famílias que seriam atingidas pela reintegração de posse. No trecho, o jornal, ao mesmo tempo em que expõe a questão do tempo de ocupação da área, situa as possíveis contrapartidas de pagamento de indenização ou de aluguel social como “ajuda” aos moradores. Entendemos que, uma vez que a reintegração de posse implicaria na violação do direito à moradia desses indivíduos, a proposta de uma contrapartida seria configurada como política pública; do mesmo modo que a ausência desta configuraria violação de direito. Assim, compreendemos que ao utilizar-se desta designação, o jornal isenta-se de assumir uma representação direta dos moradores como sujeitos instituídos de direito, mas valoriza o caráter dramático da situação. Assim, contribui para a significação de sujeitos vitimados.

“Uma das maiores queixas da comunidade é que não foi apresentada nenhuma opção de ajuda para quem irá ficar sem casa, como indenização ou aluguel social. Os moradores apontaram ainda que não

⁶⁷ Conforme abordamos no capítulo 5.

está sendo levado em conta o tempo de existência da ocupação, que superaria os 30 anos.” (M1RS2 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

A região significativa *M1RS4 (abaixo)*, pertencente à Matéria 1, segue retratando o ponto de vista dos moradores, nas mesmas circunstâncias da *M1RS1* e *M1RS2*. O enunciado traz a manifestação de uma das moradoras afetadas, que rememora a reunião realizada pelo Poder Público junto à comunidade a fim de comunicar a respeito da reintegração de posse. Por meio da fala da moradora, recortada e selecionada pelo jornal, a mesma postura identificada na *M1RS2* é reiterada. Assim, entendemos que o relato da moradora é posicionado pelo DG a fim de expor o caráter de injustiça da situação, ao mesmo tempo em que explora o drama de quem não tem para onde ir.

“Na reunião entre moradores e autoridades, a orientação foi para que as pessoas já fossem deixando a área, como recorda a diarista Patrícia Vieira Elias, 30 anos.

– Pediram para irmos retirando os móveis, arrancar as portas das casas, procurar casa de parente para ficar. Se isso acontecer, não sei para onde vou ir – conta ela, que mora há 27 anos no bairro e divide a casa com o filho David, de três anos.” (M1RS4 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

A região significativa *M1RS5 (abaixo)*, também pertencente à Matéria 1, segue retratando a situação das famílias afetadas, nas mesmas circunstâncias das anteriores. Identificamos que, novamente, o jornal utiliza-se da fala de uma das moradoras para sensibilizar o leitor acerca do drama vivido, destacando o ponto de não se ter para onde ir – neste caso, enfrentada pelas nove pessoas que vivem na residência da moradora citada. Contudo, o trecho não contempla a discussão sobre o direito de morar. Assim, o significado construído sobre os moradores como sujeitos vitimados é reafirmado.

“Na residência de Sonja Helena Moraes, 60 anos, vivem nove pessoas. O sustento vem do trabalho no Centro de Triagem da Vila Pinto (CTVP), onde trabalha com reciclagem. Ela não sabe o que fará se a reintegração de posse se concretizar.

– A gente é pobre, não sei para onde iremos – conta a moradora do Mato Sampaio.” (M1RS5 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

As regiões significativas *M2RS2* e *M2RS3 (abaixo)*, pertencentes à Matéria 2, abordam a atuação da Câmara Municipal diante do caso – as quais, por este motivo, optamos por abordar em conjunto. Manifesta tanto nas palavras do vereador Marcelo Sgarbossa (PT) – *M2RS2* –, quanto nas do vereador André Carús (MDB) – *M2RS3* –, há, novamente, menção à circunstância em que se dá a tentativa de reintegração de posse. A questão é abordada pelo viés da “assistência”, sendo novamente valorizado o ponto de não se ter para onde ir. Entendemos que, por estas características, as regiões significativas fortalecem o significado vitimados.

“O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar assistência aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção. [...] Os parlamentares traçaram três possibilidades para o impasse. [...] Segundo o vereador Sgarbossa, a discussão deve ser realizada na quinta-feira.

– Uma coisa é transferir as pessoas de lugar, outra é tirar sem ter para onde levar. A prefeitura tem que se explicar sobre essa situação – aponta.” (M2RS2 - Diário Gaúcho, 04/09/2019)

“A segunda possibilidade foi apresentada pelo vereador André Carús (MDB), presidente da Cosmam e membro da base governista na Câmara. Carús encaminhará uma agenda direta com a titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte (Smdse), Nádya Gerhard.

– É preciso prevalecer o bom senso. A ocupação é antiga, aquelas pessoas estão lá há muitos anos, não têm para onde ir. Vamos sugerir que o empreendedor e a prefeitura construam uma alternativa para a reintegração – cita Carús.” (M2RS3 - Diário Gaúcho, 04/09/2019)

A região significativa *M3RS3 (abaixo)*, pertencente à matéria 3, aborda a protocolização do PLC que objetivou transformar a área requerida pelo município em AEIS I, trazendo a visão do vereador Roberto Robaina (PSOL). Na fala do parlamentar, a crítica à atuação do município aparece novamente – sem, contudo, que haja ampliação do debate acerca do direito à moradia. Fortalece-se, assim, o caráter de injustiça do caso – cada vez mais distante de uma compreensão sob ponto de vista da violação de direito, posicionando os moradores na condição de vitimados.

“Um dos autores do PLC, o vereador Roberto Robaina (PSOL), cita que está evidenciada a preocupação dos parlamentares.

– É raro um assunto mobilizar a maioria numa mesma direção. Mas, neste caso, todos estão entendendo como absurda a ideia de retirar essas pessoas de casa e não prestar nenhum auxílio, para depois construir uma praça no terreno – diz Robaina, vice-presidente da Comissão de Habitação.” (M3RS3 - Diário Gaúcho, 06/09/2019)

A região significativa *M4RS2 (abaixo)*, pertencente à Matéria 4, aborda a suspensão judicial da reintegração de posse. No trecho, ao recapitular os desdobramentos anteriores, o jornal aborda a falta de política pública que garanta a manutenção do direito à moradia das famílias afetadas como “ajuda” – contribuindo para o reforço da representação dos moradores como vitimados, pelas razões já explicitadas.

“Antes, uma decisão havia determinado que as famílias deveriam deixar o local até o dia 10 de setembro. O anúncio ocorreu em uma reunião com representantes da PGM, Defensoria Pública, Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e Brigada Militar. Mas, segundo os moradores, não havia sido ofertado nenhum tipo de ajuda para quem ficaria sem casa.” (M4RS2 - Diário Gaúcho, 07 e 08/09/2019)

A região significativa *M4RS3 (abaixo)*, também pertencente à Matéria 4, recapitula o posicionamento da Câmara Municipal frente ao caso. Por meio da citação indireta aos parlamentares, o apelo crítico às circunstâncias da reintegração de posse é percebido novamente; inclusive, pela repetição da afirmação *“O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar assistência*

aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção”, presente, também, na *M2RS2*. Pela insistência na valorização deste aspecto – identificado desde a primeira matéria –, poderíamos compreender que o grande problema existente no acontecimento narrado, se seguirmos a interpretação possibilitada pela cobertura do DG, não estaria no fato de os moradores serem retirados de suas residências, mas, sim, de não receberem nenhuma ajuda, auxílio ou assistência. Nesse sentido, julgamos que, para quem lê o conjunto de matérias, uma interpretação pautada na questão do direito encontra-se cada vez mais distante. E, aos moradores, o significado de sujeitos vitimados é reiterado.

“Contrários à forma que a medida foi imposta aos moradores, vereadores se articularam na busca de um meio para contornar a situação. Nesta semana, a Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação (Cuthab) da Casa se reuniu para discutir a reintegração. O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar nenhuma assistência aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção.” (M4RS3 - Diário Gaúcho, 07 e 08/09/2019)

Ainda no espaço da Matéria 4, a região significativa *M4RS4* (abaixo) traz o relato da reunião realizada entre prefeitura e moradores. Tanto na fala do prefeito Nelson Marchezan quanto na nota emitida pelo município, citada no trecho, há menção à intenção de encontrar uma solução “justa” para o caso da reintegração de posse. Entendemos que, ao mobilizar este adjetivo, o município admite – ainda que inconscientemente – que a situação configura-se como injusta. Contudo, não há menção ao direito à moradia desses indivíduos. Deste modo, por abrigar este enunciado, a região significativa encontra-se em um limbo entre as categorias instituídos de direito e destituídos de direito – uma vez que a prefeitura, ao mesmo tempo em que não assume que esses sujeitos têm direito, também sinaliza que não é justa a situação a qual foram submetidos. Este limbo, entendemos, contribui para a representação dos moradores enquanto vitimados.

“O prefeito Nelson Marchezan recebeu, na tarde desta sexta-feira, uma comissão de moradores da Mato Sampaio. [...] – O objetivo é encontrar alternativas legais para que as pessoas não tenham prejuízo. O que queremos é dar um encaminhamento justo para todas as famílias – disse Marchezan. Em nota, o município informou que “busca alternativas e uma solução justa para o caso das famílias que terão de ser realocadas.” (M4RS4 - Diário Gaúcho, 07 e 08/09/2019)

As regiões significativas *M5RS2* e *M5RS3* (abaixo), pertencentes à Matéria 5, trazem o ponto de vista de duas moradoras da comunidade diante das alternativas propostas pelo município após a suspensão judicial do processo. Percebe-se, em ambos os enunciados, o posicionamento, por parte do jornal, da fala das moradoras

no intuito de reafirmar as circunstâncias dramáticas do processo – motivo pelo qual optamos por abordá-las em conjunto. Nos dois relatos, há valorização do drama vivenciado e destaque para a questão de não se ter para onde ir.

“A dona de casa Elaine Oliveira da Rosa, 49 anos, relata que todo o dinheiro acumulado durante a vida foi aplicado na construção do teto sob o qual ela vive. No térreo da residência, Elaine mantém um bazar. No andar superior, há dois quartos e dois banheiros, além de sala e cozinha. – Estou aqui há mais de 20 anos. Vou para onde se me tirarem? – questiona.” (M5RS2 - Diário Gaúcho, 16/09/2019)

“A casa da recicladora Anne Costa dos Santos, 26 anos, deve ser desmanchada por completo se a reintegração for colocada em prática. Na frente da residência onde vive com dois filhos e o marido, Anne mostra um semblante preocupado: – Não tenho para onde ir.” (M5RS3 - Diário Gaúcho, 16/09/2019)

Sobre estas regiões significativas (bem como a *M1RS4*), cabe pontuar que a categorização dada não visa discorrer sobre o “certo” ou “errado” do recorte feito pelo jornal nas falas dos moradores, pois entendemos que o relato do drama vivido por eles configura-se como um dado importante para a narrativa do caso – além de carregar consigo o potencial de sensibilizar os leitores, e, com isso, a sociedade. Contudo, cabe-nos, sim, questionar se o espaço de fala for concedido a esses indivíduos apenas para colocá-los na posição de vitimados, se suas falas no jornal forem tão mais sobre o drama que sobre o direito que lhes está sendo alienado. Pois, se assim o for, como pudemos compreender com base nas contribuições elencadas no capítulo 3, este posicionamento influenciará intrinsecamente na representação desses sujeitos, bem como na condição de “Outros” imposta a eles. Uma resposta a este questionamento insurgente, porém, só teremos condições de esboçar ao fim de nossa análise.

7.4 Os moradores do Mato Sampaio como sujeitos *mobilizados*

Neste subcapítulo, apresentamos as regiões significativas nas quais foi identificada a representação dos moradores enquanto sujeitos *mobilizados*. Nesta categoria, foram agrupadas as regiões significativas que abrigam enunciados nos quais faz-se menção direta à mobilização da comunidade. Nestes moldes, foram identificadas, no conjunto de matérias, 6 regiões significativas que constroem o significado dos moradores enquanto sujeitos mobilizados - são elas: *M1RS6*, *M2RS1*, *M3RS1*, *M3RS2*, *M5RS1* e *M7RS1*. Ao longo deste subcapítulo, descreveremos as regiões, salientando sua identificação com a categoria.

A região significativa *M1RS6 (abaixo)*, pertencente à Matéria 1, traz um relato da visita da reportagem ao local, na primeira publicação a respeito do caso. No trecho, o repórter afirma que na ocasião da ida até o Mato Sampaio foi possível perceber a mobilização da comunidade. Há menção, ainda, à percepção de que moradores de outras regiões da Bonja – que não a afetada pela reintegração de posse – também estariam organizados contra a situação que se desenhava na Vila Mato Sampaio. A partir deste relato, o jornal contribuiu para a representação dos moradores enquanto sujeitos mobilizados por sua causa, não apáticos diante da possível violação de seus direitos – e, assim, foi fiel ao cenário que formou-se na comunidade, como abordamos no capítulo 5.

“No dia da visita da reportagem, foi possível perceber que, além das famílias afetadas, moradores de outras áreas do bairro também estão mobilizados contra a demolição das casas.” (M1RS6 - Diário Gaúcho, 02/09/2019)

A região significativa *M2RS1 (abaixo)*, pertencente à Matéria 2, aborda o momento em que a situação dos moradores da Vila Mato Sampaio passa a ser discutida na Câmara Municipal. No trecho, a realização da reunião dos parlamentares é definida como consequência da mobilização da comunidade. Segundo o enunciado, o debate teria acontecido “depois da mobilização” - e, com isso, constrói-se o significado *mobilizados*.

“A reintegração de posse de parte da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, ganhou novos capítulos. Depois da mobilização da comunidade da zona leste de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores promoveu uma reunião na manhã de ontem para discutir alternativas à demolição de 56 casas que estão em uma área pública.” (M2RS1 - Diário Gaúcho, 04/09/2019)

A região significativa *M3RS1 (abaixo)*, pertencente à Matéria 3, insere-se no momento da protocolização do PLC que objetivou transformar a área requerida pelo município em AEIS I. Neste trecho, o acontecimento é descrito pelo viés da mobilização, pois o jornal afirma que, com a abertura do PLC, “a mobilização da comunidade [...] ganhou um novo capítulo”. Ou seja, todo o processo envolvendo a tentativa de reintegração de posse foi traduzido sob o ponto de vista da organização comunitária. Assim, a representação dos moradores como sujeitos mobilizados é reiterada.

“Com o prazo de execução da reintegração de posse da área da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, se aproximando, a mobilização da comunidade contra a demolição de 56 casas ganhou um novo capítulo. Foi protocolado ontem, na Câmara Municipal, um projeto de lei complementar (PLC) que transforma o terreno onde está a vila em uma área especial de interesse social.” (M3RS1 - Diário Gaúcho, 06/09/2019)

A região significativa *M3RS2 (abaixo)*, também pertencente à Matéria 3, insere-se no mesmo contexto que a *M3RS1*. Ao recapitular os desdobramentos anteriores do caso, o jornal trata a atuação dos parlamentares como consequência da mobilização dos moradores – do mesmo modo que o faz na região significativa *M2RS1*.

“Conforme o DG tem mostrado nos últimos dias, o município de Porto Alegre determinou que, até 10 de setembro, os moradores da Mato Sampaio deveriam deixar suas casas para que fossem demolidas. Depois disso, uma praça e uma rua seriam implantadas no local. As duas obras são contrapartida a um empreendimento imobiliário construído na região. Entretanto, com a mobilização dos moradores junto ao Legislativo, vereadores de oposição e da própria base do governo têm se mostrado contrários ao plano de despejo.” (M3RS2 - Diário Gaúcho, 06/09/2019)

A região significativa *M5RS1 (abaixo)*, pertencente à Matéria 5, insere-se no contexto da apresentação, por parte do município, de suas propostas para os moradores afetados pela reintegração de posse. Ao rememorar o caso, novamente o jornal atribui os desdobramentos à mobilização da comunidade.

“Foi por meio de uma decisão judicial que a prefeitura teve autorização para fazer a reintegração de posse, que deveria ter começado no dia 10. Porém, diante do movimento de moradores e do apoio da Câmara de Vereadores, a Justiça suspendeu a ação no dia 6. Agora, o judiciário decidirá os próximos passos.” (M5RS1 - Diário Gaúcho, 16/09/2019)

Por fim, na região significativa *M7RS1 (abaixo)*, pertencente à Matéria 7, os desdobramentos do caso são, mais uma vez, tidos como consequências da mobilização comunitária.

“Em agosto de 2019, a prefeitura comunicou aos moradores da região que a reintegração de posse havia sido autorizada pela Justiça, e deveria ocorrer em setembro. Porém, a mobilização da comunidade fez advogados e vereadores encaminharem pedidos ao Tribunal de Justiça (TJ).” (M7RS1 - Diário Gaúcho, 29/7/2020)

Pelo conjunto de regiões significativas analisadas no âmbito desta categoria, entendemos que o jornal foi fiel à realidade ao retratar a organização dos moradores contra a tentativa de reintegração de posse – valorizando e mostrando-se respeitoso com a trajetória de lutas que marca a existência do Mato Sampaio e de seus habitantes. Ademais, pela repetição deste aspecto, compreendemos que a representação dos moradores enquanto sujeitos mobilizados por sua causa, não apáticos diante do risco iminente de violação a seus direitos, é importante para a construção do imaginário social acerca desses indivíduos.

7.5 É tempo de refletir: o que descobrimos andando por este caminho?

Chegamos à etapa-fim de nossa análise, momento de olhar para as descobertas proporcionadas por ela. De acordo com Bardin (1977), é a fase da interpretação dos resultados a que exige mais atenção do pesquisador, a fim de que se construa inferências coerentes aos resultados obtidos e aos objetivos da pesquisa. Diante disso, recuperamos os objetivos específicos c) (*identificar significados que podem ser construídos sobre os moradores da Vila Mato Sampaio a partir das matérias publicadas pelo jornal Diário Gaúcho*) e d) (*compreender como o jornal representa esses indivíduos*) para guiar nossa interpretação. Se, por meio do processo de leitura flutuante identificamos os significados que podem ser construídos sobre os moradores – objetivo específico c) –, sobre os quais apoiamos nossa categorização, será por meio dos resultados quantitativos que poderemos compreender a representação atribuída a esses indivíduos pelo jornal Diário Gaúcho – objetivo específico d) –, pois é pelo esgotamento, pela insistência na repetição, que os significados são fixados, impondo “caixinhas” às existências dos sujeitos – entre elas, a de “Outros”.

Das 28 regiões significativas identificadas no conjunto das 7 matérias que integram o corpus, 12 inserem-se na categoria *vitimados*, 9 na categoria *instituídos de direito*, 6 na categoria *mobilizados* e 1 na categoria *destituídos de direito*. Mas, afinal, o que esse resultado nos diz sobre a representação dos moradores? Atendendo ao objetivo específico d), tal resultado nos diz, em termos percentuais⁶⁸, que em 42,86% das regiões significativas os moradores foram representados como *vitimados*, em 32,14% como *instituídos de direito*, em 21,43% como *mobilizados* e em 3,57% como *destituídos de direito*. Faz mais sentido, então, que falemos de representações, dada a variante de significados mobilizados para representar a existência desses indivíduos no jornal.

⁶⁸ Ver figura 14.

Figura 14 - Gráfico: percentual de representações dos moradores



Fonte: Elaboração própria.

A partir deste quadro de resultados, algumas inferências tornam-se possíveis. Primeiramente, se compararmos as categorias *instituídos de direito* e *destituídos de direito*, veremos que não houve uma representação negativa em relação à causa dos moradores. Negativa, entendemos, no sentido de posicioná-los na condição de “invasores”, alheios ao direito à moradia – visto que 32,14% dos significados identificados correspondem a uma representação que reconhece esses sujeitos como *instituídos de direito*, contrapondo-se ao percentual de 3,57% que os posiciona na condição de *destituídos de direito* e, cabe destacar, verifica-se diretamente na fala da prefeitura (região significativa M1RS7).

Podemos inferir, ainda, que a luta articulada pela comunidade foi valorizada pelo jornal – sendo 21,43% das regiões significativas correspondentes à categoria *mobilizados*, que destaca a posição combativa adotada pelos moradores. Se somarmos as categorias *instituídos de direito* e *mobilizados*, teremos como resultado a inserção de mais da metade das regiões significativas identificadas nestas gavetas – o que também podemos compreender como uma representação majoritariamente positiva. Deste modo, mostra-se como fundamental o papel desempenhado pelo Diário Gaúcho ao visibilizar o acontecimento e, ao narrá-lo de forma

predominantemente favorável à causa dos moradores, visibilizar a própria luta da comunidade.

Uma outra inferência que merece atenção diz respeito à representação predominante: mais de 40% das regiões significativas identificadas corresponde à categoria *vitimados*. Isso significa que, dentre as representações atribuídas à comunidade da Vila Mato Sampaio pela cobertura do DG, o significado dominante é aquele que diz a quem lê as matérias: esses indivíduos são vítimas de uma situação maléfica. Concordamos que, de fato, a situação que ali desenhou-se jamais poderia ser considerada justa ou correta. Afinal, não há porque esconder que esperamos que não seja entendido como aceitável que, ao menos, 56 famílias sejam retiradas de suas residências para dar lugar a uma praça. Mas por quê, então, precisamos nos atentar a este percentual?

Se olharmos novamente para a história da Vila Mato Sampaio, imbricada na formação das identidades de seus habitantes – exposta no capítulo 4 –, marcadas pela mobilização comunitária e pela luta em defesa do direito de morar e existir da cidade, bem como para a atuação desses indivíduos diante deste novo momento na trajetória de lutas do lugar – exposta no capítulo 5 –, podemos questionar: será que uma narrativa pautada no drama vivido, em detrimento da ampliação do debate acerca do direito à moradia, não corre o risco de posicionar esses sujeitos tão mais na condição de vítimas e, com isso, descolá-los de sua condição de cidadãos? E será que a representação majoritária desses sujeitos enquanto *vitimados* faz jus a suas existências – como vimos, caracterizadas pelo protagonismo nas lutas pela garantia de seus direitos? Haja vista que, recuperando a contribuição de Amaral (2006, p. 124), ainda que os atores das matérias de um jornal popular sejam sujeitos aos quais o acesso a direitos possa ter sido historicamente dificultado, “é possível posicioná-los no periódico como pessoas que têm direitos e que podem ter uma voz ativa na crítica ao *status quo*”.

Neste trabalho, como já esclarecido, não objetivamos apontar “certos” e “errados” na cobertura realizada pelo Diário Gaúcho. O que queremos é, a partir de sua análise, propor reflexões acerca da representação do “Outro” no âmbito do jornalismo popular – como exposto em nosso objetivo geral. Como já esclarecemos no subcapítulo que trata da categoria *vitimados* e reiteramos nesta etapa presente,

reconhecemos que o relato das situações dramáticas do acontecimento contribui para a narrativa, é importante; contudo, também entendemos como problemático que ele seja predominante na representação dos moradores.

Se olharmos, ainda, para as regiões significativas que são formadas por citações diretas de moradores atingidos pela possível reintegração de posse (*M1RS3*, *M1RS4*, *M1RS5*, *M5RS2*, *M5RS3* e *M5RS5*) veremos que, das 6 regiões, 4 delas inserem-se na categoria *vitimados* – ou seja, em 4 dos 6 momentos em que a fala dos moradores foi utilizada integram regiões significativas, ela serviu para reforçar suas representações enquanto sujeitos vitimados. Tal constatação vai ao encontro do apontamento de Amaral (2004), a partir de sua investigação acerca dos lugares de fala das camadas populares no Diário Gaúcho, ao afirmar que

Quando publica a fala do leitor, o DG compensa simbolicamente o que a sociedade não oferece aos setores populares como interlocução com o poder e visibilidade e valorização da vida cotidiana, mas segue impondo suas definições de mundo social. (AMARAL, 2004, p. 205).

Mais de 10 anos separam a investigação de Amaral (2004) da que realizamos por meio deste trabalho. Mas, como podemos constatar, os entendimentos possibilitados por ela ainda são capazes de nos auxiliar na reflexão acerca dos resultados obtidos em nossa análise. Evidentemente, não poderíamos assumir que sejam representativos do Diário Gaúcho no tempo presente – visto que nos dedicamos a analisar um caso bastante específico dentre as tantas coberturas feitas diariamente pelo jornal, e objetivando uma compreensão também delimitada pelo escopo das representações. Além disso, não sabemos a quais relatos a reportagem teve acesso para produzir o conjunto de matérias que analisamos – quais foram suas opções no momento de selecionar e recortar a fala dos moradores. Porém, entendemos que, ao longo de nosso percurso, descobrimos alguns elementos a respeito das trajetórias de quem habita a Vila Mato Sampaio; estes, nos levam a crer que eles possuem consciência a respeito dos direitos que lhes são instituídos, não são passivos diante da ameaça de violação desses direitos e, tampouco, parecem identificarem-se com a condição de vítimas. Isto, sim, nos permite tecer inferências a respeito da cobertura feita pelo Diário Gaúcho, no âmbito da sistematização de representações.

Se estas são as características que marcam a história do lugar e de seus habitantes, o que poderia esboçar uma explicação para que as representações sistematizadas pelo jornal concedam-lhes, predominantemente, a condição de

vítimas? Uma explicação possível encontra-se nas contribuições que abordamos no capítulo 3, dedicado ao estudo do jornalismo popular. Como vimos, ao enxergar no “Outro” um leitor em potencial, o segmento dedicou-se a compreender quem era este “Outro” para, assim, oferecer-lhe um produto que lhe fizesse sentido. Contudo, de acordo com os autores que mobilizamos em nosso referencial, neste movimento de reconhecimento do “Outro”, os jornais populares recorreram a muitos significados partilhados acerca das camadas populares que são, justamente, os mesmos que sustentam a inserção de suas identidades na “caixinha” de “Outros”. Assim, no geral, a construção dos jornais populares acabou por pautar-se neste reconhecimento equivocado de quem é o “Outro” e, contornando a potencialidade transformadora que cremos que o jornalismo popular carrega consigo – pelos motivos que já expomos –, ele torna-se um instrumento de manutenção desta ordem “Mesmo” x “Outro” – bem como o jornalismo de um modo geral. Diante disso, esboçamos compreender que a representação predominante dos moradores do Mato Sampaio como *vitimados* deu-se porque, ao narrar o acontecimento, o jornal pode ter recorrido aos mesmos significados que impõem a esses indivíduos a condição de “Outros”.

Não há dúvidas de que a visibilidade gerada pela cobertura do DG contribuiu para as conquistas dos moradores. Além disso, como constatamos em nossa análise, a representação sistematizada pelas matérias foi majoritariamente favorável à causa das famílias ameaçadas pela tentativa de reintegração de posse – visto que, até mesmo as regiões significativas que inserem-se na categoria *vitimados* contribuem para este entendimento. Há de se pontuar, ainda, que consideramos ter sido desenvolvida uma narrativa sensível e respeitosa aos moradores da comunidade. Contudo, ao tocante na relação da representação com a Outridade, concluímos que a cobertura do jornal, ainda que não represente esses indivíduos de forma pejorativa, contribui para a manutenção da condição imposta de “Outros” à suas existências – mesmo que de forma inconsciente. Diante desta conclusão, cabem os questionamentos: o que este caso específico nos permite refletir no âmbito das representações do “Outro” no jornalismo popular de modo geral, com base nos passos dados por esta estrada na qual trilhamos caminhos? O que podemos aprender com esta descoberta? E, sobretudo, o que faremos diante desta descoberta?

8 OS PASSOS FINDOUROS: NOSSOS!

*Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando:
O que você tem a ver com isso?
Negro Drama - Racionais MC's*

Percorremos um extenso percurso de descobertas e reflexões. Iniciamos guiadas pela dúvida mobilizadora deste trabalho: “como o ‘Outro’ é representado pelo jornalismo popular?” Para nos aproximarmos de uma resposta, mobilizamos contribuições a fim de compreender o que é a representação, quem é o “Outro” e o que define um jornal como popular. Depois, escolhemos um recorte representativo deste universo para voltar o nosso olhar: o Diário Gaúcho, nossa amostra de jornalismo popular, e os moradores da Vila Mato Sampaio, nosso “Outro”. A partir da análise realizada, descobrimos que, no recorte que selecionamos deste universo, a representação do “Outro” pelo jornalismo popular contribuiu para a manutenção desta “caixinha” identitária imposta às existências desses indivíduos.

O objetivo geral que nos guiou por esta estrada instiga-nos a, partindo das descobertas possibilitadas pela análise, refletir sobre a representação do “Outro” no âmbito do jornalismo popular. E, como já explicitamos nos passos anteriores nesta estrada, não é de nosso interesse condenar o segmento; muito antes pelo contrário, como também já esclarecemos, conservamos a intenção de contribuir para a qualificação do jornalismo popular pela proposta de reflexões que instiguem a construção de uma prática representacional que atribui dignidade aos indivíduos cujas identidades são submetidas ao lugar de “Outros”. Entendemos que nenhuma mudança dá-se, senão, pelo reconhecimento da necessidade de mudar – e a conclusão a que chegamos nos diz que existem, sim, práticas a serem repensadas, sejam elas manifestas de forma consciente ou não.

Se o jornalismo popular, enquanto negócio, só existe em função deste “Outro”, que o consome e sustenta, ele não pode ficar alheio às questões que cercam as identidades dos sujeitos aos quais foi imposta esta “caixinha”. Esse “não estar alheio” transborda a cobertura de assuntos que impactam a vida das camadas populares ou a simples concessão de voz ao povo: mais que isso, cabe aos jornais populares, bem como a seus profissionais, refletirem acerca da representação destinada a esses

sujeitos. *Como eu estou retratando a Dona Maria e o Seu João nesta matéria? O que eu levo o leitor – e, assim, a sociedade – a pensar sobre eles, a partir deste texto que escrevo? Como esses indivíduos vão se sentir ao lerem o que digo sobre suas existências?* Estas são algumas das perguntas que devem acompanhar diariamente o profissional inserido em uma redação jornalística. Sobretudo, estando este profissional inserido na redação de um jornal popular – haja vista a predominante diferença social entre os próprios jornalistas e os indivíduos retratados nos impressos populares.

Creemos que, para alcançarmos um cenário próximo do ideal, é fundamental que ao jornalismo popular seja concedido, cada vez mais, o status de objeto de pesquisa. Além disso, o conhecimento científico produzido acerca do segmento popular da imprensa precisa ser capaz de ultrapassar os muros da Academia, chegando até as redações. Este processo, supomos, dar-se-á em passos lentos – e um deles é o que nos propomos a dar aqui. Um passo pequeno, diante da dimensão desta reflexão, mas que vem para somar-se a outros nesta estrada.

Amaral (2006, p. 14), levanta a questão: “Quantos de nós saberíamos o que fazer com nossas críticas na hora de trabalhar num veículo jornalístico popular?”. Trazendo, novamente, uma dose de singularidade para o caminhar, respondo que este trabalho não é um fim em si mesmo: porque continuará nas redações por onde eu trilhar também caminhos. Dele, nasce, ainda, o desejo de pesquisar e descobrir tantas outras coisas sobre o jornalismo popular, de propor tantas outras reflexões e de seguir contribuindo para a qualificação do segmento. Por fim, que venham os próximos passos dessa estrada – nossos!

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **The danger of a single story**. [Palestra na conferência TEDGlobal, 2009]. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story>. Acesso em: 10 out. 2020.

AIDAR, José Luiz Prado; BAIRON, Sérgio. **A Construção do outro na Mídia Semanal**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Orgs.) Metodologia da pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, p. 251-278, 2007.

AMARAL, Marcia Franz. **Sensacionalismo: inoperância explicativa**. Em *Questão*, v. 9, n. 1, p. 133-146, 2003. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/66>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6253>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Os (des)caminhos da notícia rumo ao entretenimento**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, ano V, n. 1, p. 63-75, jan-jun 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2008v5n1p63/10221>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro (português de Portugal). Lisboa: Edições 70, 1977.

BENETTI, Marcia. **Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (Orgs.) Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, p. 107-122, 2007.

BERNARDES, Cristiane Brum. **As condições de produção do jornalismo popular massivo: o caso do Diário Gaúcho**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3932?locale-attribute=pt_BR>. Acesso em: 20 out. 2020.

BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. **Mito, Registro e ‘Estórias’**: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias. In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) *Jornalismo, questões, teorias e “estórias”*. 2.ed. Lisboa: Vega, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga – Porto Alegre**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16658>>. Acesso em: 20 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização: Liv Sovik; Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Cultura e representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. (Orgs.) Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, p. 123-142, 2007.

LAGO, Cláudia. **Ensinos antropológicos: a possibilidade de apreensão do outro no jornalismo**. Brazilian Journalism Research, v. 6, n. 1, p. 164-178, 2010. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253>>. Acesso em: 20. out. 2020.

MAGALHÃES, Claiton Santos dos. **O trabalho do repórter no processo de integração do impresso para o online no Diário Gaúcho, um jornal popular**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6390>>. Acesso em: 20. out. 2020.

MEDEIROS, Ana Cristina. **Manifestação na Tribuna Popular da Câmara Municipal de Porto Alegre em 5 de setembro de 2019**. Disponível em: <camarapoa.rs.gov.br/noticias/vila-mato-sampaio-pede-suspensao-de-ordem-de-despejo>. Acesso em: 13 set. 2020.

PRADANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

PREVEDELLO, Carine Felkl. **Representações no jornalismo popular: a cidadania no discurso do Extra (RJ)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria,

2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6285>>. Acesso em: 20 out. 2020.

RESENDE, Fernando. **O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças.** Revista Galáxia, n. 14, p. 81-93, dez. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/1479>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **A narratividade do discurso jornalístico: a questão do outro.** São Bernardo do Campo: 6º Encontro Anual da SBPJor, 2008. Annals.

_____. **O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades de Encontro.** Revista Galáxia, n. 18, p. 31-43, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/2629>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Representação das diferenças no discurso jornalístico.** Brazilian Journalism Research, v.11, n.2, p. 206-222, 2014. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/749>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ROSA, Roberta Silveira Schuler. **O personagem é o mais importante da reportagem: o personagem construído na narrativa de cotidiano do Jornal Diário Gaúcho.** 2015. Dissertação (mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola da Indústria Criativa, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3782>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. **Pobreza urbana.** 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2013.

SILVEIRA, Bruno Xavier. **Da Bonja pro mundo: o território vivido como potência identitária no ensino da Geografia.** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189994>>. Acesso em: 20 out. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VILARINO, Maria da Graça, et alli. **Memória dos Bairros:** Bom Jesus. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1998.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença:** uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7-72, 2013.

APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

AUTORIZAÇÃO

Eu *Diego Nelson Araújo da Silva*, editor-chefe do jornal Diário Gaúcho no ano de 2020, abaixo assinado, autorizo *Camila Bengo dos Santos*, estudante de Jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a utilizar as informações por mim prestadas, para a elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso, que tem como título preliminar "*Representações do Outro no Jornalismo Popular: um olhar sobre a cobertura do jornal Diário Gaúcho acerca da luta por moradia na Vila Mato Sampaio, em Porto Alegre*", e está sendo orientado pela Prof.^a Dr.^a Sandra de Fátima Batista de Deus.

Porto Alegre, 02 de setembro de 2020.

Diego Nelson Araújo da Silva

Assinatura do entrevistado

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM DIEGO ARAÚJO, EDITOR-CHEFE DO DIÁRIO GAÚCHO (03/09/2020)

Quais são as condições de produção do Diário Gaúcho atualmente? Quantos profissionais integram a redação?

O sistema de produção, hoje, do Diário, ele é misto. Ele tem 12 pessoas diretamente vinculadas ao Diário. Pessoas que estão sob a minha gestão, vamos dizer assim. E, tem um número variável de pessoas que trabalham na Redação Integrada e produzem materiais para o Diário Gaúcho. Algumas editorias que o Diário Gaúcho tem, como Polícia e Esporte, eram com pessoas que ficavam dentro do Diário Gaúcho e produziam material para o Diário Gaúcho direto, exclusivo. Hoje, dentro da nova lógica da Redação Integrada, essas pessoas passam a produzir conteúdo para todos os veículos, inclusive o Diário Gaúcho. Então, são pessoas que estavam no Diário Gaúcho e, hoje, não estão sob a gestão do Diário Gaúcho porque trabalham para todos. A editoria de Esporte e a editoria de Polícia são dois exemplos claros disso. Aí, tu vai ter uma variação de oito ou dez pessoas que trabalham para o Diário Gaúcho, mas não estão diretamente vinculadas à gestão do Diário Gaúcho. Então, é por aí. Fazendo a conta de diagramadores, fotógrafos, que também trabalham dentro do esquema da Redação Integrada, hoje, nós produzimos com 20 a 25 pessoas o jornal.

O Diário Gaúcho foi tema de diversos trabalhos no âmbito da Academia. A Cristiane Bernardes, em 2004, constatou que o DG tinha 17 repórteres. Em 2015, o Claiton Magalhães constatou que o número caiu para 9. Hoje, repórteres fixos do DG, quantos são?

Hoje nós temos 3 repórteres fixos, mas é um número que não condiz com a realidade, porque nós não fazemos o jornal com 3 repórteres. Hoje, essa comparação ela é inviável, porque tu vai comparar maçã com pêra, não tem nada a ver. Os repórteres que trabalham em Esporte, eles são do Diário Gaúcho ou não? Entende? Tu tem aí 4 repórteres que trabalham normalmente para o Diário Gaúcho. Tu tem 3 repórteres que trabalham normalmente para Polícia. Então, o número oficial de repórteres que trabalham só para o Diário Gaúcho é 3, mas nós temos bem mais. Claro que, se tu vai comparar com 2015 ou 2004, houve uma redução gigantesca, mas por todo esse processo de Redação Integrada que ocorreu.

Uma questão que é sempre muito debatida quando se fala em jornalismo popular, é a diferença que o jornalismo popular tem em relação ao que a gente pode considerar jornalismo de referência. Ao utilizar reportagens e materiais produzidos por repórteres que estão, pelo menos no papel, vinculados à Zero Hora ou GaúchaZH, é feita alguma curadoria no sentido de definir o que entra e o que não entra no DG?

Com certeza. O Diário Gaúcho continua com seus critérios de noticiabilidade calcados no popular. Isso é a garantia do dna do Diário Gaúcho. Então, nós não temos como abrir mão disso e não abrimos. A gente utiliza material da Redação Integrada dentro dos nossos critérios, que são matérias que atendem o nosso público. Se não, a gente não usa. A gente continua sem usar material muito de política, de economia, que por exemplo sai na Zero Hora, sai em GaúchaZH, mas o Diário não usa. O Diário usa muita coisa quando são reportagens que afetam a periferia. Isso, não mudou em nada. Nós apenas ganhamos um elenco maior para produzir reportagens, mas o tema da reportagem não mudou.

E é feita alguma adaptação a nível de linguagem nos textos?

Sim. Em alguns momentos a gente precisa tratar de temas que são importantes, mas a gente não pode ter a mesma linguagem que sai em GaúchaZH ou que sai em Zero Hora. Nós temos que embarcar o nosso público em alguns temas. Então, por exemplo, nós temos uma seção chamada Explica Aí, onde pessoas que são especialistas em alguns assuntos traduzem para o nosso leitor, de uma forma muito didática, temas como, por exemplo, o PIB, o eventual aumento de produtos, o dólar, como o dólar afeta a vida deles, esses temas todos. Então, isso é a nossa tradução, a nossa transformação de um conteúdo que, a princípio, não interessaria ao Diário Gaúcho, mas que, em uma nova roupagem e uma nova linguagem, passa a ser assunto que interessa a todo mundo. Por exemplo, se tu vai fazer uma matéria sobre aumento do dólar para viagens, ela não interessa ao Diário Gaúcho. Mas, a partir do momento em que tu diz que o aumento do dólar afeta o trigo e o trigo é importante por causa do preço do pão, muda completamente a coisa. Estamos falando do mesmo assunto, é só uma questão de linguagem.

Quando se fala em linguagem, um parêntese importante, e que se tem que fazer ao tratar de jornalismo popular, é em relação a adjetivação de sensacionalista, que é comumente atribuída a esse segmento. O que tu acha dessa atribuição?

Em 1999, quando se começou a discutir a criação de um jornal popular dentro da RBS, nossos concorrentes da época fizeram uma campanha. Naquela época, até não se usava o termo, mas se divulgou muito fake news de que a RBS faria um jornal sensacionalista, dizendo que fazer um jornal popular, um jornal para a periferia, seria um jornal que iria espirrar sangue, que iria ter elementos do jornalismo marrom, que só teria polícia. Mas a RBS nunca teve essa intenção, tanto que o jornal que foi modelo pro Diário Gaúcho foi o jornal Extra, que é um jornal focado em notícias, em serviço, em atendimento a temas locais que não eram cobertos por O Globo, fazendo a relação entre O Globo e Zero Hora. Então, a ideia da RBS sempre foi essa, só que houve uma campanha dos nossos concorrentes dizendo que nós faríamos um jornal sensacionalista. Por causa disso, desde a formação da equipe, desde o treinamento da equipe, se discutiu muito isso: nós não pretendemos fazer, mas nós precisamos mostrar que nós não pretendemos fazer. Há vários elementos da criação do Diário Gaúcho que foram balizadores para isso. Então, assim, em momento algum o Diário Gaúcho foi sensacionalista. Por exemplo, ocorreu um crime. Em alguns momentos, tu publicares uma foto que tem um corpo é notícia. Em alguns momentos. No Diário Gaúcho tu nunca publica isso, tu nunca publica um corpo, tu nunca publica sangue, porque é dos princípios básicos que a gente colocou lá no início da sua criação. O jornalismo é popular, ele não é sensacionalista. Isso é um grande preconceito de quem não lê o jornal, de quem não conhece o jornal e não sabe o que nós estamos fazendo, mas é muito forte até hoje, infelizmente, mesmo com todos os 20 anos de demonstrações de que o Diário Gaúcho não é e não tem nada a ver com um jornal sensacionalista.

Feito esse parêntese, voltemos, então, para o tema da produção. Se pensarmos em uma pauta genuinamente Diário Gaúcho, aquela que vai ser pautada e produzida pelo repórter do DG, que assuntos são abordados e que o Diário entende que interessam e são relevantes para o leitor?

Geralmente, a gente busca temas que importam a comunidades que não são vistas. A gente procura falar de coisas que estão bem longe da realidade da redação. Essa é a nossa ideia, e nós temos alguns canais por onde chegam as pautas e que são focados nisso. Então, se, por acaso, a gente vai tratar um tema que seja da periferia, geralmente, esses temas chegam pelo leitor, pelas redes sociais, pelo contato com alguma fonte. Dificilmente, ao contrário de outros jornais, da maioria dos veículos de

comunicação, a pauta chega para a gente pelo release. Dificilmente porque, geralmente, o release vem de quem tem condições de ter uma assessoria de imprensa para fazer release. O nosso público, as pessoas que nos interessam, não têm essa condição. Nós trabalhamos com o Poder Público na cobrança e na divulgação de coisas que interessam ao nosso público, porque nós trabalhamos com matérias que são oriundas do nosso público. Então, essas são as duas grandes vertentes do Diário Gaúcho, além da explicação e do serviço. É isso que forma o núcleo de produção do Diário Gaúcho.

Para se pensar nessas pautas que são relevantes para o leitor, é preciso que se tenha uma ideia de quem ele é. Quem tu definiria que é o leitor do Diário Gaúcho?

Nós temos muitas pesquisas, desde o início do Diário Gaúcho. E o fato de o Diário Gaúcho ser vendido em banca, também nos dá um espelho, um mapa, de onde está o nosso público e o que o nosso público faz. A gente tem muita venda no Trensurb, a gente tem muita venda no Terminal Triângulo, a gente tem muita venda em algumas comunidades da periferia. Então sabemos que assuntos para aquela comunidade, assuntos para quem anda de ônibus, para quem anda de trem, para quem está no centro, está em Cachoeirinha, Gravataí, Canoas ou Sapucaia, locais onde têm muita venda do Diário, são assuntos que ganham uma certa prioridade dentro da nossa pauta. A gente sabe qual é o nosso público, pesquisas mostraram que nosso público é predominantemente mulher, com 40 ou 50 anos, que é classe C/D, que vive na periferia, que tem algumas características que fecham com o jornal que a gente produz. Então, uma coisa vai retroalimentando a outra, sabe? Não é algo misterioso para nós saber o que interessa ao nosso público. A grande dificuldade, pela questão da nossa redação, por termos, em maioria, pessoas que não vivem dentro das comunidades, é chegarem as pautas. Para isso, a gente criou algumas fórmulas que estão indo bem. Então, é assim que a gente trabalha.

Como é a relação desse leitor com o jornal?

A relação do leitor com o jornal é uma relação que tem várias pontas. É uma relação de afeição muito grande pelo jornal, de entender que o jornal talvez seja a única voz dele, onde ele possa conseguir alguma coisa, porque, infelizmente, os outros veículos não conseguem chegar onde o DG chega. Então, o leitor tem esse olhar para nós como um ajudante, como alguém que pode ajudá-lo a fazer alguma coisa ou a evitar

alguma coisa. O Diário Gaúcho há 20 anos se tornou um jornal de gente que não tinha jornal. Então, ele criou um vínculo de afeto gigantesco com esse público, o nosso público nos reconhece como alguém deles e isso é muito legal, é muito bonito, há vários exemplos desse sentimento. E a outra questão é uma questão de cliente e apoio na sua casa, com os kits. A relação do Diário Gaúcho com seu leitor também passa pela relação com os kits, que tem a questão comercial, óbvio. Mas, tem também, e isso é algo que ficou muito claro na pesquisa de 2018, a noção de que “o Diário Gaúcho me ajuda a enriquecer a minha casa, me dá coisas que são importantes para a minha casa”. Então, os kits tem esse papel fundamental na vida do nosso leitor e essa é mais uma relação com o Diário Gaúcho. Então, assim, quando a pessoa recebe alguém na sua casa para servir um café e coloca lá as xícaras do Diário Gaúcho, o Diário Gaúcho está junto. Então, é uma coisa muito ligada, é muito vínculo, muito afeto e muita relação entre essas duas partes.

É comum os leitores procurarem o jornal para pedir ajuda no sentido de acessar direitos sociais, como saúde ou educação, e que porventura lhe são dificultados?

Sim. Isso é direto. Nós temos uma seção que publica uma matéria por dia, chamada Seu Problema É Nosso, que é justamente isso. É o buraco na frente da tua casa, é o asfalto da tua rua, é a tua consulta que não acontece, é uma coisa muito pessoal e, às vezes, tem casos mais conjuntos, casos que interessam a mais pessoas e, aí, talvez a gente mude de local, dá mais visibilidade. É muito forte no Diário Gaúcho a questão do resolver o meu problema ou o nosso problema, e a gente tem inúmeros exemplos de problemas resolvidos a partir da interferência do Diário Gaúcho. Então, o Diário Gaúcho liga para a prefeitura e diz “vem cá, porque a rua da dona Mariazinha não está asfaltada?”. Cansamos de publicar que na mesma tarde a prefeitura foi lá, viu o que precisava e um dia depois o buraco estava fechado. Isso é papel do jornal, do poder público que o jornal assumiu na cobrança. Então, isso é muito forte. Temos também muitos casos de pessoas extremamente agradecidas porque conseguiram alguma coisa que não estavam conseguindo com o Poder Público e, com o apoio do jornal, eles conseguiram. É o nosso papel.

E no que diz respeito à representação, há uma preocupação do jornal e dos seus profissionais em relação à forma como representa em suas matérias os leitores

e as camadas populares de um modo geral? Isso faz parte do debate interno da redação?

Acho que sim, mas acho que o principal, independentemente de um jornalismo popular ou não, é o respeito ao leitor, o respeito ao entrevistado e o respeito às suas demandas. Então, o jornal, e espero, enquanto jornalista, que isso seja generalizado, trata as pessoas com extremo respeito. Essa é a forma como a gente trata o nosso leitor, mas também é a forma como a gente cobra do Poder Público. Eu não gosto muito da questão de que o Poder Público vai estar errado sempre, nós temos que ouvi-lo. Nós sempre buscamos o outro lado. Então, esse respeito independe se é para o nosso público ou não. Sobre a questão da representatividade, acaba sendo representativo ao nosso público pela questão da pauta, pois nós vamos para a pauta com esse objetivo. Então, eu acho que o nosso público acaba sendo representado dentro das nossas matérias.

Muitas bibliografias com as quais deparei para construir meu trabalho abordam como característica do Diário Gaúcho a superexposição da mulher, que seria mostrada pelo jornal de uma forma sexualizada. Porém, ao folhear o jornal hoje, ainda que em uma análise que não se configura científica, não constatei isso como prática do jornal. Isso já foi prática alguma vez? Houve algum reposicionamento editorial nesse sentido?

Sim. O Diário Gaúcho surgiu sempre com a mulher da capa ali, isso desde o seu nascimento. A partir de 2015, o Chuchu (*jornalista Carlos Etchichury, editor-chefe do DG na época*) e a Flávia (*jornalista Flávia Requião*), que era editora de Variedades na época, fizeram uma reflexão e chegaram à conclusão de que aquilo, se alguma vez fez sentido, já não fazia mais, porque a sociedade havia mudado, o nosso público havia mudado e aquilo não teria mais lugar em um jornal como o Diário Gaúcho. Então, houve uma mudança de comportamento muito grande nesse sentido, e extremamente benéfica. Acho, até, que um pouco atrasada, pois poderia ter sido antes. Não quero culpar ninguém por isso, porque, talvez, naquele momento em que surgiu o jornal, isso não fosse colocado como um problema. Mas era, naquela época já. Eu não gostaria de julgar colegas que fizeram o trabalho lá no início, nem o que norteou isso. Mas, no momento em que acabou a questão da mulher da capa, foi por uma constatação de que aquilo não fazia mais sentido, se algum dia fez.

Qual é a circulação média do jornal?

O jornal hoje está circulando por volta de 80 mil.

Houve algum impacto em relação ao isolamento, à pandemia?

Muito grande, porque o nosso jornal não tem assinantes, ele é vendido na rua. Os ônibus diminuíram, o Trensurb diminuiu, alguns lugares que vendem o jornal fecharam, as pessoas não saíram de casa para trabalhar, então houve um baque muito grande, principalmente em final de março e abril, Mas, aos poucos, a gente vem recuperando a tiragem que tínhamos antes da pandemia. Também temos que levar em conta que o nosso público tem dificuldades financeiras, perdeu o emprego, fechou seu comércio, e tudo isso afeta a questão da economia e afeta o jornal muito. E ele precisa sair de casa para comprar o jornal. Isso é uma coisa linda do Diário, pois nós começamos todos os dias com zero exemplares vendidos e vamos até a nossa tiragem. Mas isso depende do público na rua, depende dos leitores na rua, então, afetou muito. Mas, graças a Deus, estamos retomando devagarinho o que tínhamos antes.

A prioridade do DG é o impresso?

Sim. O DG ele tem uma presença no digital, mas não tem uma prioridade no digital. Então, a gente precisa entender que ele é ainda um jornal impresso, porque nosso público tem dificuldades em ter dados para consumir o site, tem dificuldades tecnológicas, nosso público anda de ônibus e dificilmente tira o celular da mochila, com medo de sofrer algum furto, e passa por alguns lugares em que não pode ficar usando o celular à vista de todo mundo. Tem vários componentes que mostram que nós ainda somos um jornal preferencialmente impresso, embora todo conteúdo que a gente faz só para o Diário esteja no site.

Há alguma perspectiva em vista para o Diário passar por esse processo, que está se tornando tendência entre os veículos, de priorizar o digital?

Nós temos uma dificuldade que é como monetizar o jornal no site. Essa é uma grande discussão, que vem sendo feita há muito tempo, por todas as condições do nosso leitor. A gente acha que uma questão de respeito seria manter o jornal como ele conhece, como ele aprendeu a gostar, mas estamos sempre atentos, sempre discutindo isso.

Esse ano, o Diário Gaúcho completou 20 anos. Qual tu entende ser a importância e o papel do jornal, ao longo desse tempo, para a nossa sociedade aqui no Rio Grande do Sul?

Acho que o jornal viabilizou a visão de um público que não tinha ninguém que olhava pra ele, acho que essa é a grande coisa. Assuntos e debates da periferia ganharam a manchete de um jornal e, ganhando a manchete de um jornal e de um jornal assinado pela RBS, ganha-se um peso que permitiu que, nesses 20 anos, a gente apoiasse campanhas e fizesse matérias que mudaram a vida de vários locais. Eu não quero ser arrogante de pensar que as coisas só mudaram por causa do Diário Gaúcho, pois não é verdade, mas acho que o Diário deu a sua contribuição. Isso, desde uma rua asfaltada até um hospital, como o da Restinga, que tu fala com todo mundo e todo mundo diz e entende que aquela foi uma briga do Diário Gaúcho. O Diário Gaúcho apoiou tanto, encheu tanto o saco, que o Hospital da Restinga se viabilizou. Então, a nossa contribuição é nesse sentido, de aumentar a força de comunidades que não tinham tanta visibilidade na mídia antes de o surgimento do Diário Gaúcho.

Tu diria que o jornal abraça as lutas e causas dos leitores?

Acho que sim. Tem várias causas que a gente abraçou e chegamos a bom termo, com a insistência, com a cobrança e com a persistência. Em maio do ano passado a gente fez uma matéria com 20 obras de educação, saúde e bem-estar que estavam paradas na periferia, paradas há dois, três, quatro anos. Essas obras já tinham virado fantasmas, com gente entrando para morar, derrubando portas, essas coisas todas. Vou dizer que nós somos responsáveis? Não somos, mas a gente ajudou. esse ano, quando completou um ano, a gente fez a mesma matéria e das 20, 9 estão com algum encaminhamento, 1 inaugurada. Então, assim, será que elas teriam esse mesmo avanço sem o Diário Gaúcho? Não sei. Talvez tivessem, tomara que tivessem, mas a gente quer acreditar que contribuiu de alguma forma. É muito fácil a gente ver matérias sobre uma ponte que não sai do chão, uma trincheira na entrada da cidade que afeta todo mundo, com rádio, TV e jornais falando sobre isso. Mas, uma escolinha num bairro de Gravataí, são poucas pessoas que vão falar. Se a gente conseguir dar força para isso e ajudar, talvez o prefeito pense “como é que a gente vai resolver esse problema?”. Às vezes, não é um problema do prefeito, pois muitas dessas obras eram com dinheiro federal que o governo parou de dar, porque também não tinha por onde dar o dinheiro. Aí, o prefeito daqui, que não tem muito recurso, acha uma forma junto

com a comunidade de fazer essa obra e inaugura. Acho que esse é o nosso objetivo: despertar na comunidade a força que ela tem e despertar no órgão público a necessidade de mudar uma situação. Quando a gente consegue fazer essas duas coisas, a gente cumpre o nosso papel.

O acontecimento que eu analiso na minha pesquisa, a tentativa de reintegração de posse na Vila Mato Sampaio que o Diário Gaúcho acompanhou ao longo do ano passado e com alguns desdobramentos esse ano, foi uma dessas causas?

O que tu comenta e te recorda a respeito desse caso?

Essa pauta do Mato Sampaio chegou por uma editora da Zero Hora, que até não está mais com a gente. Dias antes, eu tinha feito uma palestra para a Redação Integrada sobre o Diário Gaúcho e, dias depois, ela me procurou e disse: “Diego, tenho um negócio para te falar. A minha diarista está apavorada porque a casa dela vai ser demolida e eles estão dando X dias para sair de lá, porque eles vão demolir a casa”. Ela me falou isso. Não foi uma coisa que chegou por release, não foi uma coisa que chegou por lugar nenhum oficial, até porque a prefeitura, certamente, não queria que a gente soubesse. Chegou dessa forma como estou te falando. Em um momento, a gente passou para um repórter e o repórter foi lá para avaliar, porque nós não tínhamos certeza do que estava ocorrendo, tínhamos uma informação como essa que te falei. Aí, a gente mandou o repórter para lá, que foi conversar com as pessoas e entender a situação, ligou para a prefeitura. Quando publicamos a primeira matéria, uma matéria muito neutra porque não tomamos a posição das famílias nem da prefeitura, apenas contamos o que estava acontecendo, houve uma movimentação na Câmara, no Ministério Público, um movimento de questionar a prefeitura sobre porque estava fazendo aquilo, se já faziam anos que eles estavam lá e não havia sentido naquela história. A partir disso, a história se desenrolou sozinha. É um exemplo muito claro de um assunto que não estava na pauta de ninguém, que chegou de uma forma não oficial para o Diário Gaúcho, e que o Diário Gaúcho transformou em uma pauta e colocou na agenda de autoridades. E, ao colocar na agenda de autoridades, obrigou uma revisão do que estava para ser feito. E a gente conseguiu. Mas, aí, já não é mais só o Diário Gaúcho, é MP, são os vereadores, é a própria prefeitura que conseguiu uma solução para o impasse. Então, o nosso público saiu beneficiado. Isso é o que nos move.

Por fim, tu achas que há preconceito em relação ao jornalismo popular?

Sim, muito. Mas é o preconceito de quem não conhece. E vou te dizer mais: existe um preconceito barra (*senal gráfico*) desconhecimento, porque quem não conhece o Diário Gaúcho pode ter preconceito e pode ter esse desconhecimento. Eu fiz ano passado algumas palestras sobre o Diário, para jornalistas, e chegava no final as pessoas vinham falar comigo para dizer “Ba, que trabalho sensacional vocês fazem” ou “Ba, que trabalho legal, não sabia que o Diário era assim”. Então, assim, as pessoas não leem e não gostam. Aí, essa questão da periferia, acaba ficando à margem de outros veículos. Desde que eu estou no Diário, por eu ter um passado na Zero Hora e ter uma relação legal com o pessoal da TV (*RBS TV*), com o pessoal da rádio (*Rádio Gaúcha*), eu tenho feito um papel evangelizador. Quando tenho uma grande história no Diário Gaúcho, ela não fica só no Diário Gaúcho, porque eu ofereço para Zero Hora, ofereço para a TV, ofereço para a rádio. Eu quero que esse assunto não seja exclusivo do Diário, mas que mais gente ajude para que o problema que esse assunto traz consiga ter uma solução. Então, assim, eu fico muito feliz quando a história do Mato Sampaio sai na televisão. É uma história nossa, mas não interessa, interessa que mais gente fique preocupado com essa situação, mais gente ajude, mais gente pressione. A mesma coisa, um outro papel que o Diário Gaúcho tem e que tu não consegue ver em outros lugares, é esse papel de valorizar iniciativas da comunidade. Isso é uma coisa linda que o Diário faz, ele põe uma lupa na ação de uma pessoa ou de uma comunidade e coloca isso na capa do jornal. Eu também tenho feito esse papel, ligo para a TV e digo: “Olha, estamos dando amanhã uma história sensacional, uma história fantástica. Por favor, façam matérias desse tipo, o público de vocês vai gostar também”. Isso porque não é por algo ser da periferia que não pode interessar para alguém do Mont’Serrat. Esse papel o Diário Gaúcho tem que ter, não só para seu público, mas também para os seus pares. E, isso, acho que a gente desempenha tri bem.

APÊNDICE C – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 1

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
Moradores do Mato Sampaio, comunidade do bairro Bom Jesus, na Capital, vivem dias de incerteza. Isso porque, na semana passada, eles foram comunicados pela prefeitura de que as casas onde vivem serão demolidas.	Vitimados	M1RS1
Uma das maiores queixas da comunidade é que não foi apresentada nenhuma opção de ajuda para quem irá ficar sem casa, como indenização ou aluguel social. Os moradores apontaram ainda que não está sendo levado em conta o tempo de existência da ocupação, que superaria os 30 anos.	Vitimados	M1RS2
– Tem um terreno ao lado que foi ocupado recentemente, mas as pessoas saíram. Ficou três meses invadido. Agora, estão querendo nos colocar neste mesmo saco, mas o Mato Sampaio existe há muito mais tempo – critica a diarista Geni Lascano, 59 anos.	Instituídos de direito	M1RS3
Na reunião entre moradores e autoridades, a orientação foi para que as pessoas já fossem deixando a área, como recorda a diarista Patrícia Vieira Elias, 30 anos. – Pediram para irmos retirando os móveis, arrancar as portas das casas, procurar casa de parente para ficar. Se isso acontecer, não sei para onde vou ir – conta ela, que mora há 27 anos no bairro e divide a casa com o filho David, de três anos.	Vitimados	M1RS4
Na residência de Sonja Helena Moraes, 60 anos, vivem nove pessoas. O sustento vem do trabalho no Centro de Triagem da Vila Pinto (CTVP), onde trabalha com reciclagem. Ela não sabe o que fará se a reintegração de posse se concretizar. – A gente é pobre, não sei para onde iremos – conta a moradora do Mato Sampaio.	Vitimados	M1RS5
No dia da visita da reportagem, foi possível perceber que, além das famílias afetadas, moradores de outras áreas do bairro também estão mobilizados contra a demolição das casas.	Mobilizados	M1RS6
A decisão de retomar o terreno não será mudada, conforme a procuradora do município Cristiane Catarina. [...] Cristiane afirma que a prefeitura não tem nenhuma decisão sobre fornecimento de aluguel social ou auxílio-moradia, pois entende que a ocupação de área pública não dá esse direito aos moradores. Além disso, ela aponta que, entre as 56 residências que serão demolidas, menos de 10 são ocupações mais antigas. As demais teriam sido ocupadas há menos de cinco anos: – Mesmo assim, entendemos que nenhum direito é recorrente do tempo de ocupação, por se tratar de área pública. [...] A procuradora da PGM informa que o processo de reintegração será cumprido em um dia. Aos moradores que não tiverem para onde ir, será fornecido abrigo provisório.	Destituídos de direito	M1RS7

APÊNDICE D – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 2

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
A reintegração de posse de parte da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, ganhou novos capítulos. Depois da mobilização da comunidade da zona leste de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores promoveu uma reunião na manhã de ontem para discutir alternativas à demolição de 56 casas que estão em uma área pública.	Mobilizados	M2RS1
O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar assistência aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção. [...] Os parlamentares traçaram três possibilidades para o impasse. [...] Segundo o vereador Sgarbossa, a discussão deve ser realizada na quinta-feira. – Uma coisa é transferir as pessoas de lugar, outra é tirar sem ter para onde levar. A prefeitura tem que se explicar sobre essa situação – aponta.	Vitimados	M2RS2
A segunda possibilidade foi apresentada pelo vereador André Carús (MDB), presidente da Cosmam e membro da base governista na Câmara. Carús encaminhará uma agenda direta com a titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte (Smdse), Nádia Gerhard. – É preciso prevalecer o bom senso. A ocupação é antiga, aquelas pessoas estão lá há muitos anos, não têm para onde ir. Vamos sugerir que o empreendedor e a prefeitura construam uma alternativa para a reintegração – cita Carús.	Vitimados	M2RS3
Segundo o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos] (CEDH-RS), Paulo César Carbonari, “o conselho tem por função preservar e proteger os direitos humanos, onde se inclui o direito à moradia, expressão na Constituição”. Paulo explica que, diante da situação que se desenha no bairro Bom Jesus, o órgão resolveu encaminhar ofício à Vara da Fazenda, sugerindo a suspensão do processo de reintegração. [...] No ofício encaminhado à Justiça, o CEDH-RS sugere a suspensão do processo como modo de “garantir a salvaguarda dos direitos humanos das famílias atingidas pela ordem de despejo, em nome das garantias dos direitos humanos fundamentais das mulheres, crianças e idosos que se encontram no local”.	Instituídos de direito	M2RS4

APÊNDICE E – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 3

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
Com o prazo de execução da reintegração de posse da área da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, se aproximando, a mobilização da comunidade contra a demolição de 56 casas ganhou um novo capítulo. Foi protocolado ontem, na Câmara Municipal, um projeto de lei complementar (PLC) que transforma o terreno onde está a vila em uma área especial de interesse social.	Mobilizados	M3RS1
Conforme o DG tem mostrado nos últimos dias, o município de Porto Alegre determinou que, até 10 de setembro, os moradores da Mato Sampaio deveriam deixar suas casas para que fossem demolidas. Depois disso, uma praça e uma rua seriam implantadas no local. As duas obras são contrapartida a um empreendimento imobiliário construído na região. Entretanto, com a mobilização dos moradores junto ao Legislativo, vereadores de oposição e da própria base do governo têm se mostrado contrários ao plano de despejo.	Mobilizados	M3RS2
Um dos autores do PLC, o vereador Roberto Robaina (PSOL), cita que está evidenciada a preocupação dos parlamentares. – É raro um assunto mobilizar a maioria numa mesma direção. Mas, neste caso, todos estão entendendo como absurda a ideia de retirar essas pessoas de casa e não prestar nenhum auxílio, para depois construir uma praça no terreno – diz Robaina, vice-presidente da Comissão de Habitação.	Vitimados	M3RS3
Conforme Robaina, se o alinhamento dos vereadores seguir favorável aos moradores, o projeto pode ser aprovado rapidamente. Isso mudaria a percepção sobre a área, impedindo a reintegração de posse. Entretanto, o vereador ressalta que essa é uma tentativa dos parlamentares de demonstrarem ao Executivo que a destruição das casas não é o único caminho que pode ser seguido. – A solução é não ter um despejo destas pessoas. O governo tem que buscar uma solução alternativa para esse problema. E umas das opções é esta transformação da área, apontada pela Câmara através do projeto de lei – diz Robaina.	Instituídos de direito	M3RS4
No lado da base governista, o vereador Valter Nagelstein (MDB) segue a mesma linha. Para ele, a culpa pelo impasse é do município, que determinou uma contrapartida sem olhar para as pessoas que vivem naquela área. [...] – Sou favorável ao desenvolvimento econômico da cidade, mas isso não pode ser feito em detrimento das comunidades mais pobres. Como alguém define que aquela área precisa ser uma praça? Já temos quase 700 praças na cidade e a maior parte nem tem o cuidado adequado.	Instituídos de direito	M3RS5

APÊNDICE F – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 4

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
<p>Uma decisão do Tribunal de Justiça do RS suspendeu, nesta sexta-feira, o processo que permitia a reintegração de posse de uma área onde estão 56 casas, na Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre. A decisão ainda estabelece prazo de cinco dias para que o município apresente alternativas habitacionais para as famílias. [...]</p> <p>“Muito embora haja interesse público na revitalização do local, o cumprimento da medida deve resguardar todos os meios de defesa admitidos pelo direito à parte ré, haja vista envolver o direito à moradia daqueles que lá residem já há algum tempo”, diz a decisão da juíza de Direito Vera Letícia de Vargas Stein, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre.</p>	Instituídos de direito	M4RS1
<p>Antes, uma decisão havia determinado que as famílias deveriam deixar o local até o dia 10 de setembro. O anúncio ocorreu em uma reunião com representantes da PGM, Defensoria Pública, Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e Brigada Militar. Mas, segundo os moradores, não havia sido ofertado nenhum tipo de ajuda para quem ficaria sem casa.</p>	Vitimados	M4RS2
<p>Contrários à forma que a medida foi imposta aos moradores, vereadores se articularam na busca de um meio para contornar a situação. Nesta semana, a Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação (Cuthab) da Casa se reuniu para discutir a reintegração. O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar nenhuma assistência aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção.</p>	Vitimados	M4RS3
<p>O prefeito Nelson Marchezan recebeu, na tarde desta sexta-feira, uma comissão de moradores da Mato Sampaio. [...]</p> <p>– O objetivo é encontrar alternativas legais para que as pessoas não tenham prejuízo. O que queremos é dar um encaminhamento justo para todas as famílias – disse Marchezan.</p> <p>Em nota, o município informou que “busca alternativas e uma solução justa para o caso das famílias que terão de ser realocadas”.</p>	Vitimados	M4RS4

APÊNDICE G – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 5

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
Foi por meio de uma decisão judicial que a prefeitura teve autorização para fazer a reintegração de posse, que deveria ter começado no dia 10. Porém, diante do movimento de moradores e do apoio da Câmara de Vereadores, a Justiça suspendeu a ação no dia 6. Agora, o judiciário decidirá os próximos passos.	Mobilizados	M5RS1
A dona de casa Elaine Oliveira da Rosa, 49 anos, relata que todo o dinheiro acumulado durante a vida foi aplicado na construção do teto sob o qual ela vive. No térreo da residência, Elaine mantém um bazar. No andar superior, há dois quartos e dois banheiros, além de sala e cozinha. – Estou aqui há mais de 20 anos. Vou para onde se me tirarem? – questiona.	Vitimados	M5RS2
A casa da recicladora Anne Costa dos Santos, 26 anos, deve ser desmanchada por completo se a reintegração for colocada em prática. Na frente da residência onde vive com dois filhos e o marido, Anne mostra um semblante preocupado: – Não tenho para onde ir.	Vitimados	M5RS3
Segundo a advogada Stéphanie Fleck da Rosa, que representa cerca de 40 das famílias afetadas pelo problema, a população deve resistir às tentativas de reintegração. Segundo ela, o medo dos moradores está relacionado à falta de confiança nos benefícios prometidos pelo município. – Sabemos de atrasos constantes que os beneficiários de aluguel social sofrem. Existe bastante espaço desocupado para a prefeitura construir. O que queremos é uma proposta que inclua a comunidade nisso – diz a advogada.	Instituídos de direito	M5RS4
Moradora da Mato Sampaio há 27 anos, a diarista Patrícia Vieira Elias, 30 anos, critica a postura adotada em relação aos residentes da área: – Podiam se preocupar em consertar nossas ruas, melhorar o saneamento básico. Porém, querem nos mandar para fora.	Instituídos de direito	M5RS5

APÊNDICE H – REGIÕES SIGNIFICATIVAS DA MATÉRIA 6

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
<p>Ao menos por enquanto, os moradores da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, vão seguir ocupando as residências que estão sobre um terreno público. A razão disso é que a Justiça não aceitou as propostas apresentadas pelo município às famílias que devem deixar as suas residências. [...] o entendimento da juíza Vera Leticia de Vargas Stein, da 7a da Fazenda Pública de Porto Alegre, a solicitação de “propostas concretas de alternativas habitacionais” não foi cumprida pela prefeitura. Estas alternativas foram solicitadas pela magistrada na mesma decisão que suspendeu a reintegração de posse. O despacho da Justiça que manteve a reintegração suspensa foi publicado no dia 18 de setembro. Na terça-feira, dia 24, a prefeitura foi intimada a se manifestar novamente. A intenção é que o município cumpra integralmente o pedido da juíza da Fazenda Pública, de apresentar opções que realmente atendam às necessidades da parte afetada do Mato Sampaio.</p>	<p>Instituídos de direito</p>	<p>M6RS1</p>
<p>Conforme a advogada Stéphanie Fleck da Rosa, que representa cerca de 40 das famílias afetadas, a comunidade segue com a intenção de permanecer na área e “as vias de negociação com a prefeitura estão fechadas”. [...]</p> <p>– Até hoje, a prefeitura não fez uma proposta concreta e real aos moradores. Sabemos apenas de algumas através do que aparece na mídia. O município quer apenas cumprir a reintegração, sinalizando com tentativas sem êxito de cadastro dos moradores em aluguel social – explica.</p>	<p>Instituídos de direito</p>	<p>M6RS2</p>

APÊNDICE I – REGIÃO SIGNIFICATIVA DA MATÉRIA 7

REGIÃO SIGNIFICATIVA	SIGNIFICADO	NOME
Em agosto de 2019, a prefeitura comunicou aos moradores da região que a reintegração de posse havia sido autorizada pela Justiça, e deveria ocorrer em setembro. Porém, a mobilização da comunidade fez advogados e vereadores encaminharem pedidos ao Tribunal de Justiça (TJ).	Mobilizados	M7RS1

ANEXO A – CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO DIÁRIO GAÚCHO

Promoção Junte & Ganhe

01

Nunca foi tão fácil ganhar!

Juntando os selos, você ganha um conjunto de panelas antiaderentes. Participe! Placote o selo ao lado e cole na sua carteira.

FESTAÇO!

Milhares cantam no lançamento do Diário Gaúcho

PÁG. 16

Que sorte os fãs chegaram num Gal Special LO zero km. Participe!

Foto: memorabilia/Instagram

Figurinhas da Sorte

70 mil prêmios instantâneos! Peça o seu envelope ao jornalista.

ANO I - Nº 1 - PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 17/4/2000

DIÁRIO GAÚCHO

R\$ **0,25**

Hoje no Diário

HÁ VAGAS

CONFIRA **304** OFERTAS DE EMPREGO

PÁGINA 8

Zambiasi fala de sua estréia

Pedro Ernesto e a rodada do Gauchão

PROVAMOS QUE A MORTE É BARATA NA GRANDE PORTO ALEGRE

Compramos uma arma ilegal por R\$ 250

PÁGS. 28 e 29

MULHERES QUE DIZEM "NÃO!" AO SILICONE

PÁG. 17

A DISCRETA PAIXÃO DE FALCÃO E CRISTINA

EXCLUSIVO

PÁGINA 25

Até que enfim, hein, Amato? Grêmio 3 a 0

PÁG. 10

É só o que se fala.

Bem-vindo, Diário Gaúcho.

claro

ANEXO B – SEÇÃO “SEU PROBLEMA É NOSSO”

38

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 22/5/2014

COM A PALAVRA, O LEITOR

“O cúmulo do orgulho é desprezar-se a si mesmo.”
Gustave Flaubert, escritor francês (1821-1880)



O santo do dia
Santa Rita
de Cássia

FALANDO DE AMOR

ISABELLA FERNANDEZ
isabella.fernandez@diariogaucha.com.br



Sem chance

“Vou tentar, mas acho que não posso esperar um milagre. Eu errei, fui embora de casa, abandonei a família para correr atrás de um amor. Por alguém que eu pensava ser capaz de me fazer feliz. Era um engano, mas descobri tarde demais. Aos poucos, o príncipe foi virando sapo. Eu sabia que terminaria mal. Só não sabia que duraria tão pouco. Hoje, arrependida, espero que algo aconteça. Queria muito apagar o passado, voltar no tempo e viver tudo o que eu tinha de bom. Impossível. Espero, apenas, que me perdoes, Júlio. Quanta bobagem eu fiz. E agora?”
L – Porto Alegre

Agora é tocar para a frente. É tirar o aprendizado deste triste episódio. Foste impulsiva, mas a teu favor tenho que dizer que tua vida não deveria ser tão boa assim. Não terias abandonado um estado de felicidade. Mas isto não justifica o que dizes ser um erro. Tens que acreditar que um novo dia sempre vem. Esperar até um novo amor, por que não? A vida é isso mesmo. Altos e baixos, a gente tem é que manter o equilíbrio. Um abraço e votos de boa sorte!

✉ Escreva para Falando de Amor, Diário Gaúcho, Avenida Ipiranga, 1075, CEP 91019-900.

FALANDO DE SEXO

ANDRÉA ALVES
LÚCIA PESCA

falandodesexo@diariogaucha.com.br



Precocidade

“Peguei minha filha de brincadeiras sexuais com o vizinho. Eles têm seis anos. Distraí os dois com outra conversa, mas não sabia o que fazer.”
Que bom que não repreendeste os dois e conseguiste interromper o que estava acontecendo. Em processo de aprendizagem, a criança repete tudo o que vê. O estímulo à precocidade e a comportamentos sexuais vem do cotidiano em que a erotividade está por todos os lados. Ao presenciarem esses jogos sexuais, não há necessidade de reprimir a brincadeira, desde que se observe a regra da mesma faixa etária. É importante ficar atento para ver se a criança não está sendo forçada a alguma coisa. Converse com aqueles carinhos não são ruins, mas que é melhor que ocorram quando forem maiores. Que existem partes do corpo e carinhos que são privados e, que nesta idade, devem ser individuais. Que quando forem maiores, poderão fazer carinhos um no outro, como os pais fazem. Fale com calma e afeto.

Seu problema é nosso!



www.diariogaucha.com.br/seuproblema

Gabriel só quer sorrir

ROBERTA SCHULER

roberta.schuler@diariogaucha.com.br

Há pouco mais de dois anos, o menino Gabriel Ancinello Alberton, dez anos, de Canoas, aguarda por uma cirurgia na boca, para dar fim às dores que sente por conta dos três dentes que tem por nascer no céu da boca. O menino, que tem déficit de atenção e hiperatividade, não consegue se

alimentar adequadamente e tem sangramentos frequentes.

De acordo com o pai do garoto, o motorista Maicon Gonçalves Alberton, 30 anos, aos cinco anos, Gabriel escorregou e bateu com a boca numa cadeira, quebrando um dos dentes da frente, que era de leite. Ele foi atendido

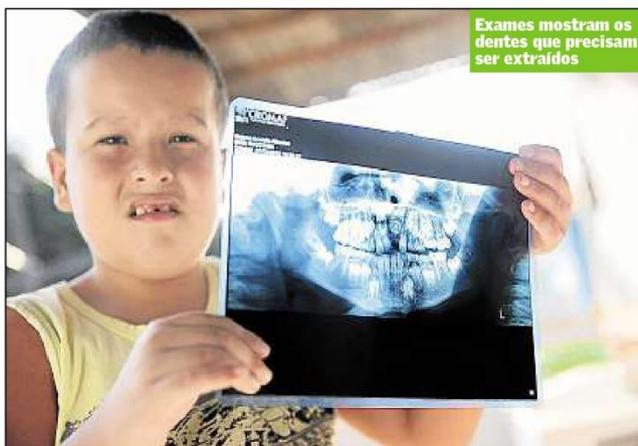
no HPS e a família esperava que um novo dente nascesse, o que não ocorreu. Pelo contrário, os demais dentes do menino entortaram completamente.

– A boca dele está horrível – lamenta o pai.

Num exame de raio-X, apareceram quatro dentes inclusos e tortos (um deles até já caiu). Gabriel precisa ser operado para extrai-los. Conforme a família, o

garoto passou pelo posto de saúde, pelo Centro de Especialidades Odontológicas (Ceo) no município, mas foi encaminhado para o Hospital Nossa Senhora das Graças, por conta da complexidade do caso. No hospital, conforme Maicon, uma cirurgia chegou a pedir exames pré-operatórios, que foram realizados, mas a marcação e a chamada para o procedimento não ocorreram, segundo

Maicon, porque a profissional estaria em licença-maternidade. Depois de várias tentativas, num último contato com o hospital, a família foi orientada a recomençar o processo. Maicon procurou então a UBS Estância Velha, o caso foi encaminhado para o Ceo e um novo raio-X terá de ser feito. – Meu filho poderia estar operado há mais de dois anos – desabafa o pai.



Exames mostram os dentes que precisam ser extraídos

ANDRÉ FELTES

Cirurgia está definida

A Secretaria de Saúde de Canoas informou que uma nova avaliação do caso por um cirurgião bucomaxilofacial foi realizada ontem, no Hospital Nossa Senhora das Graças. Na consulta, foi constatada a necessidade da cirurgia. Conforme o pai do menino, o procedimento deverá ocorrer no próximo dia 26, ou no dia 2 de junho.

Sobre a demora na chamada, o hospital esclarece que a médica que atendia Gabriel não está mais na instituição e não havia solicitação de cirurgia. Por isso, foi marcada esta avaliação. A secretária complementa que o caso é acompanhado pelo hospital e que o menino teve consulta com o buco em setembro e outubro de 2012, e fevereiro de 2013.

Pede-se providência

✉ Morador do Bairro Ponta Grossa informa:

– Na Estrada Retiro da Ponta Grossa, próximo a um depósito de ração, houve a limpeza de um valo e todo o lixo ficou depositado no passeio, fazendo com que as pessoas tenham de andar pela via.



✉ Moradora do Bairro Parque Granja Esperança, em Cachoeirinha, reclama:
– A Escola Municipal de Educação Infantil Granjinha está tomada pelo mato e pelo lixo. Todos os dias, meu filho chega em casa cheio de pega-pega. Além disso, estamos sem policiamento. Estamos abandonados.

✉ Moradora do Bairro Santana relata:

– Na Avenida João Pessoa, próximo à Escola Inácio Montanha e à uma igreja, tem uma árvore que está quase caindo, ainda não despencou porque está escorçada na cerca.

EXPLICAÇÃO AO POVO

@ O Dmae informa que foi realizado o concerto do vazamento na Rua João Mora, próximo ao 162, no Bairro Camaquã.



@ A Seção Leste de Conservação do Dep informa que foi feita a desobstrução no ramal de esgoto ligado na rede pluvial da Rua Bom Jesus, em frente ao 138, no Bairro Bom Jesus.

@ A Secretaria de Serviços Urbanos de Canoas informa que o proprietário do terreno na Rua Oscar Pedro Kulzer, próximo ao 1380, no Bairro Estância Velha, foi notificado para regularização e limpeza da área. Caso não seja executado, o dono do terreno será multado. E se não quitar depois de 30 dias, a prefeitura de Canoas entrará com liminar da Justiça para autorizar o município a efetuar a limpeza.

@ A EPTC informa que os fios que estavam numa parada de ônibus na Rua José de Alencar, esquina com Avenida Doutor Carlos Barbosa, no Bairro Medianeira, eram de telefone e estavam soltos em razão de tentativa de furto. Os fios foram isolados, sem riscos de acidentes aos usuários da parada.

ANEXO C – SEÇÃO “EXPLICA AÍ”

4

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 10/12/2018



EXPLICA AÍ

O TEMA É

**PROTESTOS
NA FRANÇA**

PELA QUARTA VEZ, PROTESTOS TOMARAM CONTA DA FRANÇA, NO SÁBADO. O DIÁRIO GAÚCHO CONVIDOU O COLUNISTA DE ZERO HORA RODRIGO LOPES PARA EXPLICAR O QUE ESTÁ ACONTECENDO POR LÁ. CONFIRA.

O que está acontecendo na França?

Durante quatro sábados consecutivos, houve protestos por todo o país, alguns deles muito violentos. No sábado passado, mais de 1,7 mil pessoas foram detidas. Os manifestantes se autodenominam “coletes amarelos”, em referência ao acessório que todo motorista deve levar no carro como item de segurança na França.

O que querem os manifestantes?

Há uma extensa lista de reivindicações. Mas o ponto principal é a suspensão definitiva do aumento da alíquota sobre combustíveis, que entraria em vigor em 1º de janeiro. Também pleiteiam o aumento do salário mínimo – hoje em 1,5 mil euros (R\$ 6,5 mil). Eles protestam ainda contra o aumento das tarifas de energia elétrica, o maior rigor na vistoria periódica de veículos e a extinção do



ALAIN JOCARD, AFP

Não há comando claro entre os “coletes amarelos”

O que fez o governo francês?

O governo recuou em algumas medidas. Congelou por seis meses o reajuste da taxa sobre combustíveis e a convergência de preços do diesel e da gasolina, além de suspender o aumento da tarifa de eletricidade ao menos até maio de 2019. Esta é a primeira grande derrota do presidente Emmanuel Macron, eleito em 2017 por mais de 20 milhões de eleitores (66% dos votos) com a promessa de renovação da política francesa.

Seu movimento En Marche! (Em Marchal) venceu com a promessa de não representar nem a esquerda nem a direita. Um dos erros do governo foi ter acreditado que, por dispor de muita popularidade, poderia implementar seu pacote de reformas sem negociar com a oposição e sem mediação dos poderosos sindicatos franceses. Hoje, ele se encontrará com

representantes de sindicatos e fará um pronunciamento sobre o assunto.

Como está a situação agora?

A oposição diz que a suspensão temporária do aumento dos preços dos combustíveis não é suficiente. Quer o cancelamento total da medida. Nos bastidores, a extrema-direita e a esquerda populista exigiram a dissolução da Assembleia Nacional e eleições legislativas antecipadas. A direita de tradição moderada reivindica um referendo.

A posição dos coletes amarelos sobre o recuo do governo é difícil de compreender uma vez que não há um comando claro no grupo. Alguns representantes já afirmaram que não aceitarão “migalhas de pão”. De acordo com pesquisas, o movimento conta com apoio de cerca de 70% dos franceses.

imposto sobre fortunas. O pano de fundo é a redução do poder aquisitivo da classe média.

Há semelhanças com a greve dos caminhoneiros no Brasil, em maio?

Em parte. Embora haja caminhoneiros no grupo dos coletes amarelos, o movimento francês é muito mais diverso. Há aposentados, artesãos diaristas, desempregados, operários e pequenos empresários. No caso brasileiro, os manifestantes basicamente reclamavam da disparada no preço do diesel. Na França, as exigências são mais amplas – há quem exija até a renúncia do presidente Emmanuel Macron.

Há duas semelhanças entre Brasil e França. A primeira: a falta de uma liderança unificada. A segunda, a maneira de agir: bloqueio de estradas. Na França, as manifestações incluem atos de violência urbana.

INGRESSO ESPECIAL

Uma nova oportunidade para você ingressar na melhor Universidade privada do país.

INSCRIÇÕES ATÉ 9 JAN

- **PROVA ÚNICA DE REDAÇÃO - 16 JAN**
- **ENEM**
Utilize sua nota de 2010 a 2017.

ESTUDE COM O CRÉDITO EDUCATIVO:

Pague 50% durante o curso e o restante depois de formado, sem juros.

pucrs.br/estudenapucrs



PUCRS360°

SEJA A TRANSFORMAÇÃO




ANEXO D – “O GARI YOUTUBER DE BUTIÁ”

PORTO ALEGRE, TERÇA-FEIRA, 1º/9/2020

DIÁRIO GAÚCHO

3


**A VIDA
DA GENTE**

Telefones úteis

- ✓ Prefeitura de Porto Alegre: 156
- ✓ EPFC: 118
- ✓ Samu: 192
- ✓ INSS: 135
- ✓ Rodoviária de Porto Alegre: 3210-0101

Te liga!

A BR-448 terá bloqueios de faixas em ambos os sentidos, para reparos.

Alerta de ventos fortes

A Defesa Civil de Porto Alegre alerta para a possibilidade de ocorrência de rajadas de vento que podem superar os 80km/h na Capital, entre a 0h de hoje até as 23h55min de amanhã. Há risco de o evento adverso provocar alterações na mobilidade e na rotina da população.

FIGURAÇA

O GARI YOUTUBER DE BUTIÁ

Betinho criou canal para falar sobre o descarte correto de materiais. Ele também tem ONG que distribui refeições a carentes.

TIAGO BOFF

tiago.boff@nigaucha.com.br

Em uma tenda forrada por pedaços de papelão e com uma estreita bancada de madeira, Roberto Marins, o Betinho, 38 anos, grava vídeos para o YouTube. O estúdio tem apenas um equipamento de captação: um smartphone preso a um suporte semelhante ao usado em automóveis.

Estrategicamente à frente dele, uma lâmpada acesa por um rabicho propicia melhor iluminação e qualidade às imagens. O conteúdo publicado na página “Betinho, o Gari de Butiá”, tem como foco orientar os moradores do município da Região Carbonífera sobre o descarte correto de garrafas quebradas e

objetos pontiagudos, itens que acabam, por vezes, ferindo os coletores.

— Ensino a colocar o vidro dentro da caixinha de leite ou de sabão em pó. É rápido e facilita para nós. Basta a gente chacoalhar e já sabe que tem os cacos. Muita gente já disse que aprendeu a descartar me assistindo —

Estrategicamente à frente dele, uma lâmpada acesa por um rabicho propicia melhor iluminação e qualidade às imagens. O conteúdo publicado na página “Betinho, o Gari de Butiá”, tem como foco orientar os moradores do município da Região Carbonífera sobre o descarte correto de garrafas quebradas e

O canal, no ar desde dezembro de 2019, já tem quase 5 mil seguidores. A ideia surgiu a partir de um trabalho de aula de estudantes do Senac, que convidaram o gari a criar os vídeos informativos, em que divide com o público a rotina nas ruas de Butiá.

Criatividade

Em uma das publicações, o trabalhador aparece sentado ao lado da roda do caminhão. O descanso só foi possível por um problema mecânico que interrompeu o recolhimento do lixo.

Em outro vídeo, com cortes de edição, trilha e vinheta inseridos por um amigo, ele aparece dependurado na traseira da caçamba. Há passagens em que ele conta o sufoco de um colega, Rodrigo Alves, o Alemão, abocanhado na perna por um cachorro que perseguiu a dupla — Betinho se salvou.

Em outro dia de mais sorte, eles encontraram R\$ 100 em uma sacola.

As experiências contam com a criatividade do youtuber: — Eu grudei um pedaço de cano de PVC no cantinho do caminhão e deixei o celular gravando. Uma hora ele caiu dentro do lixo, graças a Deus que não quebrou, não tenho outro — relembra.

A reportagem acompanhou a primeira hora de trabalho de Betinho na manhã de ontem e constatou que a comida atrás do veículo é incessante. São, em média, 25 quilômetros percorridos por dia. Próximo aos locais com pilhas de sacolas descartadas, a parada dura segundos, tempo suficiente apenas para esvaziar as lixeiras.

Nas ruas, Betinho é reconhecido. — É uma rica de uma pessoa. Ajuda todo mundo com carinho e amor — define a doméstica aposentada Maria Macieira, 71 anos.



Estúdio de gravação é feito de material reciclável

Solidariedade e marmitas

Há 16 anos na profissão, o gari lamenta ter estudado apenas até o sexto ano do Ensino Fundamental, limitação que dificulta a busca por crescimento profissional.

Contudo, é grato ao emprego mantido na prestadora de serviços Conesul Soluções Ambientais, com o qual mantém a casa, a esposa e os três filhos — ele é o único assalariado da família, com ganhos mensais de R\$ 1,6 mil.

— Isso é a minha vida, é daqui, da coleta, que tiro

meu sustento — complementa.

Amigos do Reino

Desde março, um novo trabalho, sem fins lucrativos, foi iniciado no município: Betinho criou, ao lado de outro voluntário, a ONG Amigos do Reino, que distribui refeições a famílias carentes. No domingo, 500 marmitas foram entregues na região, fruto de doações feitas a partir das redes sociais da entidade beneficente — ONG Amigos do Reino, no Instagram e no Facebook. Pelo

WhatsApp, ele responde após o horário de trabalho no (51) 98052-9927.

Com perfil em inúmeras plataformas, o gari pretende crescer nas redes e levar as mensagens de conscientização ao maior número de pessoas possível.

Em uma das publicações, sua história chegou à equipe do site de vaquinhas online Razões Para Acreditar. Encerrada no último dia 16 de agosto, a campanha arrecadou R\$ 42 mil, que serão usados para a reforma de sua residência.



Roberto conta histórias de seus 16 anos de profissão

Fonte: Diário Gaúcho, 01/09/2020

ANEXO E – CORPUS: MATÉRIA 1

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 2/9/2019

DIÁRIO GAÚCHO

3



Telefones úteis

- ✓ Prefeitura de Porto Alegre: 156
- ✓ EPTC: 118
- ✓ Samur: 192
- ✓ INSS: 135
- ✓ Rodoviária de Porto Alegre: 3210-0101

Te liga!

O Banco de Leite do Hospital Presidente Vargas precisa de doações. Informações pelo 3289-3334.

Mudanças na João Alfredo

A prefeitura concluiu o redesenho e a aplicação de urbanismo tático na Rua João Alfredo, na Cidade Baixa. As mudanças são uma extensão do projeto Rua Completa, apresentado em março, quando o cruzamento com a Lopo Gonçalves recebeu melhorias, agora aplicadas a todas as quadras.

BOM JESUS

REINTEGRAÇÃO DE POSSE AFETA ÁREA COM 65 CASAS

FERNANDO GOMES

Moradores de área ocupada alegam não ter recebido outras opções de moradia. Ação está prevista para começar a partir do dia 10.

ALBERI NETO

alberi@diariogaucha.com.br

Moradores do Mato Sampaio, comunidade do bairro Bom Jesus, na Capital, vivem dias de incerteza. Isso porque, na semana passada, eles foram comunicados pela prefeitura de que as casas onde vivem serão demolidas. Segundo a Procuradoria-Geral do Município (PGM), o terreno pertence à prefeitura, e uma praça e uma rua devem ser construídas no local.

O anúncio ocorreu em uma reunião com representantes da PGM, Defensoria Pública, Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e até da Brigada Militar (BM). No encontro, o grupo foi informado de que o prazo para saírem do local é até o dia 10 de setembro. Uma das maiores queixas da comunidade é que não foi apresentada nenhuma opção de ajuda para quem irá ficar sem casa, como indenização ou aluguel social.

Os moradores apontaram ainda que não está sendo levado em conta o tempo de existência da ocupação, que superaria os 30 anos. Segundo a PGM, 56 casas serão demolidas.

— Tem um terreno ao lado que foi ocupado recentemente, mas as pessoas saíram. Ficou três meses invadido. Agora, estão querendo nos colocar neste mesmo saco, mas o Mato Sampaio existe há muito mais tempo — critica a diarista Geni Lascano, 59 anos.

Orientação

Pelo traçado do mapa

apresentado aos moradores, Geni, por exemplo, terá toda a casa demolida. Já a residência ao lado de onde ela mora seria partida ao meio, levando em conta a linha imaginária. Na reunião entre moradores e autoridades, a orientação foi para que as pessoas já fossem deixando a área, como recorda a diarista Patrícia Vieira Elias, 30 anos.

— Pediram para irmos retirando os móveis, arrancar as portas das casas, procurar casa de parente para ficar. Se isso acontecer, não sei para onde vou ir — conta ela, que mora há 27 anos no bairro e divide a casa com o filho David, de três anos.

Na residência de Sonja Helena Moraes, 60 anos, vivem nove pessoas. O sustento vem do trabalho no Centro de Triagem da Vila Pinto (CTVP), onde trabalha com reciclagem. Ela não sabe o que fará se a reintegração de posse se concretizar.

— A gente é pobre, não sei para onde iremos — conta a moradora do Mato Sampaio.

No dia da visita da reportagem, foi possível perceber que, além das famílias afetadas, moradores de outras áreas do bairro também estão mobilizados contra a demolição das casas. Eles afirmam que novas reuniões e ações serão organizadas.

Conforme a PGM, a data para reintegração ainda não foi confirmada, mas a ação deve ocorrer a partir do dia 10 de setembro.



“É IRREVERSÍVEL”, DIZ PROCURADORA

A decisão de retomar o terreno não será mudada, conforme a procuradora do município Cristiane Catarina. Segundo ela, a área consta no plano diretor como espaço destinado para uma praça e uma rua, que serão construídas pela iniciativa privada, como contrapartida a um empreendimento imobiliário já erguido na região.

— Por parte da prefeitura, é irreversível (a reintegração). Assim que as pessoas saírem, as obras da praça começam no dia seguinte — diz a procuradora. Cristiane afirma que a prefeitura não tem nenhuma decisão sobre fornecimento de aluguel social ou auxílio-moradia, pois entende que a ocupação de área pública não dá esse

direito aos moradores. Além disso, ela aponta que, entre as 56 residências que serão demolidas, menos de 10 são ocupações mais antigas. As demais teriam sido ocupadas há menos de cinco anos:

— Mesmo assim, entendemos que nenhum direito é recorrente do tempo de ocupação, por se tratar de área pública.

Para quem terá apenas parte da residência afetada, Cristiane diz que “se os próprios moradores fizeram nova repartição da casa, o município fará a demolição parcial”. A procuradora da PGM informa que o processo de reintegração será cumprido em um dia. Aos moradores que não tiverem para onde ir, será fornecido abrigo provisório.

TIRE SUAS DÚVIDAS

/// Moradores afetados podem esclarecer suas dúvidas no Centro de Relação Institucional Participativa Leste (CRIP Leste), na Rua

São Felipe, 144, Bom Jesus.

/// O contato pode ser feito pelos telefones 3289-8366, 3289-8367 ou 3289-8378.

ONDE FICA



ANEXO F – CORPUS: MATÉRIA 2

8

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 4/9/2019

HABITAÇÃO

MOBILIZAÇÃO PELA BONJA

Reunião na Câmara traçou possibilidades para evitar a demolição de 56 casas. Conselho de Direitos Humanos encaminhou ofício à Justiça.

ALBERTI NETO

alberti@diariogaucha.com.br

A reintegração de posse de parte da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, ganhou novos capítulos. Depois da mobilização da comunidade da zona leste de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores promoveu uma reunião na manhã de ontem para discutir alternativas à demolição de 56 casas que estão em uma área pública. Na tarde de hoje, um requerimento pedindo a reconsideração da decisão liminar será encaminhado por parlamentares à presidência do Tribunal de Justiça (TJ) e à 7ª vara da Fazenda do Foro Central de Porto Alegre – onde o pedido de reintegração de posse feito pelo município foi julgado. Além disso, o Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS) também enviou um ofício à 7ª vara da Fazenda sugerindo que seja suspensa a ação.

A área que pode ser desocupada consta no plano diretor como um espaço para implementação de uma praça e abertura de uma rua. As duas obras seriam feitas como contrapartida à construção de um empreendimento imobiliário na região. O caso foi tema de reportagem do DG na segunda-feira, mesmo dia em que vereadores usaram a tribuna para falar do tema. Na ocasião, o parlamentar

Marcelo Sgarbossa (PT) encaminhou o pedido para a reunião realizada na manhã de ontem.

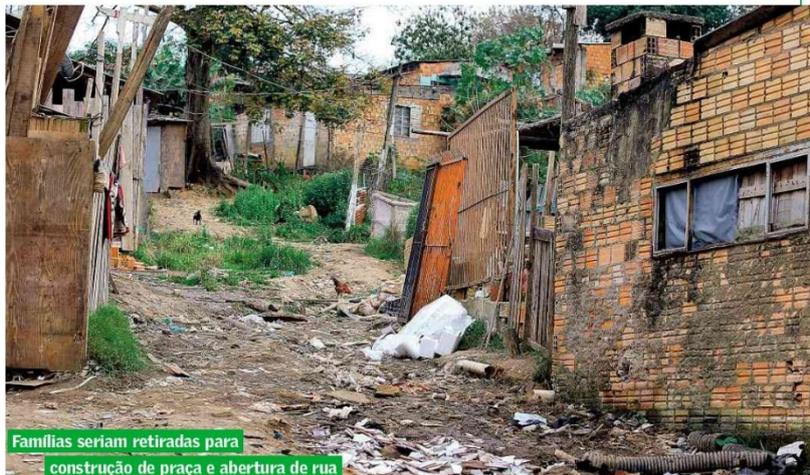
No encontro, estiveram presentes membros de três comissões da Casa: Habitação (Cuthab), Finanças e Orçamento (Cefor), e Saúde e Meio Ambiente (Cosmam), além de cerca de outros 10 vereadores. O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar assistência aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção.

O Executivo não encaminhou representantes ao encontro. Segundo a assessoria da Procuradoria-Geral do Município (PGM), o órgão não recebeu convite da Câmara.

Possibilidades

Os parlamentares traçaram três possibilidades para o impasse. A primeira, e mais aceita, é uma reunião extraordinária entre comissões do Legislativo e os órgãos do Executivo envolvidos no caso, como a PGM e o Demhab. Segundo o vereador Sgarbossa, a discussão deve ser realizada na quinta-feira.

Uma coisa é transferir as pessoas de lugar, outra é tirar sem ter para onde levar. A prefeitura tem que se explicar sobre essa situação – aponta.



Famílias seriam retiradas para construção de praça e abertura de rua

A segunda possibilidade foi apresentada pelo vereador André Carús (MDB), presidente da Cosmam e membro da base governista na Câmara. Carús encaminhará uma agenda direta com a titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Esporte (Smdse), Nádia Gerhard.

— É preciso prevalecer o bom senso. A ocupação é antiga, aquelas pessoas estão lá há muitos anos, não têm para onde ir. Vamos sugerir que o empreendedor e a prefeitura construam uma alternativa para a reintegração — cita Carús.

A terceira instância sugerida, e a menos provável, seria propor um projeto de lei que possibilitasse alterar o gravame do plano diretor para a região a

ser desocupada. Ou seja, não destinar mais a área para construção de uma praça e abertura de uma rua. O requerimento que será encaminhado hoje ao TJ e à 7ª vara da Fazenda foi assinado pelos vereadores Doutor Goulart (PTB) e Roberto Robaina (PSOL), respectivamente, presidente e vice-presidente da Cuthab, André Carús, presidente da Cosmam, e Aírto Ferronato (PSB), presidente da Cefor.

Até o fim da tarde de ontem, a PGM afirmou ainda não ter sido convocada para a reunião. Por enquanto, o órgão afirmou que a prefeitura segue com o posicionamento de que a decisão da reintegração de posse é irreversível e poderá ser cumprida a qualquer momento depois do dia 10 de setembro.

OFÍCIO TAMBÉM SERÁ ENCAMINHADO AO PREFEITO

Segundo o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS), Paulo César Carbonari, “o conselho tem por função preservar e proteger os direitos humanos, onde se inclui o direito à moradia, expressão na Constituição”.

Paulo explica que, diante da situação que se desenja no bairro Bom Jesus, o órgão resolveu encaminhar ofício à Vara da Fazenda, sugerindo a suspensão do processo de reintegração.

— Estamos alertando

os juízes para que eles se atentem a isso (falta de alternativa para alocação dos moradores que saíram da área). Claro, sem interferir na independência do Judiciário, mas alertando os agentes para que entendam a situação dos moradores. Já tivemos casos em que a reintegração foi suspensa e os moradores foram chamados para uma reconciliação — explica Paulo.

Suspensão

No ofício encaminhado à

Justiça, o CEDH-RS sugere a suspensão do processo como modo de “garantir a salvaguarda dos direitos humanos das famílias atingidas pela ordem de despejo, em nome das garantias dos direitos humanos fundamentais das mulheres, crianças e idosos que se encontram no local”.

Conforme o presidente do conselho estadual, o prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan, também receberá um ofício relacionado ao caso, com a mesma indicação.

Começa obra do último trecho de ciclovia

A ciclovia da Avenida Ipiranga, em Porto Alegre, enfim, deve ser concluída. Ontem, o prefeito Nelson Marchezan inspecionou o início dos trabalhos do último trecho em aberto — o primeiro foi entregue em 2012, há sete anos. São 1,7 quilômetro entre as avenidas Salvador França e Coronel Lucas de Oliveira.

Ao todo, o espaço exclusivo para os ciclistas terá cerca de 10 quilômetros e ligará a orla do Guaíba até a Avenida Antônio de Carvalho.

Prazo

A obra é uma contrapartida do Iguatemi, pela expansão do shopping. A expectativa é de que o

trecho seja entregue até o fim do primeiro semestre de 2020.

Desde 2009, dos 495 quilômetros previstos para ciclovias e ciclofaixas em Porto Alegre, apenas 48 quilômetros foram concluídos. Com isso, vários trechos ficaram desconectados. É o caso da Avenida Ipiranga, que tinha um hiato entre a Salvador França e a Coronel

Lucas de Oliveira.

Conforme o diretor-presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Fábio Benavenger Juliano, a conclusão da ciclovia da Ipiranga tem papel fundamental como alternativa ao transporte da cidade:

— Será um estímulo para deixar o carro em casa e optar pela bicicleta — afirmou.

Serviço começou na altura da Salvador França



ANEXO G – CORPUS: MATÉRIA 3

6

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 6/9/2019

PORTO ALEGRE

PROJETO CONTRA **DESPEJO** NA BONJA

Vereadores encaminharam ontem a proposta complementar. Documento tem apoio de parlamentares da oposição e da base.

ALBERI NETO

alberi@diariogaucha.com.br

Com o prazo de execução da reintegração de posse da área da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, se aproximando, a mobilização da comunidade contra a demolição de 56 casas ganhou um novo capítulo. Foi protocolado ontem, na Câmara Municipal, um projeto de lei complementar (PLC) que transforma o terreno onde está a vila em uma área especial de interesse social. Ou seja, torna o local um ponto de moradia e não uma área pública que pode ser usada para outros fins, situação atual do espaço.

Conforme o DG tem mostrado nos últimos dias, o município de

Porto Alegre determinou que, até 10 de setembro, os moradores da Vila Sampaio deveriam deixar suas casas para que fossem demolidas. Depois disso, uma praça e uma rua seriam implantadas no local. As duas obras são contrapartida a um empreendimento imobiliário construído na região. Entretanto, com a mobilização dos moradores junto ao Legislativo, vereadores de oposição e da própria base do governo têm se mostrado contrários ao plano de despejo.

O projeto de lei protocolado ontem foi

apresentado durante a segunda reunião organizada pelos vereadores nesta semana para discutir a situação da comunidade da Zona Leste. Além das comissões ligadas a habitação, direitos humanos e finanças, também foi solicitada pela Casa a presença de representantes do governo.

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) enviou representante ao encontro.

Um dos autores do PLC, o vereador Roberto Robaina (PSOL), cita que está evidenciada a preocupação dos parlamentares.

— É raro um assunto mobilizar a maioria numa mesma direção.

Mas, neste caso, todos estão entendendo como absurda a ideia de retirar essas pessoas de casa e não prestar nenhum

auxílio, para depois construir uma praça no terreno — diz Robaina, vice-presidente da Comissão de Habitação.

Opções

Conforme Robaina, se o alinhamento dos vereadores seguir favorável aos moradores, o projeto pode ser aprovado rapidamente. Isso mudaria a percepção sobre a área, impedindo a reintegração de posse.

Entretanto, o vereador ressalta que essa é uma tentativa dos parlamentares de demonstrarem ao Executivo que a destruição das casas não é o único caminho que pode ser seguido.

— A solução é não ter um despejo destas pessoas. O governo tem que buscar uma solução alternativa para esse problema. E umas das opções é esta transformação da área, apontada pela Câmara através do projeto de lei — diz Robaina.



FERNANDO GOMES

Comunidade está mobilizada

Prefeitura mantém posicionamento

No lado da base governista, o vereador Valter Nagelstein (MDB) segue a mesma linha. Para ele, a culpa pelo impasse é do município, que determinou uma contrapartida sem olhar para as pessoas que vivem naquela área. Ex-secretário de Urbanismo da Capital, Nagelstein critica o que chama de “destruturação do planejamento urbano

do município”. O vereador diz que, além do PLC, deve ser encaminhada uma petição à presidência do Tribunal de Justiça solicitando a reversão da decisão judicial que determinou a reintegração de posse:

— Sou favorável ao desenvolvimento econômico da cidade, mas isso não pode ser feito em detrimento das comunidades mais pobres. Como alguém

define que aquela área precisa ser uma praça? Já temos quase 700 praças na cidade e a maior parte nem tem o cuidado adequado.

A PGM informa que a prefeitura segue com posicionamento de que a decisão de reintegração de posse é irreversível e que poderá ser cumprida a qualquer momento depois do dia 10 de setembro.



OFERTAS IMPERDÍVEIS





LG K9 TV
de R\$ 444,00 por

12x de R\$ **19,99**

no Claro Crédito 50% (Valor total do aparelho: R\$ 238,00)



LG K12 MAX
de R\$ 169,00 por

12x de R\$ **29,99**

no Claro Plus 100% (Valor total do aparelho: R\$ 350,00)



MOTOROLA G7 PLUS
de R\$ 1199,00 por

12x de R\$ **39,99**

no Claro Plus 100% (Valor total do aparelho: R\$ 479,00)



SAMSUNG GALAXY A50
de R\$ 1.079,00 por

18x de R\$ **49,99**

no Claro Plus 100% (Valor total do aparelho: R\$ 899,00)

QUAL É O SEU PRÓXIMO **NOVO?**

4.5G⁺ ATÉ 10x MAIS RÁPIDO.

Vá até uma Loja Claro ou acesse CLARO.COM.BR/LOJAONLINE

O 4G mais rápido do Brasil — fonte: site TechTudo em janeiro/2019. Consulte as localidades com 4.5G e os aparelhos compatíveis em www.claro.com.br/hovaera



Você merece o novo.

Fonte: Diário Gaúcho, 06/09/2019

ANEXO H – CORPUS: MATÉRIA 4

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 7/9/2019, E DOMINGO, 8/9/2019

DIÁRIO GAÚCHO

7

HABITAÇÃO

DESPEJO NA BOM JESUS É SUSPENSO

As 56 residências estão em um terreno que pertence à prefeitura. Famílias deveriam deixar local até a próxima terça-feira.

Uma decisão do Tribunal de Justiça do RS suspendeu, nesta sexta-feira, o processo que permitia a reintegração de posse de uma área onde estão 56 casas, na Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, na zona leste de Porto Alegre. A decisão ainda estabelece prazo de cinco dias para que o município apresente alternativas habitacionais para as famílias.

As residências estão em um terreno que pertence à prefeitura e

seriam demolidas para a construção de uma praça e a abertura de uma rua – mudanças previstas no Plano Diretor da área. A execução das obras é a contrapartida pela implementação de um condomínio nas proximidades.

“Muito embora haja interesse público na revitalização do local, o cumprimento da medida deve resguardar todos os meios de defesa admitidos pelo direito à parte ré, haja vista envolver o direito à moradia daqueles que

lá residem já há algum tempo”, diz a decisão da juíza de Direito Vera Letícia de Vargas Stein, da 7ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre.

Mobilização

Antes, uma decisão havia determinado que as famílias deveriam deixar o local até o dia 10 de setembro. O anúncio ocorreu em uma reunião com representantes da PGM, Defensoria Pública, Departamento Municipal de Habitação (Demhab) e Brigada Militar. Mas, segundo os moradores, não havia sido ofertado nenhum tipo de ajuda para quem ficaria sem casa. Na oportunidade, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) havia

dito que a decisão era “irreversível”.

Contrários à forma que a medida foi imposta aos moradores, vereadores se articularam na busca de um meio para contornar a situação. Nesta semana, a Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação (Cuthab) da Casa se reuniu para discutir a reintegração. O consenso entre os parlamentares é que a conduta adotada pela prefeitura, de não prestar nenhuma assistência aos moradores que serão retirados da área, não é a melhor opção. O Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH-RS) também se manifestou de forma contrária a ação.



Casas seriam demolidas para dar lugar a praça e a rua

FERNANDO GOMES, FD, 30/08/2019

Prefeito recebeu moradores

O prefeito Nelson Marchezan recebeu, na tarde desta sexta-feira, uma comissão de moradores da Vila Mato Sampaio. Os vereadores Mauro Pinheiro (Rede) e Moisés Barboza (PSDB) acompanharam o diálogo.

— O objetivo é encontrar alternativas legais para que as

pessoas não tenham prejuízo. O que queremos é dar um encaminhamento justo para todas as famílias — disse Marchezan.

Em nota, o município informou que “busca alternativas e uma solução justa para o caso das famílias que terão de ser realocadas”.

A comissão de moradores se comprometeu a levar as propostas apresentadas aos demais envolvidos e encaminhar o retorno à prefeitura. Em relação à decisão judicial suspendendo a reintegração de posse da área, a Procuradoria-Geral do Município irá analisá-la assim que for notificada.

VOCÊ SABIA
QUE O CAFÉ DO PONTO
RECEBEU O SELO
SUPERIOR DE PUREZA
E QUALIDADE DA ABIC?

O Café do Ponto tem uma seleção cuidadosa de grãos de alta qualidade, sabor encorpado e um aroma acentuado. É por isso que ele leva o Selo Superior de Pureza e Qualidade da ABIC. Aliás, não deixe de reparar se o café que você compra tem o mesmo selo. Isso diz muito sobre ele.



CAFÉ DO
PONTO
Arte em fazer café

cafedoponto.com.br

ANEXO I – CORPUS: MATÉRIA 5

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 16/9/2019

DIÁRIO GAÚCHO

3



Telefones úteis

- ✓ Prefeitura de Porto Alegre: 156
- ✓ EPIC: 118
- ✓ Samu: 192
- ✓ INSS: 135
- ✓ Rodoviária de Porto Alegre: 3210-0101

Te liga!

A Unidade Móvel de Saúde estará hoje na Vila Santa Terezinha, das 9h às 12h e das 13h às 16h.

Mais Saúde da Família em Esteio

Esteio terá mais três equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), aumentando a cobertura de 53% para 65%. A cidade receberá do Ministério da Saúde mais R\$ 21. mil mensais e ampliará o número de profissionais atuando na Unidade Básica de Saúde (UBS) Juan Pio Germano (Ezequiel).

PORTO ALEGRE

SURGEM ALTERNATIVAS PARA A VILA MATO SAMPAIO

FOTOS OMAR FREITAS

Após suspensão da reintegração pela Justiça, prefeitura oferece aluguel social e indenização para alguns moradores. Eles preferem ficar.

ALBERI NETO

alberi@diariogaucha.com.br

A Procuradoria-Geral do Município (PGM) apresentou à Justiça, na sexta-feira, as alternativas que a prefeitura de Porto Alegre oferecerá aos moradores de uma área pública ocupada na Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus. O município quer que parte da comunidade deixe o espaço.

As opções são o fornecimento de aluguel social no valor de R\$ 500 durante seis meses e, para quem construiu suas casas até 1997, pagamento de indenização. Além disso, houve uma remarcação do terreno, diminuindo o número de casas a serem demolidas para 46 – antes, eram 56.

No local está prevista a construção de uma praça e de uma rua, além de uma bacia de detenção pluvial, para evitar alagamentos. As obras são contrapartidas da iniciativa privada em função da construção de um empreendimento imobiliário nas proximidades da Bonja.

O imbróglio entre município e moradores é acompanhado pelo Diário Gaúcho desde o início do mês. Foi por meio de uma decisão judicial que a prefeitura teve autorização para fazer a reintegração de posse, que deveria ter começado no dia 10. Porém, diante do movimento de moradores e do apoio da Câmara de Vereadores, a Justiça suspendeu a ação no dia 6. Agora, o judiciário decidirá os próximos passos.

Outra vertente pode interromper novamente a ação do Executivo. Um projeto de lei foi protocolado na Câmara com a intenção de converter o terreno em uma área especial de interesse social (AIS II). Isso alteraria a designação do plano diretor para aquela área, não sendo mais um espaço destinado a uma praça e uma rua. Conforme o vereador Roberto Robaina (PSOL), um dos autores do projeto e vice-presidente da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (Cuthab), o projeto deve ser votado na quarta.

– Na segunda (hoje) teremos a primeira e a segunda sessão de pauta sobre o tema. Isso deve culminar em uma sessão conjunta na quarta-feira, onde podemos votar e aprovar – projeta ele.

Legislação

Para o procurador-geral de Porto Alegre, Nelson Marisco, a atitude da Câmara pode ser inconstitucional. Ele explica que a destinação da área pública para a implementação das contrapartidas segue a legislação federal.

– Acho que essa solução que a Câmara pensa em dar para o problema é mais um complicador.

Segundo Marisco, a prefeitura foi cobrada pelo Ministério Público para que a empresa responsável pelas contrapartidas fizesse a obra. Por isso, o município pediu a reintegração de posse.



Número de casas a serem demolidas diminuiu de 56 para 46

COMUNIDADE NÃO QUER DEIXAR A ÁREA

Elaine vive no local há mais de 20 anos



Mesmo com a proposta apresentada pela prefeitura, a intenção dos moradores que vivem nas mais de 40 casas que podem ser demolidas é permanecer na área. A dona de casa Elaine Oliveira da Rosa, 49 anos, relata que todo o

dinheiro acumulado durante a vida foi aplicado na construção do teto sob o qual ela vive. No térreo da residência, Elaine mantém um bazar. No andar superior, há dois quartos e dois banheiros, além de sala e cozinha. – Estou aqui há mais

de 20 anos. Vou para onde se me tirarem? – questiona. Anne Costa dos Santos, 26 anos, deve ser desmanchada por completo se a reintegração for colocada em prática. Na frente da residência onde vive com dois

filhos e o marido, Anne mostra um semblante preocupado: – Não tenho para onde ir.

Confiança

Segundo a advogada Stéphanie Fleck da Rosa, que representa cerca de 40 das famílias afetadas pelo problema, a população deve resistir às tentativas de reintegração. Segundo ela, o medo dos moradores está relacionado à falta de confiança nos benefícios prometidos pelo município.

– Sabemos de atrasos constantes que os beneficiários de aluguel social sofrem. Existe bastante espaço desocupado para a



prefeitura construir. O que queremos é uma proposta que inclua a comunidade nisso – diz a advogada. Moradora da Vila Sampaio há 27 anos, a diarista Patrícia Vieira Elias, 30 anos, critica a postura adotada em relação aos residentes da área: – Rodiam se preocupar em consertar nossas ruas, melhorar o saneamento básico. Porém, querem nos mandar para fora.

ANEXO J – CORPUS: MATÉRIA 6

4

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 30/9/2019



Casas deverão ser demolidas para realização de obras na área

REINTEGRAÇÃO SEGUE SUSPensa NA BONJA

Conforme despacho emitido por juíza, prefeitura não apresentou alternativas concretas aos moradores atingidos.

ALBERI NETO
alberi@diariogaucha.com.br

Até menos por enquanto, os moradores da Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, em Porto Alegre, vão seguir ocupando as residências que estão sobre um terreno público. A razão disso é que a Justiça não aceitou as propostas apresentadas pelo município às famílias que devem deixar as suas residências.

Conforme o Diário Gaúcho mostrou no dia 16 de setembro, a Procuradoria-Geral do Município (PGM) propôs aos atingidos

pela reintegração de posse o pagamento de aluguel social no valor de R\$ 500 durante seis meses e, para quem construiu suas casas até 1997, pagamento de indenização. Além disso, houve uma remarcação do terreno a ser retomado, diminuindo o número de casas a serem demolidas para 46 – antes, eram 56.

Porém, no entendimento da juíza Vera Letícia de Vargas Stein, da 7ª da Fazenda Pública de Porto Alegre, a

solicitação de “propostas concretas de alternativas habitacionais” não foi cumprida pela prefeitura. Estas alternativas foram solicitadas pela magistrada na mesma decisão que suspendeu a reintegração de posse.

O despacho da Justiça que manteve a reintegração suspensa foi publicado no dia 18 de setembro. Na terça-feira, dia 24, a prefeitura foi intimada a se manifestar novamente. A intenção é que o município cumpra integralmente o pedido da juíza da Fazenda Pública, de apresentar opções que realmente atendam às necessidades da

parte afetada do Mato Sampaio.

Sem negociação

Conforme a advogada Stéphani Fleck da Rosa, que representa cerca de 40 das famílias afetadas, a comunidade segue com a intenção de permanecer na área e “as vias de negociação com a prefeitura estão fechadas”. Conforme Stéphani, o município tem tentado realizar o cadastramento dos moradores. Porém, é entendido que estes dados serão usados como base para pagamento do aluguel social, medida que não é aceita pela comunidade.

Até hoje, a prefeitura não fez uma proposta concreta e real aos moradores.

Sabemos apenas de algumas através do que aparece na mídia. O município quer apenas cumprir a reintegração, sinalizando com tentativas sem êxito de cadastro dos moradores em aluguel social – explica.

A prefeitura quer desocupar a área para iniciar a construção de uma praça e de uma rua, além de uma bacia de retenção pluvial, para evitar alagamentos. As obras são contrapartidas da iniciativa privada em função da construção de um empreendimento imobiliário nas proximidades da Bonja.

A PGM disse que, tendo em vista todas as alternativas apresentadas, deverá recorrer da decisão.

EU SOU DO SAMBA

Liliane Pereira
liliane.pereira@gruporbs.com.br



Homenagem para Renato Gaúcho já tem samba-enredo

A Academia de Samba Puro já escolheu o samba que irá representá-la no Carnaval de 2020. Com o título “De Guaporé ao Japão, o verdadeiro Rei que conquistou a Maria da Conceição! Salve Renato, o multi campeão!”, a escola vai contar na avenida a história do técnico Renato Portaluppi.

O festival com as apresentações dos quatro concorrentes aconteceu no sábado, na quadra da escola, no bairro Partenon. Os compositores do samba vencedor são Robson Neni, Baiano, Mestre Krinhos, Waguiinho e Alex do Cavaco.

Outra novidade divulgada durante o evento foi a

apresentação da nova musa da harmonia, Andreza dos Santos Silveira. Aos 29 anos, a auxiliar de saúde bucal desfila desde os seis. Ela vai conciliar duas funções: de musa, na Samba Puro (Grupo Prata) e de segunda passista, na Imperadores do Samba (Grupo Ouro).

Conforme o presidente da escola, Marco Aurélio Rosa de Souza, Renato afirmou que se não tiver compromissos profissionais, vai desfilhar com a Samba Puro no Carnaval.

– Renato, inclusive, iria comparecer ao festival, mas estava em viagem com o Grêmio – conta Souza.

Confira abaixo a letra do samba vencedor.

*Meu samba é puro e tem magia
De Guaporé pra Conceição
Renato gaúcho balança a rede
O mundo inteiro viu o campeão*

*Nasceu então de uma família humilde
Fadado a brilhar
Tinha o dom e um grande sonho a realizar
Driblando dificuldades na vida
O morro aclama o rei
Desceu pra azenha, rompeu barreiras
O Portaluppi no Grêmio se eternizou
Prepares o samba, que o Tricolor chegou*

*Que balanço é esse que te faz delirar
A cadência chegou bate na palma da mão
E gol, é gol, é gol, aqui é Conceição
Sacode a multidão*

*Itália, Brasil... Bola de Ouro conquistou
Reuniu sabedoria, mundial foi campeão
Na casa-mata a consagração
Camisa 7 rei do Rio
Tá no meu samba ô ô ô*

*O morro chegou, feliz da vida
É avalanche na avenida*

Grêmio no Carnaval

Além da homenagem que o técnico gremista vai receber no Carnaval, o Grêmio também será contemplado na folia de 2020. Como presente de aniversário para o clube, foi fundado o Bloco Carnavalesco e Escola de Samba Imortal Tricolor. Os fundadores são José Maria de Oliveira (Zezão), André Malta (Folha) e José Ricardo de Oliveira (Zézinho).

Segundo Zézinho, fazem dois anos que

eles estão trabalhando para dar início a esse projeto que nasceu em dose dupla, já que serão duas agremiações: o bloco e a escola de samba.

– Em 2020 somente o bloco irá desfilhar. A escola de samba fará sua estreia somente em 2021 – conta. O desfile do bloco carnavalesco deve acontecer entre janeiro e fevereiro na orla do Guaíba. Por enquanto, eles ainda estão providenciando a documentação.

ELEIÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR NO DIA 6

No próximo domingo, dia 6 de outubro, o Brasil vai eleger os conselheiros tutelares que vão trabalhar pelos próximos quatro anos em prol dos direitos de crianças e de adolescentes.

Em Porto Alegre, 185 candidatos disputarão 50 vagas das 10 microrregiões do Conselho Tutelar. Haverá 82 locais de votação e os ônibus

terão passe livre. O voto é facultativo. Na Capital, o salário é de R\$ 5,5 mil. A divulgação da eleição para os conselheiros é de responsabilidade das prefeituras.

O trabalho do conselheiro é muito importante porque é ele que vai estar em cada região da comunidade ouvindo o cidadão que tiver alguma demanda relacionada à violação

de direito, por exemplo, na área da educação, da saúde ou mesmo situações em que uma criança esteja sofrendo abuso, maus-tratos. A importância do voto é que é a comunidade que conhece essas pessoas que pode decidir quem é o candidato mais apto a ajudar na sua realidade – destaca a promotora de Justiça da Infância e da

Juventude de Porto Alegre Maria Augusta Menz.

Crítérios

Apesar de os candidatos passarem por um rigoroso processo de seleção – que envolve prova escrita e comprovação de experiência na área da infância e da adolescência, além de comprovantes de

ficha criminal sem registros – , muitos deixam de fornecer detalhes de sua experiência profissional para que sejam colocados nas listas disponíveis aos eleitores.

A propaganda junto às comunidades é feita diretamente pelos candidatos e cada município tem suas regras.

Dúvidas podem ser tiradas pelo fone 156.

ANEXO K – CORPUS: MATÉRIA 7

6

DIÁRIO GAÚCHO

PORTO ALEGRE, QUARTA-FEIRA, 29/7/2020

HABITAÇÃO

MATO SAMPAIO É DECLARADA ÁREA DE INTERESSE SOCIAL

Proposta aprovada na Câmara, que agora seguirá para o Executivo, torna área onde casas seriam demolidas disponível para moradia.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que declara a área localizada na Vila Mato Sampaio, no bairro Bom Jesus, como Área Especial de Interesse Social I. No ano passado, 56 casas construídas no local foram alvo de um pedido de reintegração de posse solicitado pela prefeitura, dona do terreno, para a construção de uma praça – depois, a área passou a ser de 46 casas.

O projeto de lei altera a designação do plano diretor para aquela área, não sendo mais um espaço destinado à

praça. Agora, o projeto será encaminhado para a prefeitura da Capital. O DG acompanha a situação desde setembro do ano passado.

A proposta é de autoria dos vereadores Engenheiro Comasseto (PT), Professor Alex Fraga (Psol), Dr. Goulart (PTB), Karen Santos (Psol), Marcelo Sgarbossa (PT), Roberto Robaina (Psol) e Váler Nagelstein (PSD) e do ex-vereador André Carús (MDB). Em setembro do ano passado, o projeto de lei surgiu como uma alternativa aos moradores, que viviam sob o risco de despejo. Alguns alegam viver no local há mais

OMAR FREITAS, 13/09/2019



Projeto de lei é uma garantia para os moradores

de 30 anos.

Entenda o caso

Em agosto de 2019, a prefeitura comunicou aos moradores da região que a reintegração de posse havia sido autorizada pela Justiça, e deveria ocorrer em setembro. Porém, a mobilização da comunidade fez

advogados e vereadores encaminharem pedidos ao Tribunal de Justiça (TJ). Enquanto não havia resposta do TJ, o Legislativo protocolou projeto de lei para tentar converter a destinação da área, tornando-a disponível para moradia.

No dia 6 de setembro, a Justiça suspendeu a

reintegração de posse, pedindo à prefeitura que apresentasse alternativas aos moradores que seriam retirados de casa. A prefeitura apresentou suas alternativas no dia 13 de setembro. Seis dias depois, em 18 de setembro, a Justiça não aceitou as propostas do município e manteve a reintegração suspensa.

Aumentam mortes de motociclistas

A redução na circulação de veículos durante o período da pandemia não impediu o crescimento de mortes de motociclistas em Porto Alegre.

De acordo com balanço divulgado pela EPTC, entre janeiro a junho deste ano foram 16 vítimas fatais em acidentes envolvendo motociclistas. No entanto, o número de acidentes diminuiu em comparação com o mesmo período do ano passado. Foram 1.330 entre janeiro e junho deste ano, contra 1.498 em 2019.

Fiscalização interdita 10 comércios

O Escritório de Fiscalização interdito ontem 10 estabelecimentos em funcionamento na Capital. O fechamento foi motivado pelo descumprimento do decreto 20.639, que restringe as atividades comerciais como forma de conter o avanço do coronavírus na cidade.



CONTEÚDO PUBLICITÁRIO



Como poupar energia elétrica usando melhor a geladeira no período de isolamento social

O inverno chegou e, com os termômetros despencando, a nossa necessidade de manter as casas quentinhas subiu. Na estação mais fria do ano, aquecedores, secadoras de roupas e utensílios que deixam a estadia prolongada no lar mais fácil precisam de uso consciente: afinal, aconchego no lar não pode ser sinônimo de uso exagerado da luz. Mas, não só os eletrodomésticos que geram calor demandam atenção: a geladeira, que trabalha justamente a favor do frio, pode representar um alívio no consumo de energia elétrica nesta época.

No caso das geladeiras novas, a consciência pode começar desde antes de sair da loja. Vale a pena procurar pelos modelos que trazem o selo de eficiência A do Inmetro / PROCEL, que representa o melhor desempenho possível no consumo de energia elétrica. Se a casa que vai receber a geladeira também é nova, uma boa dica é projetar um local bem ventilado, não encostando o eletrodoméstico em paredes ou móveis, longe de raios solares e fontes de calor, como fogões e estufas. Isso deve prolongar a durabilidade da geladeira.



ATITUDES SIMPLES PODEM REPRESENTAR USO MAIS INTELIGENTE DO ELETRODOMÉSTICO

A economia de energia, no entanto, não é exclusividade dos aparelhos novos. Isso porque, em boa parte, poupar depende das atitudes dos usuários. Além das dicas clássicas, como somente abrir a porta depois de ter certeza do que vai pegar, é importante banir alguns maus hábitos: utilizar a parte traseira da geladeira para secar panos ou roupas e esquecer de regular o termostato para a estação atual são alguns deles.

TESTE ISSO EM CASA: DICAS RÁPIDAS DA RGE

- » **Retire e reponha itens de uma vez só.** Abrir a porta da geladeira várias vezes é desperdiçar energia. Além disso, nada de pensar no que vai comer com a porta aberta, ok?
- » **Degele e limpe a geladeira.** Mantendo este hábito regularmente, o eletrodoméstico vai ter menos gelo acumulado e puxar menos luz.
- » **Siga o manual.** Não bloqueie a circulação interna de ar frio com prateleiras extra, por exemplo. Também vale checar se as borrachas da porta estão vedando bem.



Autoleitura do medidor

Gostou das dicas? Você também pode aprender a fazer a autoleitura do seu medidor de energia elétrica com um passo a passo da RGE. Aponte a câmera do seu celular para o código e assista ao vídeo.

RBS BRAND STUDIO | NÚCLEO ESPECIALIZADO EM PRODUÇÃO DE CONTEÚDO PARA MARCAS